Atlântico

25

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATES . ANO 3 . ABRIL 2007 . 4 €

A NOSSA REVOLUÇÃO DE ABRIL A SÉRIO E A BRINCAR

ANTÓNIO CARRAPATOSO DIZ O QUE FALTA

PÁG. 12

VÍTOR MARTINS QUER MAIS EUROPA

PÁG. 20

COMO É QUE O ESTADO PORTUGUÊS MATOU UM COZINHEIRO ALEMÃO?

PÁG. 32

JOÃO MARQUES DE ALMEIDA . RUI RAMOS . LUCIANO AMARAL . VÍTOR CUNHA
JOÃO PEREIRA COUTINHO . VASCO RATO . PEDRO BOUCHERIE MENDES . MANUEL FALCÃO
MANUEL DE LUCENA . JOSÉ PEDRO ZÚQUETE . GONÇALO REIS . BRUNO CARDOSO REIS
PAULO TUNHAS . HENRIQUE RAPOSO . RODRIGO MOITA DE DEUS . ANDRÉ AZEVEDO ALVES
JOÃO MIRANDA . HENRIQUE BURNAY . BERNARDO PIRES DE LIMA . FRANCISCO MENDES DA SILVA

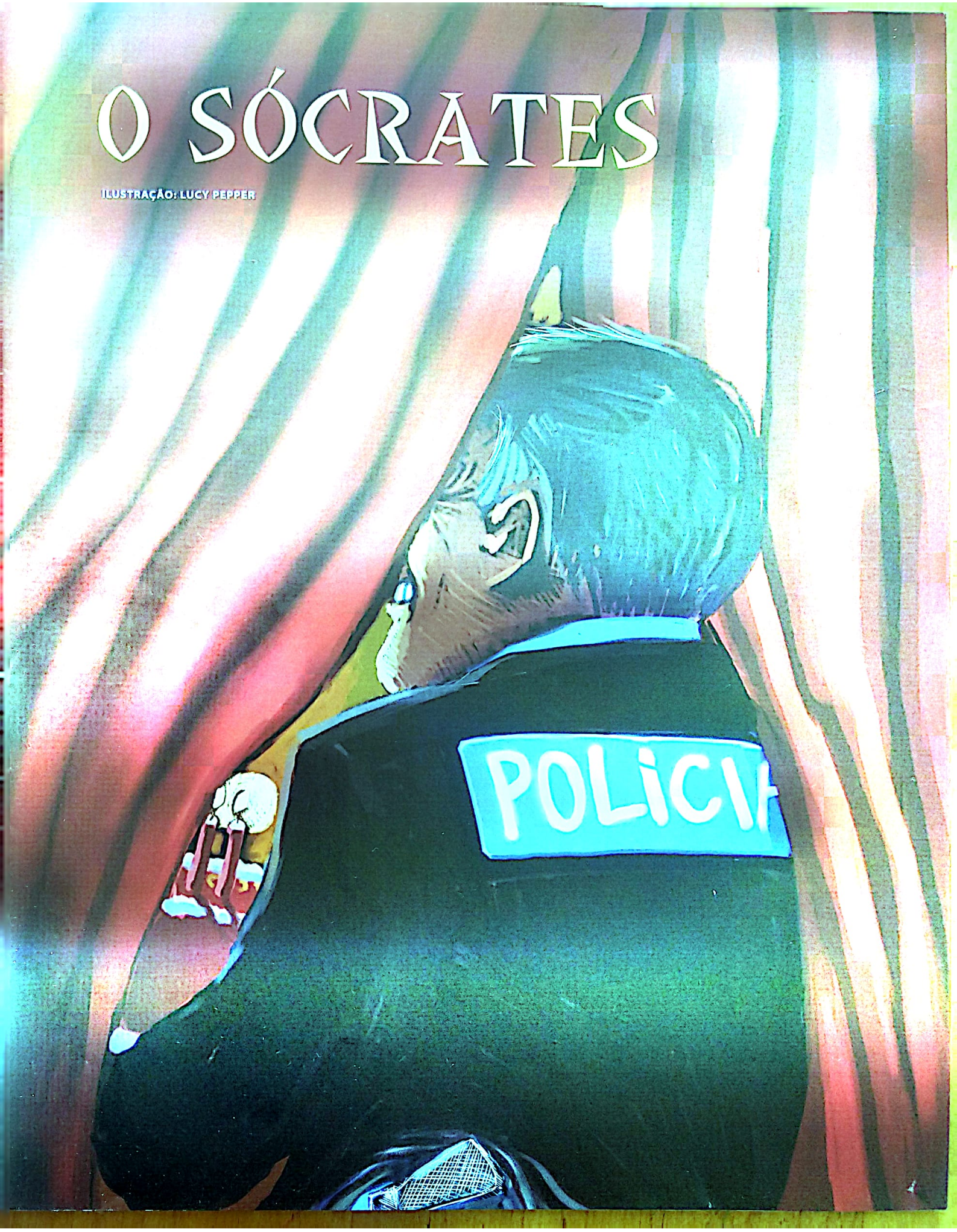
00025
5 601073 094191

EM GRUPO FUNCIONA MELHOR. Quando diversas pessoas têm competências diferentes que se complementam, é natural que se unam, em vez de se limitarem a ficar sós. Porque há uma interacção de talentos, e porque cada elemento encontra apoio, tendo maior capacidade de se libertar criativamente no que melhor domina. Porque no processo se criam sinergias e se obtêm soluções que são maiores do que a soma das partes.

GRUPO STRAT BRANDBUILDING STRAT STRATDESIGN STRATMEDIA PARCEIROS de Comunicação webdote digitalagency

O SÓCRATES

ILUSTRAÇÃO: LUCY PEPPER



EDITORIAL

PAULO PINTO MASCARENHAS

ESTE É O PRIMEIRO NÚMERO DO TERCEIRO ANO

1. Dois anos não são assim tanto tempo e no momento em que a *Atlântico* os festeja prefiro continuar a dedicar-me a preparar os novos tempos que aí vêm, procurando editar uma revista melhor. Claro que seria mal-agradecido e insensato esquecer quem lhe deu início e continuidade nestes 24 meses. Aprende-se sempre com a experiência, a começar pelos erros. A contabilidade das dificuldades ou o somatório das contrariedades interessam muito pouco aos leitores que preferem a qualidade dos autores e a originalidade dos temas. É também em nome deles todos, dos leitores e dos que colaboram ou colaboraram nesta revista, que vale a pena celebrar o segundo aniversário. Daí que, no lugar das duas páginas habituais do mês que passou, apareça desta vez um Quadro de Honra, com todos os nomes dos que participaram neste projecto (pp. 6 e 7). Pretendemos desse modo dar os parabéns pela coragem da iniciativa – e, sobretudo, agradecer-lhes o talento, a inteligência e a liberdade criativa.

2. Do Quadro de Honra não constam porém dois dos autores que assinam este primeiro número do terceiro ano da *Atlântico*. O gestor **António Carrapatoso** e o especialista em assuntos europeus, **Vítor Martins**, são personalidades que dispensam apresentações, exemplificando o espírito de exigência que é uma das características do corpo editorial e executivo desta revista. António Carrapatoso escreve sobre Portugal e as reformas que faltam, em nome de uma sociedade mais justa e desenvolvida. Apesar de reconhecer a existência de "alguma" iniciativa do actual governo, acrescenta que o mais importante ainda está por fazer. Por seu lado, Vítor Martins, ex-secretário de Estado dos Assuntos Europeus do então primeiro-ministro Cavaco Silva e consultor de Belém para a mesma área, fala sobre os novos desafios e os novos caminhos da União Europeia, quando se registam 50 anos passados sobre o tratado fundador assinado em Roma, o dirigente máximo da Comissão é o português Durão Barroso e Lisboa será sede da presidência rotativa.

3. O terceiro ano que agora começa é o da consolidação da revista e do pensamento liberal que esteve na base da sua criação, seja ele – conjunturalmente – mais defendido à direita ou à esquerda. Com uma significativa presença na internet, onde estamos não só representados pelo blogue da *Atlântico* (www.revista-atlantico.blogspot.com), como por autores que publicamos e pertencem a alguns dos blogues mais lidos em Portugal, vamos reforçar e alargar os meios de difusão em rede, que também já passa hoje pelo programa "Descubra as Diferenças" na rádio Europa Lx (90.4 FM). Apostamos ainda no lançamento de debates periódicos e, se tudo correr de acordo com o previsto, de uma grande conferência anual da *Atlântico*. Num país em que se critica tantas vezes a inexistência de *think tanks* ou grupos de reflexão estruturados, parece-me que esta revista, ainda que informalmente e sem pretensões, tem cumprido esse papel. Nesse sentido – e não vou pedir desculpa pela presunção – a *Atlântico* é um projecto de comunicação social que ocupa um espaço único no mercado nacional, dirigida a todos os que não estão satisfeitos com o que têm e exigem mais do que um país e um povo na cauda das ideias e do desenvolvimento europeu.

Atlântico

DIRECTOR:
PAULO PINTO MASCARENHAS
paulopintomascarenhas@gmail.com

CONSELHO EXECUTIVO:
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
LUCIANO AMARAL
RUI RAMOS
VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL:
ANDRÉ AZEVEDO ALVES
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
CONSTANÇA CUNHA E SÁ
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL
LEONARDO MATHIAS
LOURENÇO LUCENA
LUCIANO AMARAL
M. FÁTIMA BONIFÁCIO
MANUEL FALCÃO
MIGUEL MONJARDINO
NUNO GAROUPA
PAULO P. MASCARENHAS
PAULO TUNHAS
PEDRO FERRAZ DA COSTA
PEDRO LOMBA
PEDRO MARQUES LOPES
RUI RAMOS
VASCO RATO
VÍTOR CUNHA

PROJECTO GRÁFICO:
WWW.BLUG.PT

REVISÃO:
PATRÍCIA ROSAS

COLABORAM NESTE NÚMERO:
ALEXANDRE BORGES, ALEXANDRE SOARES SILVA, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, ANTÓNIO CARRAPATOSO, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO CARDOSO REIS, BRUNO ALVES, BRUNO VIEIRA AMARAL, CONSTANTINO XAVIER, DAVID LOURENÇO MESTRE, FÁTIMA VIEIRA, FRANCISCO MENDES DA SILVA, GONÇALO REIS, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, JOÃO MIRANDA, JOÃO MOREIRA DE SÁ, JOÃO PEREIRA COUTINHO, JORGE MADEIRA, JOSÉ NUNES, JOSÉ PEDRO ZÚQUETE, LAURA ABREU CRAVO, LUCIANO AMARAL, MANUEL DE LUCENA, MANUEL FALCÃO, MIRIAM ASSOR, NUNO AMARAL JERÓNIMO, NUNO COSTA SANTOS, PATRÍCIA ROSAS, PAULO BARRIGA, PAULO TUNHAS, PEDRO BOUCHERIE MENDES, PEDRO MARQUES LOPES, RICARDO GROSS, RODRIGO MOITA DE DEUS, RUI RAMOS, SERGIO H. COIMBRA, TIAGO CAVACO, VASCO RATO, VÍTOR CUNHA E VÍTOR MARTINS

ILUSTRAÇÃO:
LUCY PEPPER

DIRECTOR DE PUBLICIDADE:
JORGE REIS
jorgeareis.pub1@sapo.pt
TM: 917585310
TEL: 21 392 8862
FAX: 213956739

EDIÇÃO ONLINE:
TEL. 21 392 88 62
ppm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE N.º 507594924

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA LDA

PAGINAÇÃO: ESTÚDIO GRÁFICO SERAFIM S. SERRANO, Lda
Rua Ary dos Santos, Lote 106 - Serra das Minas - 2635-411 Rio de Mouro

IMPRESSÃO: PRINTER PORTUGUESA – Indústria Gráfica, Lda
Edifício Printer - Estrada de Casais de Mem Martins - 2635-445 Rio de Mouro

DISTRIBUIÇÃO: LOGISTA PORTUGAL, DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES S.A.
R. REPÚBLICA DA COREIA, Nº. 34, RANHOLAS, 2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

MEMBRO DA APCT

Conta Ordenado Remunerada

Temos mais um argumento de peso.

Com a nova Conta Ordenado Remunerada Barclays o seu rendimento vai ter outro peso.

Só o Barclays remunera a sua Conta Ordenado a 10%* durante um ano, permitindo-lhe ainda o acesso às inúmeras vantagens da Solução Integrada B Progressive.

Mude para melhor.
Mude para o Barclays.

Durante um ano

*Remuneração de 10% (TANB) durante um ano até ao montante do vencimento domiciliado no Barclays. Oferta exclusiva para novos clientes.

Barclays 24
www.barclays.pt
707 50 50 50

BARCLAYS

QUADRO DE HONRA

DOIS ANOS DE ATLÂNTICO

parabéns a todos os colaboradores:

Adolfo Mesquita Nunes
Alaíde Costa
Alexandre Borges
Alexandre Castro Caldas
Alexandre Soares Silva
Alvaro de Mendonça
André Abrantes Amaral
André Azevedo Alves
André Carrilho
António Amaral
António de Araújo
António Diogo Pinto
António M. Fonseca
António Nogueira Leite
António Pires de Lima
António Tomás
Bela Silva
Bernardo Pires de Lima
Brígida Machado
Bruno Alves
Bruno Cardoso Reis
Bruno Garschagen
Bruno Horta
Bruno Vieira Amaral
Caitlin Kuhwald
Carla Hilário Quevedo
Carlos Coelho
Carlos Fernandes
Carlos Guerreiro
Carlos Marques de Almeida
Carlos Oliveira Santos
Carlos Quevedo
Chang Park
Catarina Leitão
Constança Cunha e Sá
Constantino Xavier
Cristina Azedo
Daniel Silva
David Couto Viana
David Lourenço Mestre
David Soares
Duarte Padez
Eduardo Benamor Duarte
Eduardo Guedes
Eduardo Nogueira Pinto
Enrique Pinto-Coelho
Esther Mucznik
Estrela Almeida
Fátima Vieira
Fernando Alexandre
Fernando C. Gabriel
Fernando Gil
Fernando Lima
Fernando Martins
Fernando Pinto do Amaral
Fernando Ribeiro Mendes
Fernando Sobral
Filipe Nunes Vicente
Francisco José Viegas
Francisco Mendes da Silva
Francisco Teixeira da Mota
Francisco Trigo de Abreu
Frederico Kuhl de Oliveira
Gabriel Mithá Ribeiro
Gil Amourous
Gonçalo Curado
Gonçalo Reis
Gwen Keraval
Helena Matos
Henrique Burnay
Henrique Raposo
Hugo Gonçalves
Inês Teotónio Pereira
Isabel Refoios
Jean-François Avril
Joana Marques Lopes
Joana Mateus
João Candido da Silva
João Cepeda
João Fazenda
João Joanaz de Melo
João Luiz Neves
João Marques de Almeida
João Miranda
João Pedro Marques
João Pereira Coutinho
João Tordo
João Vacas
Joaquim Aguiar
Joaquim Luiz Gomes
Jonathan Wateridge
Jorge Colombo
Jorge Madeira
Jorge Reis
Jorge Ryder
José António Teles Pereira

Avillez
José Carlos Fernandes
de Sousa Lara/CPS
Fragateiro
sé Luís Arnaut
nuel Fernandes
anuel Morais Cabral
uel Moreira
sé Medeiros Ferreira
José Nunes
dro Abreu
Pedro Teixeira Fernandes
é Pedro Zúquete
Abreu Cravo
ardo Mathias
Leonardo Ralha
ourenço Lucena
iano Amaral
Lucy Pepper
tís Carmelo
Luís Félix
uís Miguel Castro
M. Fátima Bonifácio
Castro Caldas
l de Lucena
Manuel Falcão
el Távora
Manuela Franco
rcello Duarte Mathias
Margarida Bon de Sousa
Filomena Mónica

Maria Salles
Marie Perron
Mário Belem
Marta Anjos
Matilde Sousa Franco
Medina Carreira
Miguel Coutinho
Miguel Monjardino
Miguel Noronha
Miriam Assor
Moisés Bello Rosales
Monika Aichele
Nancy Tolentino
Nuno Amaral Jerónimo
Nuno Costa Santos
Nuno Garoupa
Nuno Júdice
Nuno Marques Mendes
Nuno Ramos de Almeida
Nuno Saraiva
Nuno Sena
Pascal Garnier
Patrícia Paixão
Patrícia Reis
Patrícia Rosas
Paulo Casaca
Paulo Nogueira
Paulo Patrício
Paulo Pinto Mascarenhas
Paulo Tunhas
Pedro Adão e Silva
Pedro Amaral
Pedro Bação
Pedro Boucherie Mendes
Pedro Dordio
Pedro Ferraz da Costa
Pedro Gil

Pedro Gonçalves Diniz
Pedro Lomba
Pedro Marques Lopes
Pedro Mexia
Pedro Nora
Pedro Picoito
Pedro Rolo Duarte
Renato Lessa
Renato Solnado
Ricardo Gross
Rita Barata Silvério
Rita Ferreira
Rodrigo Adão da Fonseca
Rodrigo Moita de Deus
Rui de Albuquerque
Rui Ramos
Rui Raposo
Sérgio dos Santos
Sérgio H. Coimbra
Soares dos Reis
Susana Barros
Susana Moreira Marques
Susana Nunes
Tania Menai
Tania Pereirinha
Thomas Fuchs
Tiago Cavaco
Tiago Geraldo
Tiago Moreira de Sá
Tiago R. Santos
Tom Hennigan
Tristan Galdos del Carpio
Vasco Colombo
Vasco Rato
Vieira Matias
Vítor Bento
Vítor Cunha

Aeroportos online

Partidas e Chegadas em tempo real
Consulta e download de horários
Lojas e restaurantes
Informações aos passageiros

ana
Aeroportos de Portugal SA
Lisboa • Porto • Faro • Ponta Delgada • Horta • Santa Maria • Flores

www.ana.pt

Atlântico

nº. 25 . ATLÂNTICO . ABRIL 2007

O CARTOON
3. O SÓCRATES POR LUCY PEPPER E ALEXANDRE BORGES

EDITORIAL
4. O PRIMEIRO NÚMERO DO TERCEIRO ANO
POR PAULO PINTO MASCARENHAS

QUADRO DE HONRA
6. DOIS ANOS DE ATLÂNTICO

O DIÁRIO
10. O PACTO POR PEDRO BOUCHERIE MENDES

TEMA DE CAPA
12. O MAIS IMPORTANTE AINDA ESTÁ POR FAZER!
POR ANTÓNIO CARRAPATOSO

ANÁLISE
14. 25 DE ABRIL À DIREITA POR RUI RAMOS

EUROPÁLIA
16. DOIS ANOS DEPOIS POR JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

SPEAKEASY
18. O RUÍDO DO MUNDO POR JOÃO PEREIRA COUTINHO

ENSAIO
20. A VELHA EUROPA E A NOVA INTEGRAÇÃO EUROPEIA POR VÍTOR MARTINS

OPINIÃO DA CASA
24. DOIS ANOS POR LUCIANO AMARAL

PONTO REFLEXIVO
25 O ESTADO DA CONFUSÃO POR VASCO RATO

CONVERSAS ATLÂNTICAS
26. KOSOVO: UMA HISTÓRIA DIFERENTE
POR JOSÉ PEDRO ZÚQUETE

SEM TÍTULO
29. VICIADOS NO INTERESSE POR VÍTOR CUNHA

POLÉMICA
30. O REFERENDO: INTERPRETAÇÃO E "RESCALDO"
POR MANUEL DE LUCENA

INVESTIGAÇÃO
32 O ESTADO MATOU O COZINHEIRO ALEMÃO?
POR PAULO BARRIGA E LAURA ABREU CRAVO

IN PARTIBUS
36. UM DIA ESTRANHO POR PAULO TUNHAS

PROVOCAÇÕES LIBERAIS
38. VIRA O DISCO E TOCA O NOVO POR GONÇALO REIS

CORRESPONDENTES DE GUERRA
40. COUVE-DE-BRUXELAS POR HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS
42. LONDON CALLING POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES
43. PASSAGEM PARA A ÍNDIA POR CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI
44. CAPUT MUNDI POR SÉRGIO H COIMBRA EM WASHINGTON

O CÉPTICO
46. MERCADO DE IDEIAS POR JOÃO MIRANDA

MEMORANDO ATLÂNTICO:
48. AO MINISTRO DA JUSTIÇA

GOSTOS
50. LIVROS POR BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO VIEIRA AMARAL, PATRÍCIA ROSAS E HENRIQUE RAPOSO
53. O ALFARRABISTA POR HENRIQUE RAPOSO
54. FILMES POR ALEXANDRE BORGES E RICARDO GROSS
57. DISCOS POR NUNO COSTA SANTOS
59. FIGURAS DE ESTILO POR FRANCISCO MENDES DA SILVA
60. ARTES POR FÁTIMA VIEIRA
62. HUMILHADOS E OFENDIDOS POR ALEXANDRE SOARES SILVA

64. DESTE MUNDO E DO OUTRO
RODRIGO MOITA DE DEUS, INÊS TEOTÓNIO PEREIRA, NUNO COSTA SANTOS, LAURA ABREU CRAVO, BRUNO VIEIRA AMARAL, JORGE MADEIRA, JOÃO MOREIRA DE SÁ, NUNO AMARAL JERÓNIMO, DAVID LOURENÇO MESTRE, MIRIAM ASSOR, PEDRO MARQUES LOPES, BRUNO ALVES E ALEXANDRE BORGES

SENTADOS NO SOFÁ
67. A PUBLICIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
POR MANUEL FALCÃO

À ESQUERDA
69. CRISE CLIMÁTICA ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA POR BRUNO CARDOSO REIS

31 DA ARMADA
72. ESPECIAL 25 DE ABRIL

CARTOON
74. FORAM-SE OS ANÉIS
POR JOSÉ NUNES

REVERSO GRANDE GMT. Lendário relógio reversível, reserva de marcha de 8 dias, segundo fuso horário com referencial GMT
Movimento mecânico 878 (mecanismo intrínseco aqui reflectido), manufacturado na sua íntegra, por Jaeger-LeCoultre.
Manufactura Jaeger-LeCoultre, Vale de Joux, Suíça, desde 1833.
Importação e assistência técnica: TORRES Distribuição • tel. 21 811 08 90 • **www.torresdistrib.com** • www.jaeger-lecoultre.com

PEDRO BOUCHERIE MENDES*

O PACTO

"Façam um pacto, pessoal, silencioso e rigoroso com o jornal que preferem. Comprem-no. Gostam desta revista? Acham que é importante que continue? Comprem-na, façam uma assinatura e não a emprestem"

Não sei bem se a maioria dos leitores da *Atlântico* votam ou no PP ou no PSD, mas suspeito que sim. Falando por mim, é-me razoavelmente indiferente até porque o voto também é um fruto de circunstâncias. O meu, pelo menos, é. Mas digamos que os leitores desta revista são mais ou menos de centro-direita e mais ou menos a favor da economia de mercado e da concorrência e mais ou menos a favor de um Estado social que ampare quem nada tem. O que é que isso faz deles? Isso faz deles pessoas que interessam ao país. Mas também faz deles pessoas que se deveriam interessar mais pelo país.

Isso excluiu os outros, os que votam na esquerda? Não. O país precisa de toda a gente e quem é de esquerda não é menor por causa disso. Se quisermos polarizar podemos dizer que têm uma concepção diferente do real. A evidência, sobretudo a evidência económica e social, diz-nos que é uma concepção que se provou errada. Mas o apelo continua. Por razões de natureza humana, claro. E a natureza humana é sempre humana. Certa ou errada, não interessa. O combate, leal e elevado, a conversação, é que é imperativa.

Nunca vi anotado, mas a esmagadora maioria dos nossos agentes políticos servem o Estado. De uma maneira ou de outra, os que fazem mais ruído têm vínculo imortal com o Estado. Perdem e ganham eleições, perdem e ganham causas, perdem e ganham câmaras, mas vão acumulando anos de Estado. Nos momentos em que não estão na Política, medram no Estado. Isso significa que são mais livres e por isso podem fazer o barulho que entenderem? Ou significa que são escravos, porque jamais vão abandonar o vínculo ao Estado, apesar de se julgarem livres?

Ser do Sporting não é propriamente fácil. É como ser português. Muitos planos, muitos augúrios, muita expectativa, muito optimismo, muita estratégia e uma táctica tão má que não há empenho que se lhe imponha.

O bom do estertor do Inverno é o passar da moda das botas de cano alto nas mulheres. Nunca imaginei que Portugal tivesse tantas amazonas. Preferia não ter sabido. Mas na Primavera e a seguir, no Verão, há um outro problema, mas constante. Falo do nosso inacreditável gosto em óculos de sol. Ou há um súbito fascínio por um *look* inspirado nos óculos de soldar dos estaleiros da Lisnave, ou há muitas pessoas com muito para esconder.

Li *Continuem a Moer-lhes o Juízo – A Liderança de Guerra de Churchill*, de Sir Martin Gilbert, editado há pouco tempo pela Gradiva. O livro é curto e é uma espécie de excerto da biografia de W.S. (publicada cá pela Verbo, julgo). Naturalmente, li, mais uma vez, o tal excerto do discurso na Câmara dos Comuns, a 13 de Maio de 1940: «gostaria de dizer a esta Câmara, tal como disse àqueles que se juntaram ao meu governo, que nada tenho a oferecer senão sangue, trabalho, suor e lágrimas. Temos pela frente a mais terrível das provações. Temos pela frente muitos e longos meses de luta e sofrimento. Perguntais vós, qual é a nossa política? Responderei que é fazer a guerra, no mar, na terra e no ar; com todo o nosso poder e com todas as forças que Deus nos conceda; fazer a guerra contra uma tirania monstruosa, sem precedentes no catálogo dos crimes humanos (...) Perguntais vós, qual é o nosso objectivo? A isso posso apenas responder: é a vitória. Vitória a todo o custo, vitória apesar do terror, vitória por muito longo e difícil que o caminho possa ser; pois sem a vitória não haverá sobrevivência». Estas palavras de Churchill continuam a ser o meu poema preferido.

Nós, cultos e iluminados, preocupamo-nos muito com os jornais, as suas linhas editoriais e as suas opções. O grafismo e os logótipos. Os cronistas e os que já não são cronistas. Há quem se preocupe com a apanha da azeitona, ou em ter uma urgência hospitalar a funcionar perto de casa. Nós não. São os jornais que nos tiram o sono. Mas há uma coisa muito simples que podemos fazer por eles: comprá-los. Querem jornais melhores? Comprem-nos, diariamente. Façam um pacto, pessoal, silencioso e rigoroso com o jornal que preferem. Comprem-no. Gostam desta revista? Acham que é importante que continue? Comprem-na, façam uma assinatura e não a emprestem. Sem a compra de jornais, não haverá sobrevivência. E você, caro empresário de sucesso. Gosta de um jornal ou de uma revista? Use o seu poder discricionário e invista em páginas de publicidade nesses jornais. Você sabe bem que já o faz noutras circunstâncias. Porque não haveria de fazê-lo nos jornais em que acredita? Olhe, faça-o em nome dos seus filhos. Quem sabe se um dia, eles não vão querer também comentar jornais.

* Director da revista FHM

Crédito Habitação

FIXE A PRESTAÇÃO MAIS BAIXA

Se está a pensar comprar, trocar de casa ou tem um Crédito Habitação noutro banco conheça as nossas excelentes condições. Reduza a prestação até 50% e fixe a mesma por um período até 5 anos. Neste período, independentemente das oscilações das taxas de juro, a prestação irá manter-se inalterada.

Caso tenha um empréstimo noutro banco, transfira o seu Crédito Habitação para o Millennium bcp e beneficie, igualmente, de uma redução da sua prestação. A transferência será efectuada de uma forma simples e com custos* suportados pelo Banco:

- Isenção da Comissão de Dossier, Despesa de Avaliação e Comissão de Conversão de Registos;
- Reembolso de todos os custos com escritura e registos;
- Reembolso de custos de transferência (Declarações de Dívida e Distrate, desde que comprovadas, e até ao limite do preçário Millennium bcp);
- Reembolso de penalização na outra instituição de crédito por liquidação total antecipada (até 1% do capital transferido e desde que contratualmente prevista).

*Campanha válida para propostas aprovadas até 31 de Março de 2007, e escrituradas até 30 de Junho de 2007 de transferências superiores a 25.000 euros e prazo remanescente superior a 10 anos.

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24

ANTÓNIO CARRAPATOSO

O MAIS IMPORTANTE AINDA ESTÁ POR FAZER!

O mais importante e que ainda está por fazer são efectivas alterações estruturais e de paradigma. O novo caminho a seguir deve incluir a aposta numa sociedade e numa democracia mais liberais – sem prejuízo de se afirmar mais à esquerda ou mais à direita

Diz-se que têm sido desencadeadas políticas reformistas nos últimos tempos. Reconhecendo-se que alguma iniciativa e coragem tem existido tendo-se procedido a certos ajustamentos, muitas vezes inevitáveis face a um caminho que apontava para o desastre, a verdade é que o mais importante ainda está por fazer.

E o mais importante é a concretização, nas áreas mais relevantes, de efectivas alterações estruturais e de paradigma que mudem a forma como a nossa sociedade está organizada e funciona. Só com estas alterações estruturais criaremos as bases para uma sociedade mais desenvolvida e justa, que dê os incentivos certos aos portugueses, permitindo a sua realização pessoal e profissional, assim como uma verdadeira coesão social.

Estas alterações têm que assentar numa visão do tipo de sociedade que se pretende, com a definição dos respectivos princípios fundamentais, sem formatos rígidos, nem dogmas, numa concepção dos papéis a desempenhar pelos seus principais agentes, nomeadamente pelo Estado, cidadão e sociedade civil em geral. A clarificação desta visão e destes papéis não está ainda feita pelos principais projectos políticos em confronto.

O novo caminho a seguir deve incluir a aposta numa sociedade e numa democracia mais liberais (sem prejuízo de se afirmar mais à esquerda ou à direita), com particular ênfase na valorização e responsabilização do cidadão (também para que este se afirme mais senhor do seu destino), na igualdade de oportunidades, numa rede clara e equilibrada de direitos e serviços sociais, num Estado forte e independente, ao serviço da sociedade civil que lhe dê espaço e nela acredite, numa sociedade e em mercados mais abertos e flexíveis.

Apresentam-se de seguida dez medidas, entre as mais prioritárias, que, de uma forma ou de outra, possuem uma natureza estrutural e que permitiriam consolidar um processo de real e desejável mudança no nosso país.

1. PLANEAMENTO DO ESTADO

Estabelecer no Estado e na Administração Pública um processo integrado de planeamento plurianual, incluindo um sistema de gestão por objectivos, com metas claras e atribuídas a responsáveis concretos da melhoria de indicadores de qualidade de serviço (publicamente divulgados), aumento de eficiência, etc... prevendo-se uma avaliação independente dos investimentos públicos mais importantes.

2. VALORIZAR QUADROS DE TOPO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Profissionalizar os quadros de topo da função pública, revendo as suas condições salariais face à responsabilidade de funções desempenhadas, aproximando-as das praticadas para a mesma responsabilidade no mercado privado. Melhoria do processo de recrutamento, selecção e desenvolvimento de quadros de topo da função pública.

3. ESTADO MAIS GARANTE

Posicionar o Estado mais como garante do que como produtor na prestação dos serviços públicos, estabelecendo metas calendarizadas nas principais áreas (saúde, educação) de redução do peso do Estado como produtor, com consequências positivas na migração dos funcionários públicos para a iniciativa privada.

Promover uma concorrência justa entre Estado e privados como produtores de serviços públicos, reforçando as capacidades de regulação e fiscalização no Estado, nomeadamente por entidades independentes, sem conflitos de interesse.

4. MODELO SOCIAL

Clarificar qual o nível desejado de protecção social e de abrangência e qualidade dos serviços públicos, descriminando os vários elementos, explicitando qual a população alvo e nível de apoio que se pretende assegurar, minimizando a possibilidade de abusos ou distorções por forma a não se prejudicar os mais necessitados, garantindo-se um programa integrado de combate à pobreza e projectando os respectivos custos para o futuro, compatibilizando-os com o nível desejado de despesa pública e fiscalidade a alcançar.

5. CAPITALIZAÇÃO NAS PENSÕES

Evoluir nas pensões de reforma para um regime mais justo, sustentável e menos arriscado do que o actual, de capitalização, com conta indivi-

dual, gerido por um Instituto Público, por forma a dar os incentivos certos e a responsabilizar cada cidadão, evitando os riscos da actuação política arbitrária na alteração das regras de atribuição, risco esse muitas vezes relacionado com descontrolos da despesa pública, pressões corporativas ou intuitos eleitoralistas.

6. ALTERAR GOVERNAÇÃO E AUTONOMIA DAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES

Nas escolas e universidades do Estado alterar o sistema de eleição do corpo dirigente, passando este a ser maioritariamente eleito por representantes governamentais e autoridades e outras instituições locais. Prever o recrutamento directo pela escola, dos professores.

Estabelecer um sistema de contratualização de serviço público e de objectivos com as escolas e universidades com regras claras de financiamento (semelhantes para o Estado e privados).

Dar às escolas autonomia para desenvolver projectos de educação e permitir a liberdade de escolha para a família e o aluno.

7. ABERTURA DOS MERCADOS E CONCORRÊNCIA ALARGADA

Apostar claramente na abertura e numa maior concorrência em todos os mercados, não permitindo posições dominantes e criando condições para o livre investimento e a aquisição de empresas por investidores, sejam nacionais ou estrangeiros, sem favorecimentos.

A concorrência a todos os níveis será uma das melhores formas de evitar lucros ou ganhos excessivos, contribuindo ainda para um maior equilíbrio na distribuição de rendimentos.

Delinear e executar um plano acelerado e transparente de retirada do Estado do capital das empresas onde participa (excepções limitadas e devidamente justificadas). Nos sectores considerados mais relevantes proceder ao estabelecimento de regulação sectorial e fiscalização adequada que salvaguarde o interesse público.

8. FACTORES DE COMPETITIVIDADE

Seleccionar e desenvolver acções concretas e focadas naqueles factores de atracção e retenção de investimento de qualidade onde Portugal se poderá diferenciar.

Actualmente não existe uma diferenciação positiva em praticamente nenhum dos factores de competitividade, representando mesmo alguns um verdadeiro ónus. Basta percorrê-los (desde a qualificação dos recursos humanos, sistema de justiça, burocracia do Estado, sistema fiscal, abertura e sã concorrência nos mercados, legislação laboral, interacção universidades/empresas, qualidade ambiental, etc.) para se verificar da dificuldade de se encontrarem razões diferenciadoras para a localização de investimentos de qualidade em Portugal.

9. FLEXISEGURANÇA NO TRABALHO

Estabelecer um novo contrato de trabalho para o futuro por opção ao actual, em que por acordo entre empregador e empregado se estipule desde logo a possibilidade de rescisão pelo empregador, sujeita a pagamento de uma indemnização relacionada com a idade do trabalhador, e anos de casa, estabelecendo a lei limites mínimos.

Tal contribuiria para criar mais postos de trabalho, aumentando a flexibilidade e a mobilidade no trabalho, e para dar os incentivos certos aos trabalhadores, mais possibilidades aos desempregados responsabilizando os empregadores.

10. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Redução e integração dos múltiplos planos de ordenamento do território e de protecção ambiental e das múltiplas entidades envolvidas nos vários processos, introduzindo maior transparência, simplificando e reduzindo as estruturas, com decisores únicos para cada parte relevante do território.

A concretização destas medidas, que aliás não implicam, antes pelo contrário, maior despesa pública ou maior esforço dos contribuintes, exige visão, coragem, convicção, capacidade de gestão e de concretização mas seria o bastante para agora relançarmos a nossa sociedade no caminho certo.

Só então poderíamos dizer que políticas estruturantes e reformistas estão a ser realmente seguidas.

RUI RAMOS

25 DE ABRIL À DIREITA

Não culpem Abril pela menoridade da direita, porque o resultado do golpe militar de há 33 anos não foi a implantação imediata de um governo de esquerda. O historiador **Rui Ramos** diz que o PREC foi também consequência da incapacidade das direitas para renunciar às responsabilidades em nome das realidades

Em Portugal, aquela parte das direitas que reconhece não ser de esquerda faz questão, geralmente, de se classificar entre os excluídos do regime. E quando se pergunta aos queixosos pela causa dessa marginalização, é quase inevitável ouvir resmungar a propósito do 25 de Abril de 1974. Tudo teria começado com uma revolução de esquerda que, logicamente, terá criado um regime onde, à vontade, só se poderia ser de esquerda. Ora esta ideia, tal como todas as ideias correntes, não estando totalmente errada, também não está exactamente correcta. O 25 de Abril e a sua revolução têm menos culpas do que se diz nesta história da menoridade da direita.

Uma revolução e um regime para a esquerda?

Apesar das canções e dos festejos da oposição de esquerda, o resultado do golpe militar de há 33 anos não foi exactamente a implantação imediata de um governo das esquerdas. O novo presidente da república, o general Spínola, não era um homem de esquerda, e a Junta de Salvação Nacional, se tinha uma tendência, era conservadora. O chefe do governo, o professor Adelino da Palma Carlos, era um republicano nacionalista, que as esquerdas em 1974 já mal reconheciam como um dos seus. É verdade que Mário Soares e Álvaro Cunhal tinham postos no governo. Mas também Francisco Sá Carneiro, destacado como braço-direito de Palma Carlos. Diogo Freitas do Amaral, que então não era ainda exactamente de esquerda, fora convidado para o Conselho de Estado. O PREC só veio meses depois.

O PREC deu às esquerdas uma preponderância violenta em Lisboa e no sul. Mas a norte de Rio Maior, a história foi diferente. No auge do gonçalvismo, o PCP e a extrema-esquerda viram-se aí acossados por multidões enfurecidas, que lhes queimaram as sedes e fizeram os seus militantes passar a uma quase clandestinidade. Não foram só as direitas a ser perseguidas em 1975.

Finalmente, temos a contabilidade dos anos de governo desde 1976. Em 30 anos, o PSD passou 17 no governo, por comparação com 12 para o PS. Sozinho ou em coligação, o PSD obteve três maiorias absolutas (1979, 1987 e 1991) e o PS apenas uma (2005). Além disso, o CDS, à direita, faz parte do "arco da governação", mas não o PCP ou o BE, à esquerda. E em 2006, depois da má prestação eleitoral do ano anterior, os partidos à direita puderam eleger um presidente da república. Se acrescentarmos que controlam actualmente a maior parte das câmaras municipais mais importantes do país, é difícil escapar à conclusão de que não se têm dado mal com o abrilismo. De onde vem então e em que consiste a suposta "ascendência das esquerdas" que pretensamente impede a direita de sair do armário, exibir os seus irresistíveis atractivos e redimir triunfalmente o país?

Responsabilidades

Comecemos por examinar o modo como as direitas perderam a partida em 1974. O golpe de 25 de Abril resultou de várias conspirações, que procuraram manipular e explorar os capitães insubordinados. Havia entre estes alguns esquerdistas, mas sem o destaque que mais tarde adquiriram. A maioria das estrelas do MFA, como Otelo Saraiva de Carvalho, converteu-se ao marxismo só depois do golpe. E isso aconteceu, em grande medida, porque só à esquerda encontraram uma resposta imediata para a razão que os movera ao golpe: o fim da guerra em África. Em 1974, aliás, o próprio golpe fez essa aspiração dos oficiais tornar-se uma necessidade, com o colapso da disciplina militar. Ora, as direitas do novo regime – chamemos assim aos líderes políticos que não pertenciam aos partidos da esquerda marxista – não tiveram resposta para essa urgência. Comprometeram por isso a ascendência que, a princípio, alguns naturalmente lhes vaticinavam.

Em 1974, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, os principais líderes dos partidos à direita do PS, tinham conseguido purificar-se dos seus começos no Estado Novo. Não havia neles traço dos velhos preconceitos salazaristas contra a democracia, o parlamentarismo e o pluralismo partidário. Estavam também já desligados da tese de que Portugal era uma nação euro-africana. Mas não tinham chegado à lucidez brutal com que De Gaulle lidara com a Argélia em 1961-1962. Em grande medida por causa de Marcelo Caetano. Nos argumentos para ficar em África, Caetano substituíra habilidosamente os direitos, a que teria sido fácil renunciar, por responsabilidades, a que não se podia escapar com honra – responsabilidades, em primeiro lugar, para com populações que não era possível entregar simplesmente à ditadura dos partidos armados que combatiam a administração portuguesa. Tal como Spínola, Sá Carneiro e Freitas tiveram grande dificuldade em alijar essas responsabilidades. Só que a alternativa à simples entrega – como uma autodeterminação através de referendos – passaria sempre, devido à intransigência dos partidos armados e por causa das fraquezas das sociedades coloniais, pela continuação da guerra com tropas metropolitanas. O que não era viável. Foi isto que, em 1974, fez passar a iniciativa para as esquerdas, onde, por uma vez, a cegueira ideológica serviu de atalho para um realismo gaullista. As forças armadas, para quem a retirada de África era a prioridade, encontraram no expedito anticolonialismo das esquerdas os argumentos necessários para se livrarem de quaisquer responsabilidades em boa consciência.

No dia do golpe, as esquerdas ocuparam as ruas e as instalações do Estado Novo. Mas temiam um país que estivera sujeito a 40 anos de recon-

Se o 25 de Abril marcou alguma coisa a esse respeito, foi paradoxalmente o começo do fim dessa velha hegemonia intelectual das esquerdas. Entre outras provas, aqui estão os dois anos da *Atlântico*

quista católica e propaganda anti-comunista. Os mais realistas esperaram apenas ganhar um lugar ao sol numa "democracia burguesa", como controladores sindicais. Foi o caso, inicialmente, do PCP. Subitamente, graças à "descolonização", viram-se ao colo das forças armadas, a fazer uma revolução que poucos tinham julgado possível. O PREC não foi o resultado de uma simples tomada do poder pelo PCP, mas da incapacidade das direitas de renunciar às responsabilidades em nome das realidades. Foi uma incapacidade que teve a sua nobreza. Mas custou o PREC.

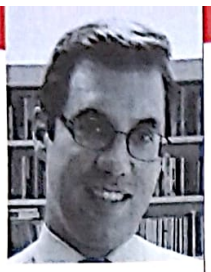
Valores e estratégias

O PREC, porém, não durou. E não durou pela resistência daquele país que as esquerdas menos lunáticas, com muita razão, sempre temeram. É verdade que das tropelias de 1975 sobreviveram o Conselho da Revolução, a Constituição e as nacionalizações. Mas o Conselho da Revolução não comandava as forças armadas, onde o novo presidente da República, o general Eanes, restabeleceu a hierarquia conservadora. E em 1979, o PSD e o CDS obtiveram uma maioria revisionista, suficientemente forte para levar Eanes a confessar que partilhava a mesma ideia de sociedade. A AD sabia o que queria: um poder democrático livre de tutelas e uma sociedade mais autónoma do Estado. Perante a evidência da ruína revolucionária, teve um acolhimento entusiástico. Porque é que isso não foi aproveitado para a afirmação de um contraste claro com as esquerdas? Porque é que a direita, de que pouca gente se reclama entre os partidos do regime, continuou a ser invocada no debate político quase só como a esquerda a imagina: o lado negro da "reacção" e dos "poderosos"?

Por duas grandes razões, entre outras mais pequenas. O Estado Novo insistira, durante anos, na ultrapassagem da dicotomia direita-esquerda, que considerava própria de um regime parlamentar, mas não de um regime "nacional". Depois de 1974, a atitude típica à direita continuou a ser a da negação de dicotomias doutrinárias, em nome dos valores consensuais de um "desenvolvimento" mais tarde enquadrado pela união europeia. À direita, onde se rejeitava a "luta de classes", recusou-se também o confronto ideológico como mais uma perversa invenção das esquerdas, indigna de estadistas responsáveis.

Além disso, porém, havia uma questão de estratégia. O PS de Mário Soares, em 1975-1976, afirmara-se como partido maioritário em confronto com o PCP. Isso levou os partidos à sua direita a adoptar aquela que deveria ter sido a estratégia do PCP: entrar no poder pela mão do PS. O CDS foi o primeiro a aproveitar a boleia. O PSD também tentou, embora fosse demasiado grande para uma posição subordinada, como se viu em 1983-1985. De qualquer modo, enquanto o jogo foi esse, nunca conveio uma identidade de "direita" que impedisse a intimidade com um PS que, apesar das acusações do PCP, sempre quis ser de esquerda. O CDS refugiou-se nas ambiguidades da "democracia cristã", e o PSD inventou uma "social-democracia" que nunca ninguém soube bem o que era. É sintomático que, depois de Sá Carneiro, o PSD tenha tratado as revisões constitucionais como um motivo para descobrir consensos com o PS, e não divergências. Entre 1985 e 1995, Cavaco Silva tentou chegar às reformas sem grandes controvérsias, em regime de concertação social e também de concertação ideológica. Lamentou que o PS tivesse votado contra 70% das suas propostas de reforma, mas evitou, muito diplomaticamente, tirar as mais radicais ilações. O mesmo no que diz respeito ao sentido da tutela presidencial de Mário Soares.

Em suma, as direitas não foram simplesmente vítimas de uma tomada do poder pelas esquerdas no dia 25 de Abril. Na diminuição ideológica das direitas, a revolução teve uma influência talvez inferior ao que é costume dizer. Mesmo a célebre "ditadura cultural da esquerda" não data da revolução, mas vem do Estado Novo, que por entre as entrelinhas da censura foi deixando os intelectuais de esquerda regularem largamente os consumos literários e artísticos. Se o 25 de Abril marcou alguma coisa a esse respeito, foi paradoxalmente o começo do fim dessa velha hegemonia intelectual das esquerdas. Entre outras provas, aqui estão os dois anos da *Atlântico*.



JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

DOIS ANOS DEPOIS

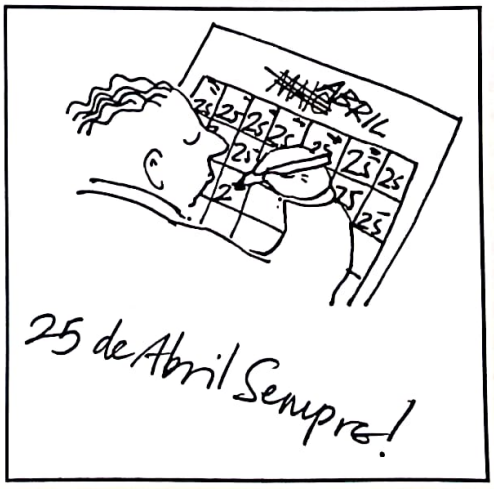
"Dois anos depois, a *Atlântico* conquistou influência, independentemente do número de vendas. Para aqueles que se preocupam demasiado com a quantidade, pergunto, o que trouxe o *24 Horas* à vida pública portuguesa?"

Na maioria das vezes que falo com leitores da *Atlântico* sobre a revista, inevitavelmente surge a pergunta fatal: "qual é o número de vendas?" A questão está sempre relacionada com os lucros ou com a influência da *Atlântico*. Quanto aos lucros, abstenho-me, porque não é um tema para ser tratado em público. Quanto à influência, tento explicar, muitas vezes sem sucesso, que a quantidade e a influência não têm uma relação directa ou óbvia. Por exemplo, diários como o *24 Horas* vendem muito. Terão certamente lucros, mas qual é a sua influência? Limitam-se a seguir as tendências, as modas, ou a apelar a instintos semi-básicos e a curiosidades populistas. Vendem muito, mas Portugal seria exactamente o mesmo país, se não existissem. Haveria outros para cumprir as mesmas funções. Noutro plano, excluindo a Oceânia, a Europa é o mais pequeno e o menos populoso de todos os continentes (não chega a ter 10% da população mundial), mas foi certamente o mais influente da história moderna. Não estou, como é natural, a fazer nenhuma comparação entre a Europa e a *Atlântico*. Estou simplesmente a recorrer a um exemplo forte para demonstrar o meu argumento: a influência não se mede pela quantidade.

Para se ter influência, é necessário querer mudar. Antes de mais, significa que não se está satisfeito com o que existe. Depois, é essencial acreditar que as nossas convicções têm capacidade para mudar. Acima de tudo, há uma rejeição absoluta do conformismo. Esta atitude definiu a *Atlântico* desde o início. Continua a defini-la dois anos depois do seu nascimento. A maior prova de influência da *Atlântico* foi ter contribuído, de um modo decisivo, para uma transformação da imagem da direita no meio intelectual português (juntamente com um grande número de blogues de direita, com os quais de resto há uma grande cumplicidade). Continuam a fazer-se muitas críticas à direita (e ainda bem), mas hoje já ninguém diz que a "direita é estúpida e anti-intelectual", como muita gente de esquerda gostava de dizer até há pouco tempo. A *Atlântico* demonstra que a direita portuguesa também gosta de ler, de cinema, de teatro, de música, de exposições e de pintura. E não gosta de um modo instrumental, ou porque vive disso. Gosta por mero interesse e prazer intelectual. E a verdade é que ainda não apareceu uma "Atlântico", à esquerda (e não é certamente por falta de investimento, porque se uma coisa define os que em Portugal investem na comunicação social é nunca terem tido problemas em apostar em projectos de esquerda). No início do século XXI, no plano intelectual, graças à *Atlântico*, direita: 1, esquerda: 0. Lamento, mas às vezes, a frontalidade tem as suas virtudes.

Em segundo lugar, a *Atlântico* sublinhou o pluralismo da direita portuguesa. No plano social, há os mais liberais e as vozes mais conservadoras. Por exemplo, durante o referendo do aborto, foi notória a divisão entre aqueles que contribuem regularmente para a revista. Ainda bem que é assim. O pluralismo estende-se também ao plano político. Ideologicamente, há uns mais conservadores, outros mais liberais, embora o mais frequente seja uma mistura entre as duas correntes. No plano político e partidário, uns são mais próximos do PSD, outros do CDS (apesar de a maioria estar muita insatisfeita com ambos os partidos). Há ainda muitos que nunca se identificaram, nem se identificam, com nenhum dos dois partidos.

Em terceiro lugar – e esta é porventura a conquista mais importante – a *Atlântico* demonstrou que a direita portuguesa acredita em certas ideias e em certos valores. Lembram-se da famosa expressão nacional, a "direita dos interesses"? Ora, a *Atlântico* é a direita das convicções. Não significa que não tenhamos interesses. Não somos puritanos, temos interesses e muito fortes. Têm a força das nossas convicções. Agora o termo pejorativo, "direita dos interesses", não se aplica certamente à *Atlântico*. As nossas convicções estabelecem, é justo reconhecer, os limites do nosso pluralismo. Acreditamos profundamente nas virtudes da economia de mercado. A liberdade é, para nós, um valor fundamental. No plano internacional, defendemos empenhadamente o Ocidente. Ou seja, não somos socialistas, opomo-nos a qualquer regime autoritário, rejeitamos que a igualdade e o dirigismo central se imponham à liberdade individual e recusamos o anti-ocidentalismo. Uns concordam, outros discordam. Nós estaremos sempre abertos ao debate. Mas não enganamos ninguém, nem mudamos por oportunidade ou por cálculo. A *Atlântico* demonstrou que há uma direita aberta à discussão, pluralista, de pensamento livre e convicta em relação aos valores em que acredita. Foi por isso que conquistou influência, independentemente do número de vendas. Para aqueles que se preocupam demasiado com a quantidade, pergunto, o que trouxe o *24 Horas* à vida pública portuguesa?



BRANDIACENTRAL

JOÃO PEREIRA COUTINHO

O RUÍDO DO MUNDO

A propósito do último livro de Luís Carmelo, recordações de uma história antiga: a história levemente infantil, como são todas as histórias de amor, de um colunista português: um desses colunistas inflamados que por aí persistem e que na véspera do 11 de Setembro de 2001 se estava a apaixonar

Parto para Madrid com a ambição prosaica de vadiar pela cidade. E, claro, espreitar a integral de Tintoretto, ou quase, que o Prado oferece até Maio. Ilusão desfeita: com o livro de Luís Carmelo na mala, o meu fim-de-semana madrileno resume-se a vinte metros quadrados de hotel e duzentas páginas de prosa. Não me queixo. Queixar? *E Deus Pegou-me pela Cintura* (Guerra & Paz), que a *Atlântico* pré-publicou no último número, é uma das melhores colheitas ficcionais dos últimos tempos e, ao lê-la como ela deve ser lida (em silêncio, sozinho e em viagem por terra estrangeira), pressinto também um «incêndio da memória» a lavrar cá por dentro. Um «incêndio da memória»? É o próprio Luís Carmelo quem explica essa pessoalíssima epifania nas páginas do seu livro: um «incêndio da memória» não tem fogo, não tem fumo, não tem destruição; mas apresenta um desconcertante apelo ao impossível e ao inigualável.

E então recordo uma história antiga: a história levemente infantil, como são todas as histórias de amor, de um colunista português – um desses colunistas inflamados que por aí existem e persistem – que na véspera do 11 de Setembro de 2001 se estava a apaixonar. O mundo mudava com duas torres em Nova Iorque: a imagem radical da destruição radical e de um período de incerteza, angústia e guerra que ainda hoje vivemos e viveremos pelo futuro imaginável. Mas o mundo *dele*, a vida *dele*, mudara na noite anterior. E quando as torres desabaram em Nova Iorque, ele nem notou. Claro que existiram textos – profissionais, distanciados, empenhados – que o plumitivo escreveu por obrigação e hábito. Mas havia em cada palavra publicada um faz-de-conta ainda maior do que o habitual: ele escrevia sobre um mundo sombrio quando a sua alma estava pateticamente iluminada.

Lembro a história porque esse hiato – no fundo, o hiato entre o *nosso mundo* e o *ruído do mundo* – habita as páginas deste livro com impressiva beleza literária. A forma mais fácil de resumir o romance seria reduzi-lo à sua espuma: é um livro que revisita os últimos trinta e cinco anos de Portugal, sim; é a história de Guilherme e Rute, certamente; é a forma como se conhecem nas vésperas da Revolução de Abril, como se separam e como se reencontram trinta anos depois, sem dúvida; e é também a história traumática, e bem mediática, de uma jornalista portuguesa raptada e alegadamente executada no sul do Líbano.

Tudo isto existe, tudo isto é triste, tudo isto é facto. Mas existe uma história por baixo desta história: a história de duas vidas e das narrativas – históricas, ideológicas – que lhes conferem unidade e sentido. Para Rute, o apelo das grandes narrativas; o apelo da luta, que é, como escreve Carmelo, uma forma de desejo ou um modo de requerer sentido para as coisas; e, para Guilherme, o apelo das pequenas narrativas; o apelo da história pessoal e não das "engenharias vertiginosas".

Essa diferença é marcante desde o início: desde o primeiro sobressalto, em Abril de 74. É marcante em Guilherme, o "inconsequente", o homem dos reversos, porque capaz de ver ou pressentir em cada solavanco da história a vacuidade das crenças ilimitadas. «O mundo estava ali», escreve Guilherme, «nas mãos daquelas pessoas como se fosse uma bola de pingue-pongue pronta a viver uma metamorfose cósmica.» Um reaccionário? É o próprio quem o desmente: «Não obrigado. O que eu queria era outra coisa. Mas o quê?»

A recusa da utopia final costuma alimentar essa dúvida; uma dúvida que não se instala em Rute, ou pelo menos não se instala de início. Ela é «uma flor perfeita no prado convulsivo da revolução»; como se esse «desaguar da revolução no mundo» desse a Rute as chaves da sua felicidade.

E, no entanto, o hiato cresce, e cresce, e cresce, entre o *nosso mundo* e o *ruído do mundo*. E quando Guilherme e Rute se afastam e se reencontram – e reencontram-se trinta anos depois da primeira perda – Rute é «um anjo a levitar nas asas de uma borboleta»; mas é também, ou transporta também, a promessa de novo afastamento e de nova perda. Quando o destino é grande, o pobre desconfia, escreve Carmelo. Com razão. Como se houvesse no presente a possibilidade da sua própria nostalgia. Ou, como diria o centenário Auden, o destino brutal dos amigos que se encontram e se abraçam, para então partirem, cada um para o seu próprio erro.

E o que fica no final? Em Guilherme, no olhar de quem se encerra a narrativa, ficam memórias. Ficam «incêndios da memória». Fica a certeza do que tivemos: encontros, reencontros. E fica a certeza também de que os erros ou perdas que acumulamos na vida só serão suportáveis, ou toleráveis, quando os tornamos parte da felicidade de então.

À sua estranha maneira, e em mais do que um sentido, este é um livro poderosamente feliz.

NOVIDADE!

Classic International Cruises

OS ÚNICOS CRUZEIROS COM SAÍDA E CHEGADA A LISBOA.

Saídas de **Lisboa - Primavera/Verão**

ESPECIAL CRUZEIRO DA PÁSCOA DESDE **290 €**
REQUINTADO ALMOÇO DE PÁSCOA A BORDO!
3 NOITES, DE 05 A 08 DE ABRIL 2007
LISBOA · CÁDIZ · GIBRALTAR · TÂNGER · LISBOA

10% Desconto*
Cliente Repetente

CRUZEIROS
PRIMAVERA/VERÃO 2007

ESTRELAS DO DESERTO DESDE **455 €**
5 NOITES, DE 20 A 25 DE ABRIL 2007
LISBOA · TÂNGER · CASABLANCA · AGADIR · LISBOA

FITNESS, SAÚDE E BEM-ESTAR DESDE **365 €**
4 NOITES, DE 25 A 29 DE ABRIL 2007
LISBOA · GIBRALTAR · MÁLAGA (OVERNIGHT) · LISBOA

BAÍA MEDITERRÂNICA DESDE **395 €**
4 NOITES, DE 27 A 31 DE AGOSTO 2007
LISBOA · CEUTA · MÁLAGA · TÂNGER · LISBOA

MINI-TÂNGER II DESDE **210 €**
2 NOITES, DE 31 DE AGOSTO A 02 DE SETEMBRO 2007
LISBOA · TÂNGER · LISBOA

BAÍA DO ATLÂNTICO DESDE **395 €**
4 NOITES, DE 02 A 06 DE SETEMBRO 2007
LISBOA · CÁDIZ · CASABLANCA · GIBRALTAR · LISBOA

DOLCE VITA *GLAMOUR* DESDE **940 €**
10 NOITES, DE 06 A 16 DE SETEMBRO 2007
LISBOA · IBIZA · PALMA DE MAIORCA · MONTE CARLO (MONACO)
SAINT TROPEZ · CANNES · MAHON (MENORCA) · GIBRALTAR · LISBOA

10% Desconto*
Cliente Repetente

Saídas de **Veneza** OFERTAS ESPECIAIS ! e de **Koper**

MARAVILHAS DO ADRIÁTICO VENEZA desde **940 €**
7 NOITES, 6 PARTIDAS
DOMINGOS, DE 22 DE JULHO A 26 DE AGOSTO 2007
VENEZA · ZADAR · KOTOR · SARANDE · CORINTO · PAXI · KORCULA · VENEZA

JÓIAS DO ADRIÁTICO KOPER desde **940 €**
7 NOITES, 16 PARTIDAS
DOMINGOS, DE 29 DE ABRIL A 30 DE SETEMBRO 2007
KOPER · PULA · ZADAR · SPLIT · KORCULA · DUBROVNIK · KOTOR · PLOCE · KOPER

* Descontos mencionados não acumuláveis com outras promoções e/ou descontos em vigor, excepto com as ofertas especiais nas saídas de Veneza.

10% Desconto*
Cliente Repetente

Saídas de **Gotemburgo**

CAPITAIS DO BÁLTICO DESDE **795 €**
10 NOITES, 22 MAIO A 01 JUNHO 2007
GOTEMBURGO · GDYNIA · S. PETERSBURGO · TALLIN · RIGA · KLAIPEDA · GOTEMBURGO

FIORDES DA NORUEGA DESDE **535 €**
6 NOITES, 01 A 07 JUNHO 2007
GOTEMB. · HELLESYLT · GEIRANGER · OLDEN · GUDVANGEN · FLAM · BERGEN · GOTEMB.

MAGIA DA ISLÂNDIA DESDE **975 €**
12 NOITES, 07 A 19 JUNHO 2007
GOTEMB. · THORSHAVN · REYKJAVIK · ISAFJORDUR · AKUREYRI · KIRKWALL · GOTEMB.

FIORDES, CABO NORTE & SOL DA MEIA-NOITE DESDE **945 €**
10 NOITES, 19 A 29 JUNHO 2007
GOTEMB. · GEIRANGER · HELLESYLT · GRAVDAL · HONNINGSVAAG · TROMSO · MOLDE · BERGEN · GOTEMB.

Saídas de **Piréus** (Atenas)

CRUZEIROS
GRANDES CIVILIZAÇÕES: GRÉCIA & TURQUIA

DESCOBERTA DO MAR EGEU DESDE **350 €**
3 NOITES A BORDO DO OCEAN COUNTESS
33 PARTIDAS
DE 23 DE MARÇO A 02 DE NOVEMBRO 2007
PIRÉUS · MIKONOS · KUSADASI · PATMOS · HERAKLION · SANTORINI · PIRÉUS

CRUZ. CLÁSSICO AO MAR EGEU DESDE **540 €**
4 NOITES A BORDO DO OCEAN COUNTESS
33 PARTIDAS
DE 26 DE MARÇO A 05 DE NOVEMBRO 2007
PIRÉUS · MIKONOS · KUSADASI · PATMOS · RODES · HERAKLION · SANTORINI · PIRÉUS

GRANDES CIVILIZAÇÕES DO MAR EGEU DESDE **840 €**
7 NOITES A BORDO DO BLUE MONARCH
31 PARTIDAS
DE 06 DE ABRIL A 02 DE NOVEMBRO 2007
PIRÉUS · ISTAMBUL · MIKONOS · KUSADASI · PATMOS · RODES · HERAKLION · SANTORINI · PIRÉUS

Os preços publicados são meramente indicativos, sujeitos a confirmação no acto da reserva.

COMO FAZER PARA VISITAR VÁRIOS LOCAIS DE SONHO EM DIFERENTES PAÍSES, SEM TER DE MUDAR DE HOTEL, OU SEQUER DE TRANSPORTAR AS SUAS MALAS?

FÁCIL, FAZER UM CRUZEIRO.

UMA VIAGEM DE CRUZEIRO É A COMBINAÇÃO PERFEITA ENTRE DIAS PLENOS DE DESCOBERTAS E NOVAS EXPERIÊNCIAS EM TERRA E DIAS DE LAZER E DESCONTRAÇÃO A BORDO DO NAVIO.

UM CRUZEIRO CLASSIC INTERNATIONAL CRUISES, OFERECE ESSE AMBIENTE DE CONFORTO NUMA ATMOSFERA DESCONTRAÍDA, GRAÇAS AO SEU ESTILO INFORMAL, PERMITINDO QUE O TAMANHO MAIS ACOLHEDOR DESTES NAVIOS, DE BANDEIRA PORTUGUESA, LHE PROPORCIONE ESSE SENTIMENTO DE PROXIMIDADE E INTIMIDADE COM OS OUTROS PASSAGEIROS E COM OS OFICIAIS E ANIMADORES PORTUGUESES.

OFERTAS ESPECIAIS nas saídas de VENEZA !

10% Desconto até 15 de Março, ao adquirir apenas a Viagem de Cruzeiro
ou
10% Desconto ao adquirir a Viagem de Cruzeiro com a Ligação Aérea.

LIGAÇÃO AÉREA 270€

Preços em Euros, por pessoa.
Sujeito à disponibilidade.
Taxas não incluidas.

PROGRAMAS, RESERVAS E INFORMAÇÕES:
213 953 264 / 800 20 60 80
www.cic-cruises.com
ou o seu agente de viagens

- Preços em Euros, por pessoa, em ocupação dupla;
- Taxas portuárias não incluídas;
- Inclui 5 refeições diárias a bordo, excepto bebidas;
- Transferes gratuitos de/para Porto e Coimbra, nos cruzeiros com saídas de Lisboa;
- Serviço de bagageiro no cais;
- Seguro de viagem;
- Para ligações aéreas consulte-nos.

VÍTOR MARTINS

A VELHA EUROPA E A NOVA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Ao comemorar em 2007 os cinquenta anos do Tratado de Roma, devemos lembrar-nos que a Europa cumpriu um notável caminho de paz e de progresso. De acordo com o especialista **Vítor Martins**, a integração europeia foi a principal responsável por esse percurso. Porque a Europa pode ser velha, mas a integração europeia não o é. A princesa Europa sempre rejuvenesceu com o elixir da integração

Da utopia à realidade

A Europa sempre se seduziu pela utopia. Mas só avançou quando foi pragmática. Sem utopia a Europa deprime-se, sem pragmatismo definha.

A integração europeia é a síntese da utopia com o pragmatismo. A própria personalidade de Jean Monnet, justamente reconhecido como pai fundador da construção europeia, o revela. Em Jean Monnet se combina o fino diplomata, o hábil negociador e o astuto homem de negócios. Ele foi o visionário promotor do projecto de integração. Ainda decorria a II Guerra Mundial, em 1943, e Jean Monnet já alertava para a impossibilidade de se alcançar «a paz duradoura» (não a «paz perpétua» de Kant, outra utopia do passado) se a Europa se reconstruísse apenas em torno do velho conceito de soberania nacional. Advogava uma nova solidariedade. Assim se semeou a integração europeia. Meia dúzia de anos após a guerra era assinado o Tratado de Paris que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). E, em 1957, ou seja, há cinquenta anos, o Tratado de Roma era firmado pelos seis Estados fundadores e inaugurava a Comunidade Económica Europeia, a CEE ou o Mercado Comum Europeu como passou a ser conhecida.

Curiosamente, depois da CECA os pais-fundadores apostaram primeiro na criação de uma Comunidade Europeia de Defesa, projecto promovido pela França e depois rejeitado pela própria França (hélas! sempre a França ...), após votação na Assembleia Nacional em meados de 1954. Pragmaticamente, optaram então por voltar-se de novo para a integração económica e daí nasceu o Tratado de Roma. Ou seja, sem perder de vista o objectivo visionário da integração política, os fundadores optaram por seguir por uma via que já tinha o precedente da CECA e que colhia mais facilmente a adesão dos Estados. Desenharam então o conceito de "mercado comum" que arrancaria numa primeira fase com a forma de União Aduaneira (uma zona de comércio livre acompanhada de um protecção externa comum).

Todavia, basta reler o preâmbulo do Tratado para se perceber que a ambição dos signatários ia para além da integração económica. A «entidade económica comum», expressão usada por Monnet, era o ponto de partida para tecer uma rede de valores e de interesses comuns que, tornando-se irreversível, asseguraria, a prazo, a unidade da Europa também no plano político.

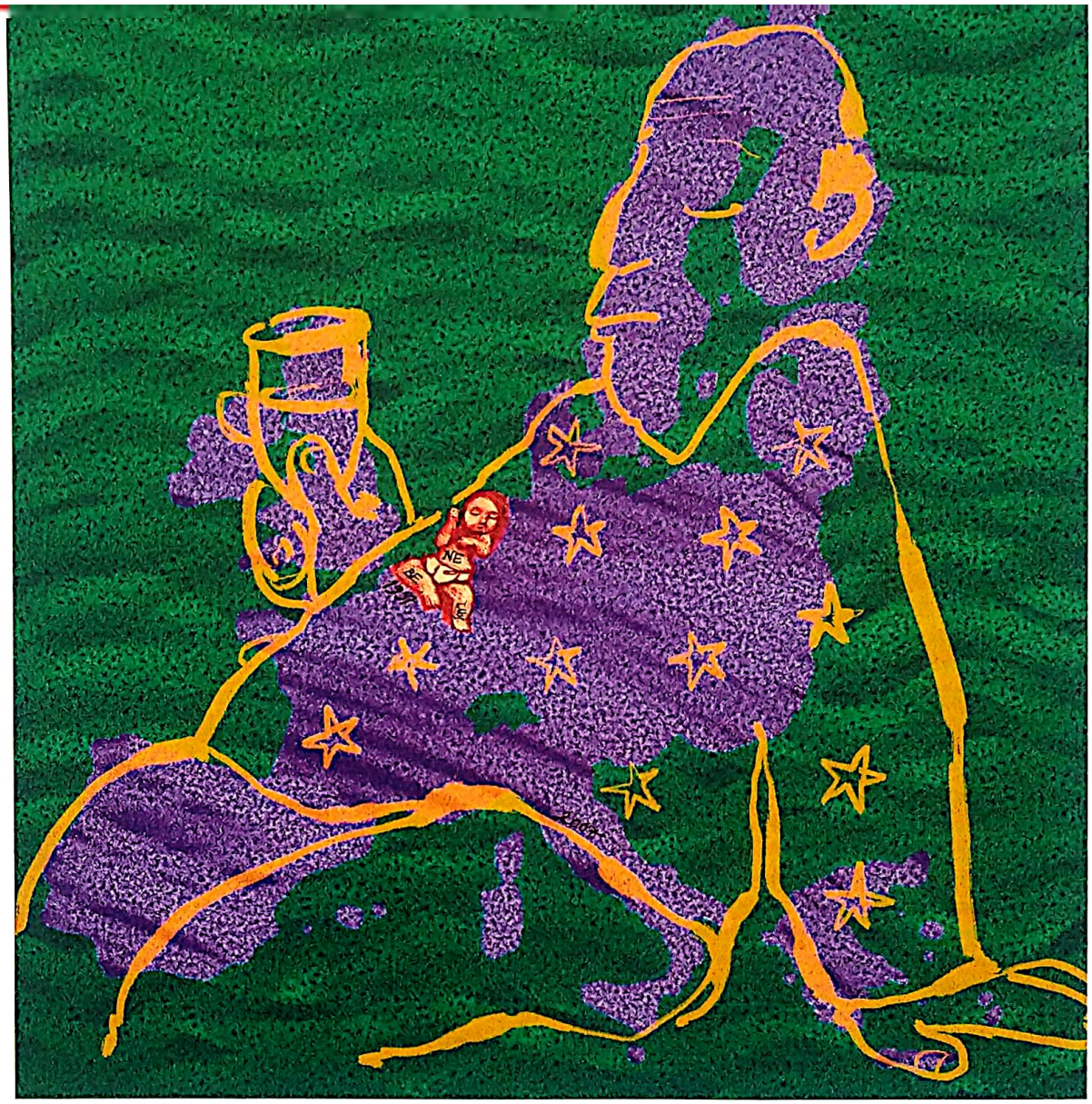
Sintomático me parece o facto de Jean Monnet, já nos idos de sessenta do século passado, ter confessado que, se fosse possível recomeçar de novo, teria preferido iniciar a integração europeia pela cultura, em vez da economia. Interpreto esta confissão não tanto como autocrítica, mas antes como reconhecimento de que, para além da integração económica, era indispensável promover a identidade europeia, diversa, multifacetada, mas com uma matriz de valores e de activos civilizacionais comuns. Sem uma forte noção de partilha da identidade comum, Monnet terá antecipado (mais uma vez muito antes de todos os outros) que seria difícil aprofundar a integração política. O tempo, esse juiz insuperável, vai-lhe dando razão!

Cinquenta anos de Tratado de Roma e tanto caminho andado...

Os europeístas convictos dividem-se: uns acham que já se andou muito e era impossível ter ido mais longe (nesse grupo me incluo); outros entendem que já devíamos ter feito muito mais e nos atrasámos no percurso. Os primeiros não enjeitam a referência da utopia, mas agem em função das realidades (como tão bem o fizeram os fundadores). Os segundos descambam frequentemente para um europeísmo iluminado, sempre prontos a embarcar em "fugas para a frente" (às vezes sem cuidar do precipício) e tornam-se, involuntariamente é certo, no principal fermento do eurocepticismo.

Perspectivado à luz da História da Europa o percurso da integração europeia nos últimos cinquenta anos é mesmo impressionante! A história da Europa é uma história dominada pelas fronteiras. A história da integração é a história da Europa sem barreiras. Ao superar o conceito tradicional de fronteira a integração europeia superou o principal factor de tensão e conflito na Europa. Ao promover a intensa interdependência económica cimentou o conceito de interesse comum, que é a verdadeira raiz do processo integrador. E, para promover e defender o interesse comum, desenhou-se o conceito de "soberania partilhada", outra chave do sucesso.

O *core business* do Tratado de Roma era o mercado comum. Conceptualmente trata-se de uma União Aduaneira plena a que acresce a livre circulação dos factores de produção. E foi isso que os seus fundadores se comprometeram a fazer há cinquenta anos. E foi isso que foi feito nas primeiras três décadas. O conceito foi aprofundado no Acto Único Europeu em 1986, com a noção de "espaço sem fronteiras", então já a CEE tinha doze membros, entre os quais Portugal. O objectivo já era mais ambicioso e mais político. Visava-se levar às últimas consequências o objectivo da Europa sem bar-



À luz da História da Europa o percurso da integração europeia nos últimos cinquenta anos é mesmo impressionante. A história da Europa é uma história dominada pelas fronteiras. A história da integração é a história da Europa sem barreiras. Ao superar o conceito tradicional de fronteira a integração europeia superou o principal factor de tensão e conflito na Europa

reiras, fossem quais fossem as barreiras, aduaneiras, técnicas, burocráticas, administrativas (com uma excepção, as barreiras monetárias, pois essas só seriam eliminadas mais tarde com o Tratado de Maastricht). E visava-se um passo ainda maior: a livre circulação de pessoas.

As dúvidas da "dama de ferro", que então liderava o Reino Unido, sobre o mercado interno europeu tinham muito mais a ver com a dimensão política que o projecto encerrava do que com a integração dos mercados que ela própria apoiava. Foi, de resto, o "seu" Comissário, Lorde Cockfield (entretanto já falecido), o grande líder que, em franca e inesperada cumplicidade com Jacques Delors, conduziu à realização do mercado interno com uma tenacidade admirável ("*You know, we the british are brutal!*", costumava dizer aos interlocutores para enfatizar a sua obstinação).

Estávamos já na era Delors. E foi ele o criador do conceito de coesão económica e social que os doze inscreveram no Acto Único Europeu. Já na génese do Tratado de Roma a solidariedade estava presente e era, de resto, explicitamente evocada. Mas foi Delors que montou o quadro tangível da política de coesão económica e social, de que Portugal tem sido, como se sabe, um dos principais beneficiários através do recurso aos fundos monetários. O que importa reter é que, nessa altura, Jacques Delors – o líder europeu que melhor reincarnou não só o espírito, mas sobretudo o método de Jean Monnet – fez vingar a sua tese: cada passo no aprofundamento da integração europeia deve ser acompanhado do reforço da coesão económica e social. E, assim, as políticas de coesão ganharam um peso decisivo nas decisões e no orçamento da CEE (hoje representam mais de um terço do orçamento comunitário). O Pacote Delors I foi contraponto ao mercado único e o Pacote Delors II correspondeu à união económica monetária. Foi neste contexto que Jacques Delors, na sua linguagem expressiva e cartesiana, definiu a integração europeia como um tríptico: "competição – cooperação – solidariedade". É difícil dizer melhor.

Realizado o grande mercado interno que aglutinou os doze, faltava abater o proteccionismo monetário que distorcia o bom funcionamento do mercado e era um travão à dinâmica de integração e, consequentemente, ao crescimento económico. Era necessário dar mais um passo: a moeda única. Havia dois grandes obstáculos: a Alemanha e o Reino Unido. No primeiro caso tratava-se de resistência decorrente da força do marco em contraponto com a vulnerabilidade da generalidade das moedas europeias. No segundo caso havia o temor político face a um projecto de integração monetária incontornavelmente de cariz federal, a que acrescia o receio da perda da centralidade de Londres nos mercados financeiros. Ambos os obstáculos foram removidos. Para a Alemanha a moeda única foi o preço a pagar pela solidariedade dos outros Estados para realizar a unificação da Alemanha. A queda do muro de Berlim foi habilmente aproveitada pelos líderes da altura, em particular por François Miterrand, para arrancar o sim da Alemanha para a moeda única. Quanto ao Reino Unido foi-lhe proporcionado o estatuto de *opting out*,

"O *core business* do Tratado de Roma era o mercado comum. Conceptualmente trata-se de uma União Aduaneira plena a que acresce a livre circulação dos factores de produção. E foi isso que os seus fundadores se comprometeram a fazer há cinquenta anos. E foi isso que foi feito nas primeiras três décadas"

o que lhe permitiu ficar de fora da zona euro sem bloquear a união económica e monetária que a maioria dos Estados queria levar por diante.

Este extraordinário aprofundamento da integração económica foi consagrado no Tratado de Maastricht em 1992 e está plenamente realizado. E, acrescente-se ainda, sem receio da palavra, realizado com sucesso.

Também a livre circulação de pessoas avançou, de novo com o Reino Unido de fora. Os Acordos de Schengen foram a via para superar o impasse. Em 1993 sete países da União Europeia (UE) iniciaram a livre circulação de pessoas, projecto que se tem alargado progressivamente a muitos outros Estados.

Em Maastricht introduziu-se também, e pela primeira vez, o conceito de cidadania europeia, consagrando direitos e deveres conferidos aos cidadãos europeus, em complementaridade à sua cidadania nacional. Os nossos emigrantes na Europa sabem melhor do que ninguém dar testemunho sobre o significado desse passo.

Ainda em Maastricht, a UE tacteou os primeiros passos efectivos em duas outras áreas sensíveis da soberania nacional: a política externa e a defesa. A integração europeia chegava então ao núcleo duro dos poderes da soberania nacional, depois de ter cumprido o essencial do projecto de integração económica. A política externa e de segurança comum estabelecida em Maastricht teve um cariz embrionário, é certo. Mas marcou o caminho. Hoje, não só a concertação de política externa é muito intensa entre os vinte e sete, como já está sobre a mesa a criação da figura de Ministro dos Negócios Estrangeiros. A própria representação e protecção diplomática dos Estados membros assume já uma dimensão europeia. Tanto foi, pois, o caminho percorrido.

E na segurança e defesa o tema não ficou congelado. Avançou, sobretudo com o Acordo de S. Malô e com a constituição da força de intervenção rápida. A UE já superou a fase do tabu em assuntos de defesa e tem agora um perfil de intervenção impensável apenas há alguns anos atrás. A situação internacional, com novos riscos e ameaças, a redefinição da NATO e até a nova orientação norte-americana têm impulsionado a UE a assumir-se como um actor mais activo nos domínios da defesa e segurança. Esse caminho parece também irreversível!

A integração europeia não se aprofundou apenas, também se alargou. Dos seis Estados fundadores atingiu-se agora os vinte e sete membros. A UE vai do Atlântico até à fronteira da Rússia, e do Mediterrâneo ao Báltico e ao Árctico. Integra 500 milhões de cidadãos numa densa e intensa interdependência de interesses.

Portugal entrou no terceiro alargamento em 1986 e, no mais recente, o sexto, entraram a Roménia e a Bulgária. Invoca-se com razão o alargamento como prova do sucesso da integração europeia. Mas o que me parece mais relevante sublinhar é o facto do alargamento ser absolutamente natural face à génese da integração europeia, que tem contornos de "pan-europeísmo" que frequentemente se subestimam.

Tão importante como a adesão é a perspectiva de adesão. Foi assim no caso de Portugal, por exemplo. Tal como foi no caso dos países do Centro e Leste Europeu. Ou como está a ser no caso da Turquia. Isto é: a perspectiva de adesão funciona como uma *driving force* para as reformas dos países candidatos. Mais: a UE proporciona a matriz de referência para consolidar a democracia, os valores fundamentais e os objectivos estratégicos de desenvolvimento. Portugal é disso um exemplo eloquente. O pedido de adesão, formulado alguns anos depois do 25 de Abril de 1974, foi um catalizador para as reformas e para a estabilização da democracia. Foi também um poderoso dissuasor das tentações hegemónicas e totalitárias que pairaram na política portuguesa dos anos setenta.

Actualmente, as expectativas de adesão à UE continuam a ser um factor de paz e estabilidade no continente europeu. Basta olhar para os Balcãs para o confirmar.

Desde o ponto de partida, ou seja, desde as ruínas da II Guerra Mundial até hoje, a Europa cumpriu um notável caminho de paz e de progresso. A integração europeia foi a principal responsável. A Europa é velha. A integração europeia não. A princesa Europa rejuvenesceu com o elixir da integração europeia.

... e tanto caminho por fazer

Muito caminho feito, outro tanto por fazer. A Europa enfrenta hoje quatro desafios críticos: **o crescimento económico** num quadro de competição global; a **segurança** num contexto de novas e, não raro, mal definidas ameaças; a **influência** no mundo global; o **alargamento**.

A economia global tem estado a crescer a ritmos intensos, impulsionada em particular pelos desempenhos dos países emergentes mais dinâmicos (caso dos BRIC, como é sabido). Mas a Europa, depois de uma década de grande crescimento que a levou do mercado interno até ao euro, tem revelado dificuldades de retoma sustentada de crescimento. Daí vem a persistência de desemprego e uma menor confiança dos agentes económicos. O confronto com a competição global gerou incertezas e temores, agravadas pelo natural fenómeno da deslocalização de investimentos. Está a Europa preparada para vencer na economia global? O que parece claro é que a economia europeia ainda sofre de uma "rigidez estrutural" que lhe diminui a agilidade (factor decisivo no confronto competitivo global) e a capacidade de realocar, com mais eficiência, os seus recursos (as ineficiências traduzem-se em perdas competitivas). A Europa está perplexa perante o aparente dilema: crescimento económico à custa de destruição social *versus* protecção social à custa de destruição económica. Ambos os termos são inaceitáveis.

A economia europeia tem de agilizar-se para ser competitiva, excluída que está a via proteccionista que, de resto, no passado foi geradora de guerra e de miséria. Todavia, não parece possível (nem desejável) o desmantelamento do modelo social sedimentado nas últimas décadas e que assegura, em todos os Estados da UE (embora com significativas *nuances*), uma muito elevada protecção social.

O caminho só pode ser o das reformas que, garantindo patamares razoáveis de protecção social, assegurem competitividade à economia. Reformas das leis laborais à fiscalidade, da segurança social à edução, da gestão do Estado aos modelos regulatórios da economia.

O novo fôlego da integração económica post euro só pode ter um sentido: da escala (alcançada pelo mercado único) para a flexibilidade; da ineficiência do Estado para o rigor público; da protecção do posto de trabalho para a valorização da cultura da iniciativa, do risco e do empreendimento; do intervencionismo burocrático para a regulação independente e transparente; da rigidez das leis laborais para a flexibilidade do mercado do trabalho.

A Agenda de Lisboa, em certa medida, apontou e aponta nesta direcção. Mas o seu método de implementação tem-se revelado deficitário.

Por outro lado, o mercado interno tem que ser levado até ao fim em áreas onde ainda está incompleto, como é o caso da energia e dos serviços financeiros.

A energia vai ser, de resto, o novo *driver* da integração europeia. Será, no século XXI, o que a política agrícola comum foi nos primórdios da construção europeia. As alterações climáticas ajudaram a enfocar o tema da energia e a Comissão Europeia e os Estados membros despertaram para o imperativo de agir, de agir depressa e de agir em comum. Também neste domínio, tal como noutros no passado, a integração europeia é a plataforma mais eficaz e mais eficiente para congregar os europeus em torno deste objectivo inadiável.

O segundo desafio, da segurança europeia, é também premente. Tornado ainda mais premente pela natureza, origem e intensidade das ameaças que emergiram no pós-Guerra Fria. A fragmentação geopolítica da cena internacional, aliada à maior vulnerabilidade norte americana (após o 11 de Setembro e, sobretudo, após o Iraque) obriga a UE, enquanto tal, a intervir (e a investir) muito mais nas áreas da segurança comum. Os próprios EUA parecem agora, ao menos implicitamente, incentivar a Europa a ir nessa direcção. A Comunidade internacional, por seu turno, reclama também um maior protagonismo da UE em defesa da paz e da estabilidade no mundo de hoje.

Ora, para o fazer, a UE terá de dotar-se de uma política externa e de segurança comum e de uma política de defesa comum. A própria União Económica e Monetária será, a prazo, insustentável se não for escorada por uma política externa comum. A integração económica chegou a um patamar tal que exige um suporte político em matéria de política externa e de defesa. É claro que esta questão está estreitamente relacionada com o terceiro desafio que enunciei: o papel da UE no mundo global.

Se a Europa quiser ser um actor de primeira linha na cena internacional tem de reforçar a "governance" da União Económica e Monetária (o governo económico de que tanto se fala), reformar o seu modelo económico e social, levar até ao fim a realização do grande mercado único, ser eficaz na implementação da Agenda de Lisboa e promover uma efectiva política externa e de segurança comum. Haverá vontade política para esta agenda?

O desafio do alargamento é também premente e complexo. Mexe com a economia, a segurança e o papel externo da UE.

O alargamento é uma responsabilidade incontornável da UE. Os países europeus que queiram e que cumpram os critérios de adesão (os três critérios definidos na Cimeira de Copenhaga em 1993) devem poder integrar a UE. Aos candidatos cabe respeitar as condições de adesão e o acervo comunitário, sem reservas. À UE compete-lhe dotar-se dos meios (incluindo os meios institucionais) para absorver novos membros sem risco de rupturas nem de bloqueios.

O caso da Turquia é o mais sensível. A perspectiva de adesão desse país à UE foi uma das razões evocadas para justificar o "não" ao Tratado Constitucional no referendo francês.

Tão importante como a adesão é a perspectiva de adesão. Foi assim no caso de Portugal, por exemplo. Tal como foi no caso dos países do Centro e Leste Europeu. Ou como está a ser no caso da Turquia. Isto é: a perspectiva de adesão funciona como uma *driving force* para as reformas dos países candidatos. Mais: a UE proporciona a matriz de referência para consolidar a democracia

Contudo, não só a Turquia tem razões legítimas para aspirar a integração, como também me parece ser do interesse da UE a adesão desse país.

Em primeiro lugar, recordo que a Turquia foi o primeiro país a firmar um Acordo de Associação com a CEE, em 1964, o qual contém uma perspectiva de adesão. Em segundo lugar, a Turquia é membro da NATO e tem alinhado, de forma estável e consistente, com as principais causas europeias e ao lado dos parceiros europeus. É claro que tem de se exigir à Turquia a adopção e o cumprimento dos valores e dos princípios que regem a UE. E terá de encontrar-se uma solução para a questão cipriota.

A integração da Turquia na UE, negociada com rigor e firmeza, reforçará a segurança do continente europeu, desmontando o risco da Europa se tornar num "bloco cristão" fechado, defensivo e crispado.

Acresce que a Turquia trará para a UE importantes activos económicos e sociais, por ser um país demograficamente jovem e com um extraordinário potencial de crescimento. Se a Europa quer ser um actor influente e decisivo no século XXI deve assumir seriamente a candidatura da Turquia.

A reforma institucional da UE: condição necessária, mas não suficiente

Para continuar o seu caminho a UE carece de uma reforma institucional que a torne mais ágil, mais transparente e mais eficiente. E tudo isso deve ser alcançado reforçando do mesmo passo a legitimidade democrática.

Foi o que o Tratado Constitucional tentou fazer. Creio que ia na boa direcção. Reforçava o papel do Parlamento Europeu enquanto órgão de representação dos povos europeus, preservava o papel central e independente da Comissão Europeia, generalizava as decisões por maioria qualificada, criava o Ministro dos Negócios Estrangeiros Europeu e o Presidente do Conselho Europeu, atribuía aos Parlamentos Nacionais a capacidade de controlar o princípio da subsidiariedade.

Será possível retomar o Tratado Constitucional? Creio que é possível recuperar o essencial do Tratado, mas parece-me quase impossível que escape a uma considerável revisão.

As dificuldades do Tratado Constitucional radicam, a meu ver, em duas razões distintas.

Por um lado, a excessiva ambição de lhe dar um cariz constitucional que gerou a desconfiança de alguns Estados e de muitos cidadãos.

Por outro lado, a deficiente mobilização dos europeus para o que realmente estava em causa. O Tratado Constitucional visou, sobretudo, reformar as instituições. Não era um remédio para os males europeus. Ora, a questão institucional está longe de ser popular e até de ser bem entendida pelos cidadãos. O que faltou explicar aos europeus foi para que servia essa reforma institucional, sendo como era instrumental e não um objectivo em si.

É que a construção europeia tem sido acima de tudo uma construção de Estados. Agora, contudo, qualquer aprofundamento carece também de uma legitimação por parte dos cidadãos.

A complexidade do exercício resulta acrescida pelo facto de se saber, à partida, que qualquer compromisso para aprofundar a integração europeia e reformar as suas instituições, tem de acomodar as visões diferenciadas que coexistem na UE (e esse é um dos seus méritos!) e que são dissonantemente expressas por federalistas e intergovernamentalistas, liberais e intervencionistas, atlantistas e "continentalistas".

É difícil encontrar a resposta para este "puzzle" na integração europeia. É difícil, mas é possível. Fora da integração europeia é que é mesmo impossível.

LUCIANO AMARAL

DOIS ANOS

"O optimismo com que vivemos o fim da Guerra Fria e a prosperidade do país nos anos 80 e 90 desapareceu. Há uma sensação de crise tanto no mundo ocidental quanto no país. A sensação de estarmos a entrar em território não cartografado. São os melhores momentos para reflectir"

A *Atlântico* faz agora dois anos. Começou porque um grupo de gente achou que fazia falta por cá uma revista que perfilhasse certas ideias. Nomeadamente, as que valorizam a sociedade demo-liberal em que vivemos, num ambiente em que abundam os esforços para a diminuir. As reacções que suscitou foram muito interessantes. Este é o país das permanentes queixas sobre a pobreza do seu panorama intelectual e editorial. Por isso, é curiosa a falta de apoio e simpatia que recebeu uma revista que pode ser acusada de tudo menos de não oferecer algum pensamento e alguma escrita de qualidade. Começou por ser tida como um órgão de propaganda do "patronato" português e, há cerca de um ano, quando a sua orientação editorial se alterou, foi acusada de servir como instrumento para a ascensão política de Paulo Portas. Pouco importa que o dito "patronato" praticamente não tenha gasto um tostão com ela e pouco importa que a maior parte de nós nunca tenha dito uma palavra em favor de Paulo Portas. Pouco importa também que a revista tenha falado de tudo e mais alguma coisa, da Guerra do Vietname até ao concurso dos "Grandes Portugueses", passando pelo 28 de Maio, o 25 de Novembro, a Segurança Social ou a PIDE, a maior parte das vezes muito longe de qualquer defesa do "patronato" ou desligada da realidade política imediata. Nada disso impediu as etiquetas.

Julgo não abusar, falando por nós todos, ao dizer que essas etiquetas nos deixam razoavelmente indiferentes. A maior parte de nós escreve porque lhe apetece, independentemente daquilo que escreve estar ou não relacionado com a agenda de terceiros. Muitos dos artigos aqui escritos foram formas de falar alto, com algum cuidado na forma, para que outros se sentissem envolvidos no exercício. O que mais há por aí são lugares-comuns: sobre História, sobre o Estado português, sobre a nossa economia, sobre a nossa sociedade, sobre o mundo. Mais uma vez creio não abusar se disser que procurámos evitá-los, tentando olhar para os diversos temas afastando-nos da superficialidade com que tantas vezes são tratados em livros e na comunicação social. Alguns artigos saíram bem, outros nem tanto. Mas o espírito foi sempre o mesmo. E quando o espírito é esse até os falhanços sabem bem. Para além de que os bem-intencionados serão capazes de descobrir uma certa beleza neles. Muitas vezes, é melhor falhar bem do que acertar mal.

Basta olhar para a lista de colaboradores da revista para se perceber o grau de bloqueio do talento a que chegou a nossa comunicação social. Uma proporção enorme dos melhores artigos aqui aparecidos foram e são da autoria de pessoas que não escrevem noutro lado, ou então escrevem nesse estranho fenómeno comunicacional que são os blogues. Que elas continuem nesse estado de semi-clandestinidade só pode ser um mau sinal, sobretudo tendo em consideração a notável quantidade de tragédias que por aí vão gastando tinta e papel nos jornais e nas revistas todos os dias. A *Atlântico* pôs, portanto, uma grande quantidade de gente a escrever com cuidado (nos blogues nem sempre se escreve com cuidado, e às vezes até fica mal). Gosto de pensar que, um dia, daqui a vinte anos, a *Atlântico* desaparecida, alguém pegará por acaso num dos seus exemplares e dirá: "olha onde este começou...", "e este...", e por aí fora, num compêndio de celebridades do futuro. E tenho a impressão de que vai mesmo ser assim.

Foi assim nos últimos dois anos, e creio que continuará a sê-lo nos próximos. O mundo e o país estão interessantes. Não quer dizer que estejam bem. Quer apenas dizer que oferecem muito material para quem se dedica a pensar e a escrever um pouco sobre eles. Todos temos consciência de que uma certa era terminou. O optimismo com que vivemos o fim da Guerra Fria e a prosperidade do país nos anos 80 e 90 desapareceu. Há uma sensação de crise tanto no mundo ocidental quanto no país. A sensação de estarmos a entrar em território não cartografado. São os melhores momentos para reflectir.

Nem sempre foi fácil manter esta publicação em funcionamento. Se ela sobreviveu dois anos, deve-o a muita gente e, mais do que a quaisquer outros, àqueles que a dirigiram. Refiro-me aos nossos directores, a Helena Matos, ao início, e o Paulo Pinto Mascarenhas, agora.

VASCO RATO

O ESTADO DA CONFUSÃO

O problema da direita não se resolve através de clarificações ideológicas. Resolve-se quando o PSD e o CDS – mas sobretudo o PSD – abandonarem a leitura conservadora e arcaica que fazem do país

Não há forma de evitar um comentário sobre o estado de confusão em que se encontram os partidos de direita. Após dois anos de oposição inconsequente ao governo de José Sócrates, é natural que se procure definir novos rumos para a direita. No CDS, Paulo Portas tomou a iniciativa de, abertamente, contestar a liderança de José Ribeiro e Castro, uma decisão que abriu brechas que dificilmente serão superadas nos próximos tempos. No PSD, cresce o descontentamento com Luís Marques Mendes, apesar de não se vislumbrar um rosto credível que possa, no momento actual, substitui-lo. Ao que tudo indica, a crise de lideranças à direita será prolongada.

O "regresso" de Paulo Portas à vida partidária – em nada inesperado – expressa uma velha ambição: construir um grande partido de direita capaz de desafiar a hegemonia eleitoral do PSD. Para isso, os mentores desta ideia antecipam uma cisão no interior do PSD, e a subsequente adesão (ou fusão) deste "PSD liberal" a um CDS "renovado". Será que este projecto faz sentido? Desde logo, não parece verosímil que um "novo" partido de direita possa ser construído sob a tutela de Paulo Portas. Não há razão para pensar que a liderança de Paulo Portas seja consensual ou que os eventuais dissidentes do PSD aceitem Portas como o seu líder natural. Igualmente inverosímil é pensar que Santana Lopes pode ser o rosto de um novo partido. Depois do fiasco que foi a sua fugaz passagem pelo governo, desqualificou-se como agente político capaz de inspirar confiança junto dos eleitores. Pode continuar a ameaçar criar um novo partido, como faz cada vez que o PSD lhe vira as costas, mas, independentemente das suas ambições pessoais, Santana Lopes, que está na vida política há quase trinta anos, nada acrescenta. Trata-se de uma figura trágica que recusa compreender que o seu tempo passou. Talvez devesse mesmo fundar o seu PSL para perceber, de uma vez por todas, a sua irrelevância.

Julgo que nenhum projecto político novo poderá ser viável se estiver sob a alçada de Portas ou Santana. Mas também é evidente que há razões estruturais que devem levar os incautos a pensar duas vezes antes de embarcarem em novas aventuras. Desde logo, convém recordar que nenhum partido surgido a partir de dissidências conseguiu impor-se eleitoralmente. Sendo assim, como pode evoluir a direita nos tempos mais próximos?

É útil começar por reconhecer que, para o PSD, Paulo Portas representa uma ameaça relativa. Poderá, é certo, conquistar quatro ou cinco por cento do eleitorado social-democrata. Mas limitar-se-á a cativar franjas que estão conjunturalmente descontentes com a direcção de Marques Mendes. Carecendo de implementação sociológica real, o CDS pode apenas aspirar a ser um parceiro de coligação – do PS ou do PSD. Todavia, se Paulo Portas der sinais que está disponível para formar governo com o PS, parte do seu eleitorado de direita regressará ao PSD. Compreende-se, pois, as ambiguidades de Portas quando questionado sobre a eventualidade de formar governo com Sócrates.

Quanto ao PSD, o seu problema reside num grupo dirigente que teima em não definir um caminho coerente. Contrariamente ao que frequentemente se diz, o desnorte do PSD não se resolve através da "clarificação ideológica", na sua transformação num partido liberal. Sociologicamente implementado à direita, o PSD é um partido englobante que reúne apoios e militantes que vão desde a direita ao centro esquerda. É precisamente esta capacidade de federar sensibilidades que permite ao PSD competir ao centro, que lhe possibilita disputar o voto flutuante. Fazer do PSD um partido de direita (ou de centro-esquerda) seria eleitoralmente redutor e serviria apenas para entregar o eleitorado moderado ao Partido Socialista.

Aliás, o problema que se coloca é reconquistar esses mesmos votantes a José Sócrates. Para isso, o PSD terá de apresentar alternativas concretas. Terá de definir uma orientação política distinta e recrutar protagonistas representativos da sociedade civil. Por outras palavras, o PSD terá, novamente, de se enraizar na sociedade portuguesa, e responder aos anseios dos sectores sociais mais dinâmicos. Mais do que uma clarificação ideológica, o PSD terá de voltar a compreender o país, e, particularmente, o país urbano. Resta saber se o consegue fazer com o grupo dirigente que neste momento comanda o partido. Duvido. Seja como for, o problema da direita não se resolve através de clarificações ideológicas. Resolve-se quando o PSD e o CDS – mas sobretudo o PSD – abandonarem a leitura conservadora, arcaica que fazem do país. Isto é, quando entenderem que o país deixou de se rever na tecnocracia e no populismo que, em tempos diferentes, caracterizou a actuação da direita. Resolve-se quando a direita perceber que os valores e as expectativas de hoje são muito diferentes daqueles que existiam durante o período das maiorias absolutas de Cavaco Silva. Em suma, o problema da direita não se revolve rapidamente.

JOSÉ PEDRO ZÚQUETE *

KOSOVO: UMA HISTÓRIA DIFERENTE DE OUTRAS

Conversa com Mentor Agani, o filho do malogrado Fehmi Agani, ilustre diplomata kosovar e figura de proa das fracassadas negociações de paz de Rambouillet, a que se seguiu a guerra do Kosovo. O mais importante conselheiro do presidente Ibrahim Rugova, Fehmi Agani foi assassinado por forças sérvias quando viajava com a família para a Macedónia. Histórias de uma "Europa" esquecida

É difícil esquecer aquele dia. Mas muito mais difícil é recordá-lo. Mentor Agani fuma mais um cigarro e olha, como que a medo, para o lado de fora da janela. Durante um minuto o silêncio é a única coisa que se faz ouvir na sala. Até o barulho que vinha da rua pereceu, por momentos, em sinal de respeito, diminuiu ao ponto de quase se tornar imperceptível. Nesse momento em que o tempo deslizava lentamente, reparei, pela primeira vez, como a fisionomia de Mentor é idêntica à do pai, Fehmi Agani, professor universitário, político e diplomata kosovar, figura de proa das negociações de paz de Rambouillet cujo fracasso levou à guerra do Kosovo. O mais importante conselheiro de Ibrahim Rugova, Fehmi Agani era a *éminence grise* da política de uma das regiões mais conturbadas dos Balcãs. Tal como o seu pai, também Mentor seguiu a vida académica. De repente, sem bater à porta, eis que a voz de Mentor fez o tempo andar de novo, e, com mesma firmeza com que apagou o cigarro no cinzeiro, afirmou: "Nesse dia, no dia seis de Maio de 1999, saímos de manhã cedo, eu, o meu pai e a minha mãe, a caminho da estação ferroviária. Íamos, pensávamos nós, a caminho da Macedónia."

A situação no terreno estava a tornar-se caótica, as perseguições aos albaneses étnicos acentuavam-se e, não obstante ter-se sempre recusado a abandonar o Kosovo, chegando a viver em esconderijos por algum tempo, Fehmi Agani decidiu que tinha chegado o momento para pôr a sua família fora da zona de perigo. Seguramente, tinha bem presente na memória a forma como meses antes se vira obrigado a abandonar à pressa a sua casa, deixando tudo para trás. Inclusivamente o próprio cão da família, um pastor alemão de nome Sultão.

Num último instante, com as forças sérvias literalmente à porta, Mentor tentou trazer o cão consigo. Este, no entanto, estranhamente, recusou e fugiu. Como se tivesse decidido fazer, sozinho, a "última resistência" no que era o seu território. Após o fim da guerra, quando os Agani finalmente regressaram a casa encontraram tudo destruído e nenhum sinal do Sultão. Até ao momento em que abriram a porta do congelador e lá encontraram a sua cabeça.

"Quando chegámos à fronteira com a Macedónia, o comboio onde íamos foi obrigado a voltar para trás pois a fronteira tinha sido temporariamente encerrada", continuou Mentor. Prestes a chegar a Pristina, o comboio foi interceptado por uma coluna militar e por polícias sérvios. Todos os passageiros foram obrigados a abandonar o comboio. Inicialmente, a família Agani não foi perturbada. "O meu pai não foi reconhecido por ninguém, pois tinha vestido um longo casaco e um chapéu que cobria os seus cabelos brancos. E, no Kosovo, todos conheciam o meu pai pelos seus cabelos brancos."

Eis que, de repente, cerca de quinze passageiros, entre os mais novos, são colocados de parte, ameaçados de execução. Várias vezes os polícias sérvios fingiam que iam disparar até que, num último momento, um dos líderes dizia: "Ainda não, vamos dar-lhes mais dez minutos de vida." A "brincadeira" continuou por algum tempo. Segundo Mentor, "o meu pai não aguentou mais, levantou-se, tirou o casaco e o chapéu e olhou para os polícias. Eu perguntei-lhe: "Pai, o que estás a fazer?"

Ele respondeu-me: "Deixa-os reparar em mim, é a única forma de deixarem esses rapazes em paz. E assim foi." Um dos polícias comentou de imediato: "Olhem para aquele, é o responsável por termos a NATO agarrada ao nosso pescoço."

Pouco tempo depois, chegaram autocarros onde todos os passageiros foram colocados. "Parecíamos sardinhas numa lata, quase que não havia

Mentor ouviu o pai dizer aquelas que seriam as últimas palavras que lhe diria: "Muita sorte teria eu se visse a Albânia de novo." Pouco tempo depois, um polícia pede a Fehmi Agani para o acompanhar. Poucos dias depois, o corpo foi encontrado crivado de balas

espaço para respirar. Ninguém sabia o que ia acontecer, para onde íamos, o que nos iam fazer. No meio da confusão alguém disse que nos iam levar para a Albânia." Mentor ouviu o pai dizer aquelas que seriam as últimas palavras que lhe diria: "Muita sorte teria eu se visse a Albânia de novo." Pouco tempo depois, antes de o autocarro partir, um polícia entra e pede a Fehmi Agani para o acompanhar. Ele assim o faz. Mentor e a sua mãe imploram para que os deixem ir com ele. Nada feito. Quando o autocarro parte, a última imagem que Mentor tem do pai é de ele estar sozinho, rodeado por polícias, a ser conduzido para um carro. Poucos dias depois, o seu corpo foi encontrado crivado de balas.

Temendo pela segurança da família Agani as forças da NATO encarregaram-se da sua protecção e transportaram-na para um local seguro onde permaneceu até ao fim da guerra. Durante todo esse tempo, um febril desejo de vingança tinha-se apoderado de Mentor. "Eu só queria ver sérvios mortos, essa é a verdade, nada mais interessava." Tudo mudou quando, após o fim da guerra, integrado na força multinacional KFOR, Mentor deparou-se com as retaliações sofridas pelos sérvios kosovares. "Quando, uma vez, fui a casa de uma dessas famílias e vi os corpos, o desespero deles, os gritos… tive vergonha de mim mesmo, de ter tido dentro de mim sentimentos que poderiam ter levado a situações de sofrimento como aquela… como se a minha tragédia fosse minimizada ao multiplicá-la por mais tragédias." Durante muito tempo Mentor não conseguiu chorar a morte do pai. Até que um dia, o seu sobrinho de cinco anos, cujos brinquedos e vídeos tinham desaparecido nos saques durante a guerra lhe perguntou: "Tio, é verdade que nos roubaram também o avô?" Foi como se a inocência de uma criança lhe tivesse dado permissão para, finalmente, chorar a barbárie da execução do pai.

O silêncio que durante algum tempo tinha estado ausente regressou à sala. Como um convidado incómodo que insiste em estar presente. Desta vez, em vez de esperar, decido intervir e pergunto: "então e agora, vamos ter uma dinastia Agani na política Kosovar?"

Pela primeira vez, desde o início da nossa conversa, Mentor sorriu. Timidamente. Abanou a cabeça. Olhou para mim como se fosse explicar-me algo tão natural como o barulho que vinha da rua, ou tão inevitável como o fumo que o cigarro libertava. "A Sérvia já não manda no Kosovo, nós vamos ser independentes. Quando o Kosovo precisava de grandes líderes para o liderar rumo à libertação teve-os. O meu pai desempenhou o seu papel, a sua missão foi cumprida." De facto, Agani, tal como Rugova, tornaram-se os "pais fundadores" do Kosovo. Uma estátua imponente de Fehmi Agani foi erigida em frente à universidade de Pristina e existe

Diz Mentor Agani: "A Sérvia já não manda no Kosovo, nós vamos ser independentes. Quando o Kosovo precisava de grandes líderes para o liderar rumo à libertação teve-os. O meu pai desempenhou o seu papel, a sua missão foi cumprida."

mesmo um movimento para lhe dar o seu nome. Mentor, professor de teorias nacionalistas na universidade, assiste assim à transformação do pai em figura sagrada do nacionalismo kosovar. "Independente ou unificado com a Albânia no futuro?" – pergunto eu, adivinhando a resposta. "Como parte da Albânia" – responde Mentor – "essa é a solução que prefiro mas não estou disposto a morrer nem a matar por causa disso."

"Estarão outros?" – pensei eu, sem o verbalizar.

A nossa conversa tinha chegado ao fim, mas existem perguntas que, pelo menos por enquanto, não têm respostas. Sobretudo no que diz respeito ao papel que a família Agani possa ou não desempenhar num futuro Kosovo independente. É um nome que passou a estar associado a um mito. E os mitos libertam energias e forças muitas vezes incontroláveis. Imprevisíveis. Mentor diz-me, muitas vezes, que está sempre sob pressão para se juntar a partidos políticos, para dar o nome a uma causa, para ser visto como uma personalidade, etc. A todos vai dizendo que não. "Eu não sou, nem tenho jeito, nem feitio, para ser um político profissional." Mas o seu pai também o não era. E acabou tendo uma estátua no centro do Kosovo. É certo que Fehmi Agani viveu em tempos excepcionais. Mas, enquanto forem os homens a fazer a história nada garante que esses "tempos de excepção" não surjam de novo. Sobretudo numa região tão instável como os Balcãs. E se não for *este*, pode aparecer *outro* Agani.

* Centro de Estudos Europeus,
Universidade de Harvard.

www.radioeuropa.fm

europa
lisboa
90.4fm

A Europa e a Atlântico apresentam:

Descubra as Diferenças

Um programa de opinião livre e contraditório, onde o politicamente correcto é corrido a quatro vozes e nenhuma figura é poupada.

Com a (i)moderação garantida de Antonieta Lopes da Costa e a presença permanente de Paulo Pinto Mascarenhas.

Sexta-feira às 19h - repetição no Domingo às 11h e 19h

VÍTOR CUNHA

VICIADOS NO INTERESSE

"Editar uma revista mensal de crítica e debate ao longo de dois anos não é exactamente chegar a Marte, mas há algo de quase mágico nesta aventura. Sou um privilegiado. Vivi muito de perto a preparação desta ideia"

1. Um dos vícios nacionais mais interessantes é o da tentação do juízo. Somos permanentes avaliadores, julgadores e especialistas em matérias tão distantes como futebol, aeroportos ou a política macroeconómica do governo do Butão. Esta nossa amplitude de horizontes e conhecimento por vezes provoca altercações intelectuais internas e desvarios vários, em boa medida porque não sabemos gerir o excesso de informação que julgamos possuir.

Como consequência imediata desta natureza eclética que nos cerca e insiste em não nos abandonar resulta a paranóia – outro vício nacional. Na cabeça de um português há sempre um metatexto simplificador que explica tudo. E uma das mais frequentes explicações do real chama-se "interesses".

Numa sociedade democrática os "interesses" são manifestações normais do jogo que é jogado. Numa perspectiva algo marxista essas motivações, por norma, transformam-se em tenebrosos conluios e maquinações que visam invariavelmente a vantagem de alguns em prejuízo do denominado bem comum.

Essa ideia de bem comum – formulada por uns poucos que imaginam interpretar bem as ambições das maiorias –, tem-nos sido vendida nas últimas décadas como uma das funções próprias do Estado, um ente nivelador e regulador das manifestações do indivíduo pérfido e venal.

A inexistência de uma tradição individualista vai permitindo a consolidação destes tipos de ideias. Há uma incapacidade visível de romper com as lógicas anteriores e de não se querer perceber que os "interesses" são uma evidência saudável e afirmação da liberdade individual. A negação das virtualidades dos "interesses" não ultrapassa uma mera tentativa de sedimentação da lógica colectivista e do estatismo de Estado.

Na análise dos acontecimentos e das opções dos outros vemos com razoável frequência a evocação dos tais "interesses" como factor de desqualificação. A negação dos "interesses", em última análise, é a negação da democracia liberal porque contém implícita a recusa de reconhecimento da vontade e da defesa do que legitimamente nos motiva.

É nestes detalhes que se revela o nosso código genético, impregnado até aos limites do insuportável de altivez moralista e de juízo prévio dos actos de liberdade dos outros.

Em termos mais práticos, esta atitude faz com que se desconfie de tudo e de todos, numa ânsia sem fim de encontrar motivações consideradas menores – acima de tudo porque são dos outros e não nossas.

Em Portugal ainda não se reconhece que as empresas devam dar lucro, que os promotores imobiliários promovam, que os construtores construam ou que os advogados exerçam. Nessas cabeças insanas o Estado devia estar sempre a intervir para impedir o sucesso dos indivíduos e das empresas, regulamentando mais, legislando mais, lançando novos impostos que redistribuam pelos medíocres o que os audazes conseguiram. Em boa verdade têm obtido sucesso nessa missão. E o sucesso deles é a medida do nosso fracasso como Nação.

2. Editar uma revista mensal de "crítica e debate" ao longo de dois anos não é exactamente chegar a Marte, mas há algo de quase mágico nesta aventura. Sou um privilegiado. Vivi muito de perto a preparação desta ideia. Sei bem que a dimensão do mercado e o perfil da *Atlântico* são condicionantes importantes, mas, pelo que temos visto, incapazes de desmotivar accionistas, colaboradores, leitores e anunciantes. Sem esquecer a direcção de Paulo Pinto Mascarenhas e, antes, de Helena Matos. Numa publicação como esta o director é a alma e o corpo que carrega os fardos da mera existência.

A *Atlântico* é um produto da força de vontade, expressão do querer e do crer, para citar o nome de um livro de Paulo Teixeira Pinto. A revista ganhou ao nada o seu espaço. Não foi buscar o núcleo duro dos seus leitores e colaboradores ao mercado, mas inventou-se. Preencheu um espaço comum, criou a sua comunidade.

O "difícil" nada pode quando o que conta é o que se faz. Neste momento de celebração importa olhar para o que aí vem e perceber – percebermos – o caminho que se quer percorrer. E quando há caminho há esperança.

MANUEL DE LUCENA

O REFERENDO: INTERPRETAÇÃO E "RESCALDO"

O caminho para a despenalização do aborto até às dez semanas ficou, em princípio, desimpedido. Mas, **Manuel de Lucena** não sabe se as coisas vão amainar ou recrusceder. Teria sido melhor chegar-se a um acordo sobre comissões de aconselhamento plurais, desde que as mulheres, tendo de as ouvir, não pudessem ser obrigadas a falar do que não quisessem

Rescaldo, substantivo, e o verbo *rescaldar*, são curiosas palavras. Do meu bom Houaiss, dicionário da língua, resulta, se bem leio, que, ao fugir da água fria, o gato escaldado tem boas razões para temer que ela, cruel, queira cozê-lo vivo. Objectar-me-ão que rescaldo é o «acto de deitar água nas cinzas», para extinguir os incêndios de vez. Sim. Mas, a mesmíssima palavra também designa (vejam lá como é volúvel) um aparelho usado «para conservar quentes as comidas servidas à mesa»; e, ainda, o «calor reflectido de uma fornalha»; sendo este, até, o primeiro significado que lhe vem atribuído na obra que estou a citar. Para reforço, *rescaldar* é, aí, antes do mais, logicamente, «escaldar de novo»; e, depois, «escaldar em excesso, aquecer muito». Raio de água, pobre gato! E compreender-se-á que eu me cuide com aquelas aspas no título, prevenindo todas as eventualidades. No rescaldo do referendo, ainda se não sabe ao certo se as coisas vão amainar ou recrudescer. Ora vejamos.

O que disse o referendo

A 11 de Fevereiro, o caminho para a despenalização do aborto até às dez semanas ficou, em princípio, desimpedido. É verdade que a percentagem dos votantes, ultrapassando embora e em muito a do referendo anterior, ficou claramente aquém da metade dos inscritos. Por isso, o resultado da consulta não vinculou juridicamente o legislador ordinário. Mas também o não manietou nesse plano e antes o obrigou, politicamente, a despenalizar. A meu ver por três razões:

Em primeiro lugar, porque a vitória do *sim*, foi bem mais confortável do que a do *não* da outra vez; e da outra vez o resultado valeu, embora também não vinculasse.

Em segundo lugar porque o primeiro-ministro, chefe de uma maioria absoluta, preveniu os eleitores de que obedeceria ao referendo fosse qual fosse a participação; quem não foi votar sabia, pois, o que arriscava.

E em terceiro lugar, muito principalmente, porque, num Estado de inspiração demo-liberal como a nossa III.ª República, cabe a quem quer criminalizar e punir o ónus de provar que a criminalização e a punição da conduta em apreço tem por si um largo consenso popular. Eis uma matéria bem diferente da do acesso ao poder, que pode legitimamente decidir-se por um só voto e onde a alternância é benvinda. Sobre crimes e penas, não são admissíveis, regra geral, decisões tangenciais ou escassamente maioritárias, facilmente reversíveis na próxima curva da História.

Quem, como ele merece, leve a sério este último argumento, pouco invocado na campanha, pensará que as abstenções do dia 11 de Fevereiro devem ser interpretadas como favoráveis à despenalização. E pensará bem. Claro que se não trata de uma interpretação *psicológica*, atribuindo abusivamente a todos ou sequer à maioria dos que ficaram em casa uma mais ou menos obscura inclinação para o *sim*. Nada disso. Trata-se de uma interpretação *normativa*, assente em que, num Estado como o nosso, quem quer criminalizar e punir deve manifestar essa sua vontade quando tem a oportunidade de o fazer. Se o não faz – ou porque ainda não sabe o que pensar ou porque se recusa a arriscar seja o que for[1] – é porque não quer deveras criminalizar nem punir. Querer fazer alguma coisa em matéria tão grave não é mero estado de alma mas sim firme decisão de responsável cidadania.

A propósito, reconheça-se que os apoiantes do *não* falharam na sua tentativa de propagarem a ideia de que o aborto é um crime. Talvez tenham errado tacticamente e enfraquecido a sua posição, ao dissociarem o crime do castigo (isso não é muito razoável nem popular), insistindo, na ponta final da campanha, em dizer que o voto negativo favoreceria, afinal, a despenalização. Mas as perdas daí resultantes terão sido contabilisticamente (não moralmente) marginais, quiçá parcialmente compensadas pela atracção de incautos. Eis uma discussão algo ociosa. Muito mais interessante é constatar-se que esse erro táctico, derivou de uma correcta percepção: a de que a grande maioria dos portugueses não situava nem situa a questão em apreço[2] no Código Penal.

Deste ponto de vista essencial, a contagem dos votos apenas confirmou o que já se sabia. Arrumando em princípio o assunto.

Mas, na realidade, a coisa não é assim tão simples.

O que faz a Igreja

Não foram só católicos quem disse *não* mas sem eles o respectivo campo teria sido um jardinzinho, não obrigando os adversários a tomar sérias cautelas. E, prevendo-se a vitória do *sim* com maior segurança do que há oito anos (pois agora o PS militava enquanto o PSD se dividia) não seria de temer que ela causasse problemas de maior. Mas em se mexendo a Igreja…

Ora a Igreja mexeu-se e pareceu, a páginas tantas, dada a tomada de posição da Conferência Episcopal, que nuvens anunciadoras de uma grave crise com o Estado se estavam a acastelar. Porque a hierarquia ao confiar a laicos as grandes despesas do combate, não deixou de expender doutrina, de acordo com a qual certas coisas não são referendáveis; negando ao Estado, em nome da lei natural, o direito positivo de despenalizar. Em boa lógica, eis o que prometia tormenta caso o *sim* ganhasse. E ganhou. Mas, felizmente, essa lógica não prevaleceu, cedendo o passo a uma bem melhor política moderada, da qual D. José Policarpo fora arauto intempestivo e provisoriamente marginalizado tempos atrás. A Igreja não cedeu na doutrina mas reafirmou-a pacatamente, depois do referendo, sem qualquer espírito guerreiro. E os movimentos do *não* animados por católicos (em cuja pujança os bispos terão achado consolo na derrota) logo se lançaram na luta por uma lei que, através do aconselhamento obrigatório das grávidas dispostas a abortar, lhes permitisse limitar praticamente os efeitos da despenalização. Ora, esta linha de conduta – cujo sucesso poria os católicos que viessem a ser aconselhadores na posição delicada de pactuarem com o mal afim de o tornarem menor[3] – tem o mérito de apostar na paz.

Aconteceu, porém, que ao impor a sua lei da despenalização, o campo vencedor, algo arrogante, se veio arriscar à guerra.

O que poderá vir da lei

Na lei despenalizadora, aprovada com os votos do PS, do PCP, do BE e de vinte e um deputados do PSD (no seio do qual a divisão não é pequena) o pomo da discórdia disse e diz respeito, precisamente, ao dito aconselhamento: se obrigatório, se facultativo… Trata-se de um problema político, cuja solução, também ela política, se não deduz linearmente de princípios abstractos, por mais dignos de adesão que nos pareçam. De resto, há-os que autorizam opostas deduções e é isso o que sucede ao proclamado princípio da autonomia decisória da mulher: para os da consulta facultativa, como para os da consulta nenhuma, ela é bem capaz de enjeitar altivamente os conselhos; mas os da obrigatória acham que, sendo tão senhora de si quanto a pintam, nada terá a temer do que venha a ouvir.

"A Igreja não cedeu na doutrina mas reafirmou-a pacatamente, depois do referendo, sem qualquer espírito guerreiro. Porém, ao impor a sua lei de despenalização, o campo vencedor, algo arrogante, veio arriscar-se à guerra"

Pessoalmente tenho as mais fortes dúvidas acerca de qualquer aconselhamento autêntico, obrigatório ou facultativo; por autêntico entendendo o que não se limite à seca prestação de informações objectivas mas procure examinar com as aconselhadas vias disponíveis de solução. Quem atente no país que somos e nos aconselhadores que provavelmente teríamos ou teremos, logo intui os riscos desse aconselhamento: à uma, o de constituir pesada forma de pressão com chancela oficial; à outra, se os aconselhadores forem vários e diversamente inspirados, o de não passar de discussão vã, civilizada ou destemperada, para já não falarmos nas batalhas porventura campais em torno da composição das comissões…

Dito isto, todavia, também se não pode deixar de ter em atenção o seguinte:

Em primeiro lugar que, muito embora não tenha chegado a prometer formalmente o aconselhamento obrigatório, a mais autorizada voz socialista deixou entender que promoveria essa solução. Fê-lo ao dizer que se inspiraria nas "melhores práticas europeias", quando o exemplo geralmente evocado era o alemão; e numa altura em que, jurando os adversários que votar *não* ainda seria a melhor maneira de despenalizar, lhe conveio apresentar o *sim* como não sendo nada facilitista e antes constituindo um eficaz instrumento de luta contra o aborto.

E, em segundo lugar que, ao recusar o compromisso, prevendo em vez do aconselhamento obrigatório um mero acompanhamento facultativo, o legislador ordinário abriu um conflito bastante perigoso: picou vivamente a Igreja; fomentou o ressentimento e o inconformismo no campo vencido; desagradou por certo ao Presidente da República, actor importante nas cenas dos próximos capítulos; e suscitou dúvidas sobre a constitucionalidade da lei, a partir das quais quase tudo poderá voltar a ser posto em causa.

Cumpre a este respeito não esquecer que o Tribunal Constitucional só à tangente aprovou a pergunta do referendo; que os seus considerandos de então justificam preocupações sobre o que fará agora; e que a sua composição está para mudar. Vão entrar alguns novos juízes, cabeças cujas sentenças talvez se revelem surpreendentes e perturbadoras: empatando a partida em ambos os sentidos que este verbo comporta e rescaldando-a da pior maneira.

Melhor teria sido, provavelmente, chegar-se a um compromisso sobre o aconselhamento obrigatório. Essencial, para evitar indevidas pressões, seria apenas, julgo eu, assegurar o pluralismo das respectivas comissões, e que as mulheres tendo de as ouvir, nunca pudessem ser por elas obrigadas a falar no que não quisessem. Espero que os meus leitores estejam mesmo a ver porquê.

1 Convém distinguir a autêntica incerteza intelectual da fuga a uma desagradável alternativa: se voto *sim*, ajudo a matar; se voto *não* mando mulheres para a cadeia.

2 A questão objecto da consulta, claro. Outro galo cantará nos casos de aborto violento (em que a mulher é forçada), de aborto fraudulento (em que é enganada) e de aborto perigoso em razão do pessoal envolvido, dos meios utilizados ou da fase avançada em que ocorre.

3 Dizem-me que na famosa Alemanha já, por isso mesmo, se verifica um recuo na participação de católicos nas comissões de aconselhamento.

PAULO BARRIGA

A BUROCRACIA PORTUGUESA MATOU O COZINHEIRO ALEMÃO?

No dia 5 de Março, o cozinheiro alemão Frank-Peter Marcischewski atirou-se do promontório de Sagres abaixo. Segundo se conta na terra foi vítima da burocracia portuguesa: há seis longos anos que esperava pela licença para abrir um restaurante. Suicidou-se no dia aprazado para a inauguração, depois de mais uma passagem pelos serviços da Câmara de Vila do Bispo

O mais natural é que ocorram fartas ofensas verbais, pontapeamentos de cadeiras, sonoros murros no tampo das mesas, papéis tresmalhados pelo chão das tesourarias e das secretarias. Há relatos de cajadadas no lombo dos seguranças de serviço e de ocasionais trocas de sopapos. Desesperados, cidadãos exemplares podem ser detidos pelas autoridades, acusados de desacatos ou de alteração à ordem pública. Não é assim tão raro ouvir-se falar em divórcios, falências inesperadas, em amizades espezinhadas, tratamentos psiquiátricos, em gente deserdada.

O menos natural ocorreu no dia 5 de Março. Logo pela manhã, um indivíduo de nacionalidade alemã atirou-se do promontório de Sagres abaixo porque pela milionésima vez não lhe quiseram passar "a licença". Nenhum amanuense caridoso – nem na repartição de finanças, e muito menos nos serviços de atendimento ao público da Câmara de Vila do Bispo – se terá abeirado da pessoa para lhe dizer que a burocracia em Portugal pode afectar gravemente a saúde (ou a vidinha). Aviso que deveria constar em todas as repartições públicas, em local bem visível e traduzido para diferentes línguas.

Uma coisa assim do género: "a papelada pode matar". Mas Frank-Peter Marcischewski, de 54 anos, solteiro, natural de Frankfurt, lá onde fazem a maior feira do livro do mundo, jamais poderia imaginar que os guarda-livros portugueses pudessem ser assim tão nefastos para a integridade mental de qualquer gentil contribuinte. Estava enganado. E descobriu que estava redobradamente enganado quando há seis anos atrás decidiu, em cumplicidade com o seu compatriota e amigo Horst Schültze, 51 anos, abrir um restaurante na insuspeita aldeia de Hortas do Tabual, como quem vai de Sagres para Lagos. Ou vice-versa.

A coisa até tinha pés para andar, salvo seja. E para andar com ligeireza. Afinal, Horst era já proprietário de uma casita lá na aldeia, o rés-do-chão da qual cedeu a Frank a título gracioso, através de um contrato de comodato, para aí se instalar o restaurante de iguarias internacionais que levaria o nome de "I". A copa e a ementa seriam geridas por Frank Marcischewski, cozinheiro de formação e grande entusiasta do projecto. O que as boas intenções teutónicas nunca previram foi que a reconversão do espaço para outros usos que não somente a habitação e os respectivos vistos, inspecções, alvarás, projectos de especialidade e licenças de utilização pudessem levar seis agoirentos anos.

Um calvário inimaginável que só agora parecia ter fim à vista. Segunda-feira, 5 de Março de 2007, Frank-Peter Marcischewski levantou-se de madrugada. No dia seguinte iria enfim inaugurar o seu restaurante. Estava excitadíssimo, não cabia em si de contente. O dia de hoje estava destinado a retoques sem a mínima importância. Iria logo de manhã ao *shopping* da Guia fazer as derradeiras compras, acertaria o contrato de fornecimento de pão com o padeiro e passaria pelas Finanças para levantar "a licença". Ou seria pela Câmara? Um pormenor sem a mínima importância, afinal a burocracia estava por fim rendida à persistência inumana do cozinheiro alemão.

Lost in translation?

Erro de cálculo terrível, portanto. Nas finanças disseram-lhe que estava enganado, que ali não passavam papéis dessa ordem e que tinha de se dirigir aos serviços da autarquia de Vila do Bispo. Frank percebia pouco de português e patavina de inglês. Mas entendia o suficiente para começar a ver a sua vidinha a andar para trás, novamente. Na câmara informaram-no que não, que de facto o seu nome não constava da licença de utilização do "I", o seu tão dolorosamente amado restaurante. Autorização administrativa, aliás, que estava emitida desde 22 de Dezembro em nome de outro cidadão alemão, Horst Schültze. Por conseguinte, estava tudo em ordem, mas noutra ordem.

Perdido na tradução, Frank terá interpretado as palavras da funcionária como uma sentença irreversível. Já não poderia inaugurar o "I" no dia seguinte. Uma vergonha insanável, desesperante. Largou de carro a toda a brida até Sagres. Comprou ingresso de turista na fortaleza futurista que

acaba Portugal, percorreu os carreiros até ao limite da arriba e, arrebatado, atirou-se às frias águas atlânticas que dali levaram os melhores navegadores e os mais infortunados náufragos. Morreu em virtude das lesões internas provocadas pelo embate. À Agência Lusa disseram testemunhas que terá gritado impetuosa e atormentadamente durante a queda. Não será muito difícil imaginar algumas das suas últimas palavras. Nem a quem seriam dirigidas.

Afinal tudo não terá passado de um grande mal-entendido, facilmente reparável, o qual Frank-Peter Marcischewski não poderá jamais esclarecer ou tirar a limpo. Ou seja: "a licença" estava unicamente em nome do sócio, mas o cozinheiro poderia muito bem ter aberto o restaurante em seu próprio proveito. E depois logo se veria. Para mais, estamos em Portugal, país onde a lei é rigorosa no que toca à papelada, mas macia quando se tem nas mãos papelada, ainda que essa não seja a papelada certa. Frank não conhecia os contornos do "jogo da escrivaninha", era alemão, entrou em desespero, suicidou-se por causa de um papel que nem lhe fazia tanta falta quanto isso.

Debaixo do banco do automóvel foram encontrados os 300 euros que o alemão tinha previsto gastar em compras de última hora com a festa de abertura. Mas na data prevista para a inauguração do restaurante, ao início da noite, os amigos e alguns familiares juntaram-se no lutuoso e ainda não encetado "Í" para lamentar a sua perda e não para festejar.

Nenhum amanuense caridoso – nem na repartição de finanças, e muito menos nos serviços de atendimento ao público da Câmara de Vila do Bispo – se terá abeirado da pessoa para lhe dizer que a burocracia em Portugal pode afectar gravemente a saúde

Onda de luto e indignação

Diferentes jornais deram conta da homenagem prestada ao malogrado cozinheiro e assinalaram a onda de indignação e de luto que varre a vasta comunidade alemã do barlavento algarvio. O repórter do *Correio da Manhã* presenciou os acontecimentos e pôde anotar com dolência que «no local reinava o silêncio. Num louceiro, flores campestres junto a duas fotografias de Frank testemunhavam o luto. Horst Schültze, amigo de 40 anos, com quem Frank partira na aventura de uma nova vida em Portugal, ainda não sabe o que fazer».

Tanto mais que nada fazia prever tão abrupto desfecho. Frank, asseguram os amigos mais chegados, não denotava qualquer tipo de comportamento depressivo ou anormal. Nos últimos tempos, ao invés, revelava excitação, felicidade e "muito boa disposição", conforme revelou à Lusa, Daniela Elena, mulher do sócio Horst e uma das últimas pessoas a falar com Frank antes deste ir à Câmara levantar "a licença". Em Hortas do Tabual todos acreditam que o alemão terá colocado fim à vida por não conseguir enfrentar mais um adiamento da abertura do restaurante e que terá sido mal atendido na secretaria camarária ou lá lhe terão prestado informações que ele não percebeu.

Suspeita que levou o presidente da Associação de Comerciantes da Região do Algarve a exigir um inquérito municipal sobre este caso de suicídio por alegadas motivações burocráticas. Gilberto de Sousa lamenta a fraca formação dos funcionários de atendimento público e quer saber se, de facto, a profissional que atendeu Frank agiu com desinteresse ou ligeireza, prestando más explicações. "Para a maior parte dos serviços públicos", afirma, "o cliente é visto como um potencial criminoso".

Já a Câmara Municipal de Vila do Bispo, em nota de esclarecimento emitida pelo gabinete da presidência, assegura que Frank-Peter Marcischewski não é visto nem achado neste processo, «uma vez que o mesmo não fez qualquer requerimento ou petição, fosse de que natureza fosse». As licenças de utilização foram requeridas por Horst Schültze e emitidas em seu nome. No caso do restaurante, a autorização foi passada pelos serviços e reclamada pelo proprietário em Dezembro de 2006. Quando Frank se dirigiu a 5 de Março aos paços do concelho foi para que averbassem ao processo um pedido de transferência do restaurante para seu nome, ao abrigo do acordo de comodato que havia estabelecido com Horst a 1 de Novembro de 2005.

Morreu em virtude das lesões internas provocadas pelo embate. Testemunhas garantem que terá gritado impetuosa e atormentadamente durante a queda. Não será muito difícil imaginar algumas das suas últimas palavras. Nem a quem seriam dirigidas

Aquilo que seria o derradeiro de um sem-fim de passos burocráticos, um "mero acto administrativo", acabou por ser interpretado como um impedimento de facto. Frank-Peter Marcischewski poderia afinal ter aberto o seu restaurante com a licença em nome do amigo

Mas a autarquia garante que tal documento nunca ali deu entrada, "não constando o mesmo no processo", embora reconheça que Frank se tenha dirigido a 5 de Março aos serviços de atendimento ao público com o intuito de saber o que era necessário para, por fim, se tornar titular do restaurante. A conversa com a funcionária de serviço é que não terá sido a mais elucidativa. Aquilo que seria o derradeiro de um sem-fim de passos burocráticos, um "mero acto administrativo", acabou por ser interpretado como um impedimento de facto. Frank poderia ter aberto o restaurante com a licença em nome do amigo e proceder posteriormente à respectiva alteração. Mas não foi esse o seu entendimento. Seis anos de espera para abrir um negócio criam um ruído ensurdecedor na relação entre cidadão e estado. Um ruído de morte.

LAURA ABREU CRAVO

O ESTADO DÁ LICENÇA?

Só um alemão para resistir tanto tempo sem querer matar ou suicidar-se. Se fosse português abria sem licença e o Estado que se suicidasse

Ao que se sabe, o alemão Frank Peter Marcischewski preparava-se para inaugurar, no dia em que se terá suicidado, um restaurante próximo de Vila do Bispo. Os processos para a instalação de Estabelecimentos de Restauração e de Bebidas regulam-se (i) pelo Decreto-lei n.º 168/97, de 4 de Julho que aprova o regime jurídico da instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas e (ii) pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de que instituiu o regime jurídico da urbanização e edificação. Para poupar o leitor ao tédio das tramitações e interpretações jurídicas cingimo-nos a um plano indicativo do caminho para o licenciamento de um restaurante (que não seja um bar e não tenha salas de dança, não pretenda ter padaria própria e que careça de obras de instalação): (1) deve ser apresentado o pedido de licenciamento ou autorização para a realização de obras de edificação na Câmara Municipal do Concelho onde pretende instalar o estabelecimento; (2) o deferimento pela Câmara Municipal do pedido deve ser precedido de parecer do Serviço Nacional de Bombeiros (que deverá pronunciar-se no prazo de trinta dias) e das autoridades de saúde (que dispõem de prazo idêntico); (3) o prazo para deliberação da Câmara Municipal sobre o pedido de informação prévia (que afere da viabilidade, do ponto de vista arquitectónico e urbanístico, do projecto apresentado pelo proponente) é de trinta dias a contar da data de recepção dos pareceres mencionados em (2); (4) uma vez obtida a licença para construção e concluída a obra o interessado deverá requerer a concessão da licença ou a autorização de utilização para serviços de restauração do edifício (que é precedida de vistoria a realizar-se no prazo de 30 dias a contar da data de apresentação do respectivo requerimento); (5) concedida a licença ou autorização de utilização o titular requer ao Presidente da Câmara Municipal a emissão do alvará que a titula, o qual deve ser emitido no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do respectivo requerimento, sendo essa emissão notificada ao requerente, por correio registado, no prazo de oito dias a contar da data da decisão; (6) sempre que haja alteração de qualquer dos elementos constantes do alvará (nomeadamente, os contratos que tenham por objecto o arrendamento, transmissão ou promessa de transmissão de direitos sobre ao estabelecimento), a entidade titular do mesmo ou a entidade exploradora do estabelecimento deve, para efeitos de averbamento, comunicar o facto à Câmara Municipal (sem que careça da aprovação desta) no prazo de trinta dias a contar da data do mesmo; (7) note-se que, no âmbito do procedimento de licenciamento, o silêncio da Administração após decorrido o prazo fixado para a prática do acto, não consubstancia um deferimento tácito (i.e. um consentimento silencioso).

Que papel ocupa o Estado e a respectiva burocracia e que efeitos é que esse papel tem na vida dos cidadãos? Será que dependemos do Estado ou, na verdade, estamos entregues ao estado (de alma espírito e trânsito digestivo) daqueles que, por detrás de um guichet, o representam?

Se nos dermos ao trabalho de somar os prazos aplicáveis ao licenciamento, se juntarmos a isso o facto, tão evidente para todos, de o Estado raramente cumprir os prazos que a lei lhe impõe, e se nos lembrarmos, ainda que remotamente, que estamos também a falar de licenciamento de obras, e que isso implica a sincronização das licenças do Estado com os humores do típico empreiteiro português, não podemos ser surpreendidos pelo desespero de Frank. Aliás, muito me surpreende – se tivermos em conta que, pelo menos uma vez na vida, cada português em idade activa, já se terá cruzado com a burocracia do Estado – que a nossa taxa de suicídio não seja superior à da Suécia e Portugal não se tenha tornado, do ponto de vista demográfico, num Luxemburgo com praias simpáticas.

Parece que Frank, por mal falar português, teve dificuldades em comunicar com os funcionários das Finanças e da Câmara e não percebeu que bastaria solicitar um averbamento. Qual de nós nunca se sentiu um cozinheiro alemão numa dependência de atendimento ao público do Estado português?

Só um alemão para resistir tanto tempo sem querer matar ou suicidar-se. Se fosse português abria sem licença e o Estado que se suicidasse.

ligo 808 96 00 00 e uzo®

samsung E250

ecrã com 65.000 cores
câmara fotográfica
e vídeo
mp3

2007
novidade
€139,90

nokia 1112

sms inteligente
toques polifónicos
vibra call

2007
~~€49,90~~
€39,90

telemóveis desbloqueados com €20 em chamadas:
€10 de saldo inicial + €5 nos dois primeiros carregamentos de valor igual ou acumulado de €20.

a uzo® e a revista Atlântico têm uma promoção especial:

ligue já 808 96 00 00
e no prazo de 10 dias úteis receberá à cobrança o seu telemóvel

voz €0,12 sms €0,06
carrego €15 e falo para todas as redes a €0,12/min durante 30 dias.

uzo® para descomplicar.

PAULO TUNHAS

UM DIA ESTRANHO

"Era tão bom ser de esquerda, daquela esquerda. Se um dia perder os complexos e a vergonha, volto lá. Em sonhos, é claro, para evitar dizer disparates"

Aqui há uns dias acordei estranho. Não digo "mal": digo "estranho". Para começar, acordei tarde, para os meus hábitos. A tempo, no entanto, de ouvir a crónica de Fernando Alves, na TSF. Normalmente, esqueço-me do que ele disse meio segundo depois de ela ter acabado: só me lembro da intensidade e do dramatismo, da urgência e, perdoe-se, da vacuidade. Naquela manhã, não. Achei bem, gostei, e fiquei a pensar.

Depois de três cafés fui à *net*. O *Daily Telegraph* pareceu-me péssimo, o *Independent* nitidamente melhor, o *Guardian* assim-assim. Havia uma coisa qualquer com o Ken Livingstone. É curioso: simpatizei. Com a atitude, a sinceridade, a solidariedade. Mais umas voltas e apanhei Ramonet no *Monde diplomatique*. Fiquei estupefacto: nunca tinha pensado que os americanos – no fundo, no fundo, mas também um bocadinho, um bocadão, à superfície: como não ver? – eram os únicos terroristas. Mas Ramonet mostrava isso bem. Sei lá porquê, fiquei convencido de que, como diria Boaventura Sousa Santos, "os governos mentem". E é verdade que aquela coisa do 11 de Setembro ainda está por explicar: o Bush – disse para mim mesmo, alto: *o Bush*, e soube-me bem – sabia. Fui à FNAC comprar o Michael Moore. Em casa, depois do almoço, ri-me a bandeiras despregadas. O gordo é porreiro. É como o Chomsky, mas tem graça. Enfim, são os dois necessários: um é científico, o outro é artístico. A arte é fixe. Até porque é cultura.

Depois do Moore – o gajo é mesmo bom: a maneira como ele arruma com o Ben-Hur… – peguei na pilha de jornais do fim-de-semana. O *Público* estava demasiado neo-conservador. Ele tem dias: deviam cortar-lhe uns, pelo menos aqueles em que o director parece o Kipling. Não há direito de haver Kiplings no *meu* jornal. (Senti mesmo que era *meu*.) No *Expresso*, ao menos, tive sorte com um artigo do Miguel Sousa Tavares. Era sobre as duas Américas. A tese era simples. Há americanos bons e há americanos maus: os americanos maus são maniqueístas (e de direita), os bons são os outros (de esquerda). Confesso que noutra qualquer altura teria sido sensível à incoerência do raciocínio, mas naquela não. Pareceu-me uma evidência. E tive saudades, como se tivesse lá crescido, da América dos bons.

Também gostei da *Única*. Por causa da Clara Ferreira Alves, é claro. O título da coluna dela pareceu-me, como numa epifania, justíssimo: é que ela tem mesmo uma pluma caprichosa. Aquilo é desenvolto, as ideias fervilham, mas ela sabe onde vai (no programa de televisão também). E, meu Deus!, o que ela leu e o que ela percebeu… E, sobretudo, *esteve lá!* Não é desses intelectuais que não saem de casa: ela *vai lá!* De resto é como o Miguel (dei comigo a dizer "*o Miguel*", como antes, a dizer "*o Bush*", apesar de não conhecer pessoalmente nenhum deles): ele também *esteve lá*. Quem não esteve foi *o Bush*. Também se tivesse estado não tinha percebido nada…

À pala do *Expresso* e dos blogues, o Médio Oriente atraiu-me. Foi a enésima visão do dia. O *Hamas* e o *Hezbollah* apareceram-me a outra luz. Nunca, obviamente, me tinha posto a questão correcta sobre os ataques suicidas em cafés e autocarros. E ela era, no entanto, simples: quem é o verdadeiro culpado? Reflecti. A primeira coisa a saber é quem é o mais poderoso, e a resposta não oferece dúvidas: os EUA. Segunda coisa: quem representa os EUA na região? Ora que pergunta! Israel, é claro! Estocada final: quem é responsável por acontecer o que acontece? Os poderosos ou os fracos? Só um doido, ou um miserável lacaio, não sabe a resposta. Corri à *net* a ver se havia algum abaixo-assinado a circular. Azar meu: naquele dia não. Talvez amanhã. De certeza.

A tarde passou pacata, e à noite, na cama, embalado pela voz de Margarida Pinto Correia na TSF, apanhei-me a ler Neruda, e o pensamento voou até à América do Sul, naturalmente. Disse-me que ainda tinha o direito – mais: o dever – de sonhar. Temos todos, temos que ter, não nos podemos demitir do sonho. É urgente sonhar. Fidel, Chavez e Morales cometeram erros? Sim, sem dúvida. Mas quem não os comete? E se calhar foram forçados a isso. É isso: foram forçados a cometer erros. Por quem? Por aqueles que querem esmagar o sonho, a incondicional exigência de uma política onírica. (Saiu-me bem.)

Mas, é bem verdade, tudo tem um fim. Depois de uma noite passada na direcção do sentido da história, acordei, na manhã seguinte, longe de tantos nomes e tanta gente, de tantos heróis e tantos inimigos. Estava do outro lado do mundo. Visto do novo lugar, o mundo era um lugar confuso e os heróis duvidosíssimos, desfavoráveis a entusiasmos. Uma pena.

Estranhamente, o dia anterior não fora um dia mau. Era tudo tão simples. Tinha tanto a promessa de ser completo, de corpo e alma. Não havia falhas nas distinções. E podia-se amar e odiar sem se saber que as coisas passam, e mudam, e têm vários aspectos. Era tão bom ser de esquerda, daquela esquerda... Se um dia perder os complexos e a vergonha, volto lá. Em sonhos, é claro, para evitar dizer disparates.

"A concorrência acaba com os monopólios."

Foi por isso que o BPN criou a concorrência.

Sem concorrência não há liberdade de escolha. A economia não cresce, nem inova. Paga-se o preço que o monopólio dita. Foi por isso que o **BPN** veio quebrar o monopólio no mercado de acquiring e é hoje o **primeiro Banco** em Portugal a oferecer uma rede própria de pagamento automático. A **rede Netpay**, uma rede que oferece a tecnologia do futuro num serviço inovador, responde com soluções adequadas e competitivas a todas as áreas de negócio. E conta com o apoio de um Grupo sólido e bem implantado no mercado e com parcerias estabelecidas nos principais sectores de actividade. Todos ganham com a concorrência. E a concorrência é a **rede Netpay**.

www.bpn.pt • 707 78 22 11

rede net pay

GONÇALO REIS

VIRA O DISCO E TOCA O NOVO

O discurso do nacionalismo económico e dos centros de decisão é vetusto e castrador. Ao invés, a abertura gera sempre mentalidades arejadas, empresas eficientes e, já agora, um pouco mais de riqueza

Regressou o debate sobre investimento estrangeiro, centros de decisão nacional, abertura da economia portuguesa. Está na agenda e assim continuará. Ainda bem. Faz parte do processo de desenvolvimento. Em vez de temer a realidade, urge compreendê-la. E preparar as armas correctas para inclinar o tabuleiro a nosso favor.

Captar investimento externo é essencial para crescer, todos concordam. Mas um pequeno país em busca de credibilidade tem de aceitar todas as regras do jogo, não pode querer apenas a parte confortável. Se damos as boas vindas ao investimento de raiz, também temos de ser receptivos à aquisição de activos existentes. Se pretendermos fazer *take overs* em outros mercados e fomentar as exportações, não podemos fechar as portas ao nosso canto. A tentação da selectividade, do jogo duplo, é contraditória a nível global. E é no domínio global que nos devemos afirmar.

O Estado Novo usou o condicionamento industrial numa lógica de evolução controlada, protegendo, fechando as portas à mobilidade, aos *challengers*. Será que os responsáveis de hoje não aprenderam nada? Os centros de decisão nacional são um *remake* da mesma aversão ao risco, do mesmo paternalismo, da mesma visão redutora de um país pequeno e pobre, da mesma preocupação em dividir o pouco por poucos. Está na hora de inverter a perspectiva, de optar pelo numerador da equação, abandonando a preocupação pelo denominador. A saída não está em continuar a fechar o círculo e sim em promover verdadeiras políticas de crescimento e abertura que possibilitem outros patamares de competitividade.

O Sr. Tony Blair, um homem do centro-esquerda, não se opôs a que emblemática marca de automóveis Rover viesse a ser vendida a um consórcio chinês, à beira das eleições gerais de 2005. E quando os chineses recuaram na compra, o governante trabalhista deixou que a Rover simplesmente encerrasse, com a consequente destruição de milhares de postos de trabalho (no curto prazo). *By the way*, a Rover era a última marca inglesa ainda em mãos nacionais; a Rolls Royce e a Mini, por exemplo, vendidas anteriormente, estão de óptima saúde e a produção localizada em Inglaterra vai de vento em popa, ultrapassando o milhão e meio de unidades por ano de modelos com um indesmentível *british look*, apesar de os donos serem estrangeiros. Os políticos e empresários portugueses têm algo a aprender com esta maneira moderna de enfrentar a globalização, este sangue frio, esta racionalidade, esta preocupação em construir pontes sólidas para o desenvolvimento e não em manter cordas bambas para efeitos de demagogia interna.

Devem ser ponderadas as vantagens normalmente trazidas pelas empresas estrangeiras que adquirem instituições locais, em Portugal e em todo o mundo: melhoria da oferta aos clientes, fortes investimentos em tecnologia, apostas em investigação e desenvolvimento, boas práticas de gestão e elevados níveis de produtividade, acesso a mercados e a redes globais, salários elevados, carreiras internacionais aos trabalhadores destacados, ênfase na formação profissional, oportunidades para empresas nacionais beneficiarem de *clusters* de proximidade. Não é pouco. Há países e regiões que deram saltos gigantes com base nestas vitaminas.

A Irlanda, a estrela europeia, o zénite do crescimento – alguém lhe conhece um "campeão nacional"? Uma única empresa "estratégica"? Grupos locais? Acções concertadas para defender "fileiras prioritárias"? Obviamente que não. Os mais bem sucedidos foram pelo caminho exactamente oposto: abertura sem travões ao capital estrangeiro, contenção governamental, remoção de barreiras (flexibilidade laboral, funcionamento desburocratizado das instituições, reduzida carga fiscal). Tornar-se num destino de eleição implica responder com eficácia àquilo que é valorizado pelos investidores internacionais, ponto final. E esta receita ganhadora não convive com a postura nacionalista. Países periféricos só conseguem passar uma imagem para os mercados mundiais. Convém que seja a acertada.

A prazo estaremos a ajudar ou a prejudicar um sector se o não expusermos à concorrência dos melhores do mundo, se alimentarmos a ilusão de que o confronto internacional pode ser contido administrativamente?

Os defensores dos centros de decisão nacional costumam ter uma visão apocalíptica e assustam-se com a hipótese de que seja "tudo vendido", que "os estrangeiros tomem conta disto", que "não fique cá nada". Com tal sofreguidão, ignoram um princípio fundamental da economia, da sociedade, da história: a dinâmica. O mundo, o nosso mundo, não pára. Quem compra necessita de tratar bem dos seus activos, de promover melhorias para marcar presença, ganhar quota e justificar as aquisições; e normalmente não desaparece assim tão cedo. Quem vende realiza capital, que pode reinvestir, gerando fontes adicionais de crescimento. A mudança faz evoluir os quadros competitivos, provoca reacções de concorrentes, atrai novos interessados, desperta projectos alternativos, estimula gestores e *venture capital* orientados para a acção e capazes de iniciar novos ciclos.

Num universo globalizado nenhum comboio é o último comboio. Várias instituições que alguns agora pretendem proteger não existiam há algumas décadas – e tal deveria fazer pensar os profetas da desgraça. Ao contrário do que receiam, a capacidade empreendedora é endógena. Se as empresas que temos hoje vingaram, porque não haveremos de ser capazes de repetir, acelerar, melhorar, multiplicar o processo de renovação do tecido produtivo daqui para a frente?

Nos anos 80 uma certa facção proteccionista da América entrou em alerta máximo porque os japoneses dispunham de bancos que pareciam imbatíveis, estavam a tornar-se no grande credor mundial, aterrorizavam os históricos fabricantes de automóveis, compravam grupos de media e *entertainment* na Califórnia e até, pasme-se, o Rockefeller Center. Alguns vaticinaram mesmo o fim do império. Ao invés, nada de grave aconteceu. Os japoneses

adquiriram o *hardware* mas os americanos detinham a arma fundamental para sobreviver e voltar a ganhar: o *software*, a imaginação, a *expertise*, a criatividade empresarial. Os estúdios de Hollywood continuaram a ser geridos por locais, pois afinal faziam melhor trabalho do que os executivos exportados pela Sony. E, como sempre, a vida surpreendeu pela positiva, fazendo nascer realidades até então inconcebíveis, como a internet, por exemplo, que desvalorizou os antigos activos e destapou o palco para actores desconhecidos e *start-ups* maravilhosas, como a Microsoft, a Amazon, a Google, entre tantas outras, que se tornaram muito mais valiosas do que as velhas pérolas que até então pareciam as derradeiras bóias de salvação. A prosperidade joga-se sempre no terreno da vaga seguinte, da adaptação ao desconhecido, do lançamento permanente de competências, do gosto pela mudança.

Haverá sectores "estratégicos"? Empresas "bandeira" a manter em mãos nacionais a todo o custo? A quem atribuir o poder para fazer este "index" do intocável? E o tempo não se encarrega de desactualizar sem piedade estas listas? A nível macro será mais relevante proteger os incumbentes ou assegurar a normal concorrência, estimular a evolução, promover o empreendorismo, acreditar na diversidade e na possibilidade de regeneração, deixar o caminho livre para que apareçam outras gentes, outras ideias que façam a diferença para o futuro?

Um papão curioso do nacionalismo: o perigo da "fuga dos cérebros" para o exterior. A maioria dos gestores (e académicos) que sai de Portugal fá-lo por escolha – em busca de carreiras aliciantes, de experiências enriquecedoras, de aprendizagem acelerada. E têm mantido esse costume simpático de mais tarde ou mais cedo regressar à base, com capacidades redobradas e energia acumulada. As novas gerações vivem horizontes largos e querem mover-se num mapa maior. Alguém se opõe? Alguém quer lutar contra esta atitude de universalismo? Se pretendemos que os nossos quadros tenham nível internacional, só há dois caminhos – deixá-los circular e abrir a nossa terra ao mundo. São linhas que não se excluem, antes se complementam.

Lembrando o básico: a defesa dos centros de decisão nacional é simplesmente incompatível com alguns princípios que já deveriam estar adquiridos, tais como a importância de haver sã concorrência, a transparência dos mercados, o respeito pela propriedade privada e livre circulação de capitais, a intervenção dos governos com critérios objectivos e a não discriminação entre membros da União Europeia.

Os nacionalistas gastam mais tempo odiando os outros países do que amando o seu próprio país", dizia o lúcido economista Roberto Campos, acérrimo defensor das regras do mercado e do cumprimento das obrigações internacionais, brilhante ministro das finanças, diplomata e senador brasileiro.

É irónico (e irritante) observar responsáveis políticos e altas sumidades preocupados à vigésima quinta hora pela transferência da posse de instituições nacionais para mãos estrangeiras. Não lhes ocorreu que a sua obrigação consiste exactamente em criar as condições para as empresas florescerem, tornando-se eficientes, caras e difíceis de adquirir, e que as operações privadas que os assustam são a prova de que em parte esses mesmos sábios falharam? Seria mais positivo trocar os apelos alarmistas pela acção, promovendo a educação e a formação, uma justiça razoável, um mercado de trabalho ágil, uma máquina estatal que não atrapalhe, um nível de impostos aceitável; e as empresas farão o seu caminho. A cada um a sua responsabilidade.

Sempre que uma operação de investimento externo com racionalidade não se realiza por imposição de barreiras nacionalistas, quem compensa os consumidores por não beneficiarem da concorrência, de melhores serviços, de preços mais atractivos? Quem tem o direito de travar as condições dos trabalhadores e a sua progressão? Quem pode impedir aos accionistas privados a realização de mais valias? Quem responde pela não concretização de economias de escala, de ganhos de eficiência, de reestruturações e consolidações geradoras de valor?

Os proteccionistas costumam atacar a "ingenuidade" dos liberais e, na fase desesperada da discussão, até atiram com a "falta de patriotismo" daqueles que aceitam o mercado livre. Como se defender um ambiente provinciano e bafiento interessasse a algum país. Voltemos aos ingleses, provavelmente os senhores menos distraídos e mais pragmáticos do mundo. A Sra. Thatcher, que nunca, mas nunca colocaria o interesse nacional em causa, levou a cabo em 1986 o extraordinário Big Bang da City, que desregulou dramaticamente o sector financeiro, eliminou regras que afastavam *outsiders* nacionais e estrangeiros, fomentou a introdução de sistemas e tecnologia que revolucionariam todo um modo de vida e levariam à venda ou desaparecimento de praticamente todos os bancos de investimento ingleses, nomes cheios de história como Warburg, Montagu, Morgan Grenfell. A aposta era arriscada. O resultado ultrapassou todas as expectativas. A economia como um todo ficou a ganhar, Londres reposicionou-se como um pólo aberto, tremendamente cosmopolita, atraiu doses impressionantes de capital, ganhou as sedes europeias de grandes bancos americanos e mesmo alemães e de mega sociedades de advogados, cativou hordas de profissionais ultra competentes e é hoje uma plataforma incontornável dos mercados monetários, ponta de lança de operações gigantescas, dos *private equities*, da gestão de fundos, da actividade *corporate*. Os ingleses poderiam ter optado por salvar meia dúzia de instituições históricas habituadas a alguns séculos de prosperidade; no entanto, em vez de tratarem especialmente de algumas árvores, consideraram mais promissor plantar uma floresta. Uma floresta vasta, pródiga, onde há técnicos vindos de longe e espécies com nomes esquisitos; e que cresce inexoravelmente, em todas as direcções, por si própria, sem fertilizantes artificiais.

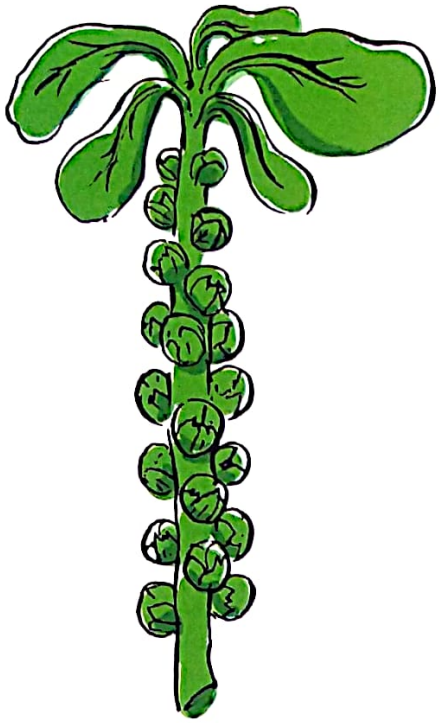
Editorial do *The Economist*, quando passaram vinte anos de êxito sobre a revolução na *City* de Londres: "Esta é a lição do *Big Bang* – para proteger uma indústria, sacrifique os campeões nacionais".

Portugal deveria virar o disco e deixar de tocar o mesmo. Deveria abandonar o ambiente pacato e *cosy* do nacionalismo económico e mergulhar no alvoroço libertador da globalização, explorando as suas oportunidades. Deveria deixar de proteger o velho e preparar-se para os verdadeiros desafios, que exigem a atracção da excelência internacional para trabalhar lado a lado com *players* locais. Deveria largar os arranjos de gabinete, as ameaças veladas e permitir o triunfo do mérito. Deveria desdramatizar a posse e valorizar a gestão e a capacidade de transformar. Deveria esquecer as barreiras e descobrir as alavancas. Deveria substituir a mania do aguentar pela ambição de criar. ■

HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

COUVE-DE-BRUXELAS

PERDIDOS E NÃO ACHADOS



Os políticos europeus gostam de fazer coisas. Umas vezes porque sim, outras porque não sabem o que mais fazer. O resultado nem sempre é brilhante, como se pode ler

Ninguém lhe perguntou nada. Marios Matsakis começa a ser um clássico destas páginas. Entusiasmado com uma votação na Câmara dos Comuns, no Reino Unido, sobre a reforma da Câmara dos Lordes e a putativa eliminação dos Lordes não eleitos, o deputado europeu e médico cipriota resolveu enviar um e-mail a todos os colegas a perguntar, excitado: "há alguma coisa que nós, Parlamento Europeu, possamos fazer (para democratizar a Câmara dos Lordes)?" Respondeu-lhe o assistente de um Deputado inglês (Tory, claro): "*Yes. Stay out of it*".

O Parlamento Europeu tem vindo a ganhar cada vez mais competências, tornando-se num órgão relevante que impõe e decide alguma coisa, mesmo que a eleição dos seus membros não provoque a menor excitação entre os eleitores. Ainda assim, por tradição, e porque no passado tinha muito menos competências, desenvolveu-se o hábito de os parlamentares europeus tanto opinarem sobre o irrelevante que lhes era pedido, como sobre o resto, que lhes parecia mais entusiasmante. E assim, tanto falam do transporte de sémen de boi (não estou a inventar um tema, juro) como sobre os Direitos Humanos aqui ou na Birmânia. Actividade que desenvolvem com enorme proficiência.

Sempre que alguém critica o facto de o Parlamento Europeu se meter onde não é chamado, é imediatamente acusado de ser anti-europeu e/ou de ser favorável à barbárie a que naquela ocasião se quer pôr termo, seja ela a hereditariedade dos membros da Câmara dos Lordes, as corridas de touros ou as patifarias da CIA em solo e céu europeu. O problema destas ideias simples é serem isso mesmo, simples. Quando se diz que o Parlamento Europeu pode e deve investigar as supostas violações de direitos humanos em território europeu, praticadas com o suposto conhecimento (ou mesmo acordo) dos Estados Membros da União Europeia, é de esperar que os Marios Matsakis possam achar que a hereditariedade dos membros da Câmara dos Lordes é igualmente uma violação dos valores universais da democracia e queiram impor a sua visão aos brutos dos britânicos. É por isso que é importante insistir que ninguém elegeu os Deputados Europeus para fiscalizarem os governos nacionais e os Estados Membros. Seja por boas ou por más razões.

E agora? No fim-de-semana passado, a 25 de Março, os líderes europeus terão assinado a Declaração de Berlim que, originalmente, pretendia ser uma prova de que mesmo sem Tratado Constitucional os dirigentes da Europa sabiam bem o que queriam e para que servia a União hoje em dia. Umas espécie de acordo de fundo quanto ao máximo denominador comum. Independentemente do conteúdo final, o processo de redacção do texto – a discussão sobre a inclusão ou não do Euro, do alargamento, de Schengen… – revela que o problema hoje é que a Europa continua a fazer sentido, só não se consegue é um acordo útil sobre qual é. Parece um exagero, mas o caso é este.

A Europa nasceu para garantir a Paz, primeiro, e o progresso económico, depois. Ancorou à democracia os países da Península Ibérica e trouxe-lhes desenvolvimento económico e, mais recentemente, serviu para reunificar a Europa, garantir a democracia e, de novo, a prosperidade económica. O problema é que, cumpridas as outras missões, para garantir a prosperidade económica, aquilo que a Europa terá de fazer hoje é substancialmente diferente do que fez no passado. É esse o problema. Pode declarar-se a felicidade pelas décadas de Paz (desde que não se seja dos Balcãs), o orgulho na democracia ou a satisfação pelo ininterrupto sucesso económico. Mas não se consegue acordo público sobre o que é preciso fazer agora. Não se faz uma festa para assinar um documento que declare: "o tempo da vida fácil acabou. Daqui para a frente vai ser mais difícil. É pena, mas isto de passar os últimos dez ou quinze anos de vida sem trabalhar e com reformas razoáveis ou mesmo boas, terminou. E emprego previsível também não parece que vá haver. Agora, é preciso inventar um novo modo de vida, esquecer alguns privilégios dos bons tempos e fazer pela vida". Ou isso ou esgotar calmamente os recursos até não haver nada que se possa fazer que não seja empobrecer.

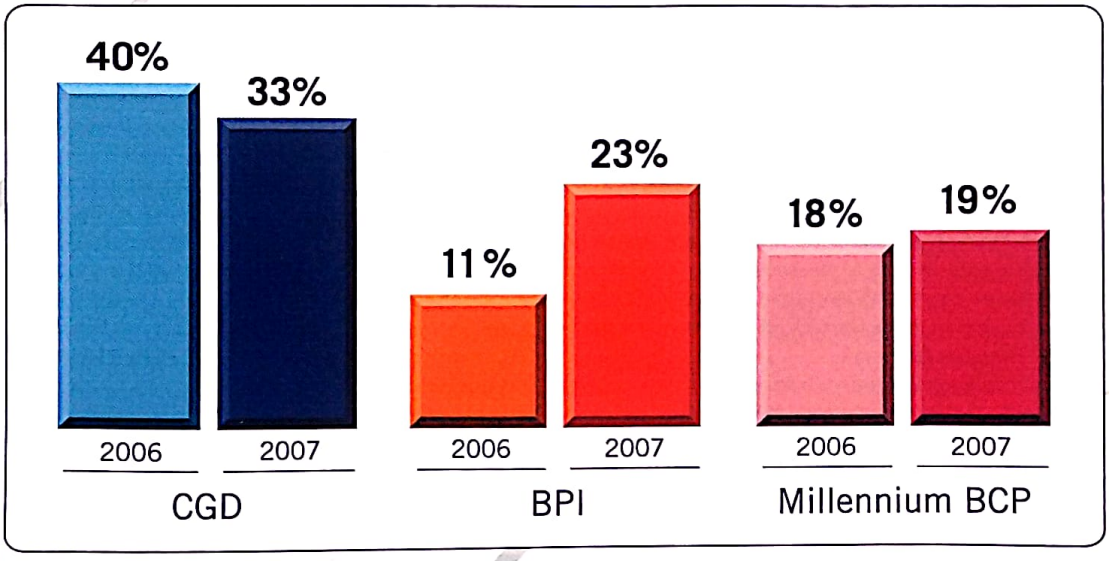
O mundo mudou, os dirigentes europeus sabem-no, mas não têm coragem política para o confessar. O resto que dizem é bonito, mas tem pouca utilidade. Ou alguém acredita, a sério, que por este andar em 2010 a Europa será, como prometia a Agenda de Lisboa, a economia do conhecimento mais dinâmica?

Confiança.

BPI ultrapassa Millennium BCP e sobe ao 2º lugar nas Marcas de Confiança.

O BPI ultrapassou o Millennium BCP e subiu ao segundo lugar entre as marcas bancárias de maior confiança, na edição de 2007 do estudo "Marcas de Confiança", organizado há sete anos consecutivos pelas Selecções do Reader's Digest em 15 países europeus. Em Portugal, o estudo baseou-se numa amostra de cerca de 12 mil entrevistados. A Caixa Geral de Depósitos mantém a liderança, mas baixa de 40% para 33%, o BPI é o segundo classificado, com um aumento de 11% para 23% e o Millennium BCP desce para terceiro, passando de 18% para 19%. O resultado do BPI dá continuidade a uma subida consistente ao longo das sucessivas edições do estudo: de 2001 a 2004, inclusive, o Banco ocupou o quarto lugar, com 8% nos dois primeiros anos e 10% nos dois seguintes; em 2005 alcançou a terceira posição, que manteve em 2006, com o mesmo resultado de 11%.

Marcas de Confiança



BPI

ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

LONDON CALLING

UM ARTÍFICE DA LIBERDADE

A propósito do lançamento de um documentário sobre Leonard Liggio, o nosso correspondente em terras de Sua Majestade descreve o percurso académico de um liberal clássico que sempre se notabilizou na luta pela preservação da liberdade

Decorreu no passado dia 5 de Março, em Londres, o lançamento do documentário *A Conversation with Leonard Liggio*, produzido pelo Liberty Fund. Neste importante documento, agora disponível em DVD, John Blundell, director do Institute of Economic Affairs, conversa com Leonard Liggio durante cerca de 90 minutos, passando em revista o renascimento do liberalismo clássico a partir da segunda metade do século XX. O resultado final é uma selecção – montada a partir de 8 horas de gravações – que permite vislumbrar a vida e obra de alguém cuja biografia se confunde com a do próprio movimento liberal clássico ao longo das últimas décadas.

Liggio é professor na George Mason University, investigador do Institute for Humane Studies e vice-presidente executivo da Atlas Economic Research Foundation (actualmente liderada por Alejandro Chafuen). Mas tais cargos, pese embora a relevância, estão longe de nos dar uma ideia aproximada da enorme influência que este académico ponderado e discreto exerceu (e continua a exercer), quase sempre nos bastidores, sobre sucessivas gerações de liberais.

Apesar de o seu pai manifestar indiferença pela religião e de a sua mãe ser uma luterana convicta, Liggio, nascido em 1933 no Bronx, em Nova Iorque, viria a ter a primeira fase da sua educação numa escola católica. Tratou-se, segundo o próprio, de um período marcante, em que assimilou o valor da disciplina e do trabalho metódico. Alguns anos mais tarde, já na universidade, o seu activismo político conservador, profundamente mal visto num contexto académico dominado quase completamente por socialistas e comunistas, levou-o a ser convidado a sair de Columbia, tendo optado por prosseguir os seus estudos em Fordham: a universidade jesuíta de Nova Iorque.

Foi também em Nova Iorque que Leonard Liggio teve oportunidade de participar no famoso seminário dirigido por Ludwig von Mises e se tornou amigo de Murray N. Rothbard, duas relações que se revelaram intelectualmente marcantes. Digno de nota foi também o seu contacto com Ayn Rand. Na sequência de um convite feito a Rothbard, este e um pequeno grupo de amigos (onde se incluíam, entre outros, Leonard Liggio e George Reisman) passaram a frequentar o círculo de discussão nocturna organizado por Rand, cujas sessões se prolongavam frequentemente pela madrugada dentro. Liggio, no entanto, tinha por hábito começar metodicamente de manhã cedo o seu trabalho de investigação académica nas bibliotecas e arquivos, pelo que abandonava as sessões de Rand antes da sua conclusão. O eventual desagrado de Rand levou a que Liggio deixasse de ser convidado e dessa forma terminou a sua curta ligação com o objectivismo.

Liggio acabou por se especializar em história, consolidando e articulando gradualmente um vasto conjunto de conhecimentos nessa área, como pode testemunhar quem já teve o privilégio de assistir às suas aulas e palestras. Um trabalho empenhado e sempre motivado pela descoberta e análise dos fundamentos civilizacionais da liberdade. Simultaneamente, colaborou activamente com o Volker Fund, uma fundação que foi decisiva para a promoção do liberalismo no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (bastará recordar que o Volker Fund foi crucial para que Hayek se mudasse para a Universidade de Chicago e apoiou académicos como Ludwig von Mises e Aaron Director). O Volker Fund acabaria por cessar a sua actividade nos anos de 1960. Mas foi a partir dele, directa ou indirectamente, que muitos dos principais *think-tanks* liberais hoje existentes se desenvolveram e Liggio teve um papel importante na criação e crescimento de boa parte deles. Merece destaque o seu trabalho no Institute for Humane Studies, que se constituiu como principal suporte para a fundamentação e articulação de um movimento liberal de base académica a nível mundial. Entre as suas inúmeras funções, contam-se também o exercício de cargos no Cato Institute (que ajudou a fundar), no Acton Institute for the Study of Religion and Liberty e na Heritage Foundation. Em 1958, Liggio esteve no primeiro encontro da Mont Pelerin Society realizado nos EUA e mais tarde, entre 2002 e 2004, chegou memo à presidência, período, que considera ter sido o ponto alto da sua já longa carreira de académico e activista intelectual.

Liggio, que afirmou numa entrevista anterior que não seria um liberal clássico se não fosse um cristão muito activo, revela-nos a sua maior preocupação: a crescente diminuição da liberdade a que assistimos nos dias de hoje em resultado da imposição de mecanismos informais de censura pelas estruturas promotoras do pensamento politicamente correcto.

Quando questionado sobre o que gostaria de ver como o seu legado, Liggio respondeu, sem mais: a preservação da liberdade. Pela sua acção, este artífice da liberdade provou que é possível, mesmo em contextos adversos, ser-se simultaneamente consistente nos princípios e pragmático e eficaz na acção. Por tudo o que conseguiu, os verdadeiros liberais de todo o mundo têm para com ele uma enorme dívida de gratidão.

CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

PASSAGEM PARA A ÍNDIA

O QUINTAL REGIONAL

Antes de aspirar a voos mais altos, a Índia quer colocar a sua própria vizinhança em ordem e sob sua alçada. É assim que se compreende o imenso altruísmo samaritano com que tem recentemente brindado a região. Como nos conta o nosso correspondente de guerra, já não é à força que leva a água ao seu moinho

Longe vão os tempos em que a Índia se impunha à força na sua vizinhança, apoiando a guerrilha maoísta no Nepal, privando o Bangladesh de água e intervindo militarmente no Sri Lanka. A Índia brutamontes, gabando-se constantemente da sua liderança na Ásia do Sul, faz parte do passado. Nos amadurecidos corredores diplomáticos do South Block, em Deli, já ninguém reivindica o estatuto de *regional hegemon*, ecoando agora só os suaves tons das *confidence-building measures*.

Para o ministro Pranab Mukherjee, a criação de "um novo paradigma para a vizinhança" é o principal objectivo da política externa indiana, sublinhando ele que "a emergência da Índia como grande potência depende da força, do crescimento e da prosperidade da região". Embora a orientação não seja nova (lembre-se a doutrina Gujral, nos anos 90), são afirmações que rompem com várias décadas em que o objectivo era diametralmente oposto: os diplomatas indianos procuravam então ignorar o contexto regional e saltar directamente para as luzes da ribalta global.

Esta necessidade urgente de cultivar o próprio quintal regional explica-se principalmente com as crescentes ameaças transfronteiriças que assolam a Índia, incluindo os milhões de imigrantes ilegais e o "corredor vermelho" naxalita, mas também com as enormes potencialidades de um imenso mercado regional de 1500 milhões de pessoas e com o aparecimento estratégico de uma China ciente em expandir a sua influência ao Oceano Índico.

A mensagem é clara. Antes de aspirar a voos mais altos, a Índia quer colocar a sua própria vizinhança em ordem e sob sua alçada. É assim que se compreende o imenso altruísmo samaritano com que tem recentemente brindado a região. Desde a partição da Índia Britânica, nunca foi tão fácil cruzar fronteiras. A mobilidade é facilitada pela nova política de vistos indiana e pelas novas ligações ferroviárias e rodoviárias (inéditas entre as duas Caxemiras), navais (com o Sri Lanka) e pelo aparecimento de transportadoras aéreas privadas ligando as principais capitais do subcontinente com grande frequência e a baixo custo.

Um dos sectores em que a nova atitude indiana mais se faz sentir é o da ajuda humanitária e do apoio ao desenvolvimento. Logo após o tsunami no Sri Lanka e o terramoto no Paquistão, a ajuda indiana foi das primeiras a fazer-se sentir nos locais de tragédia. E enquanto que no Nepal e no Butão a Índia financia centenas de projectos de desenvolvimento, no Afeganistão ajuda na construção de escolas, estradas e do próprio edifício do parlamento (e em Cabul circulam autocarros Tata).

A tecnologia de ponta que os indianos estão a desenvolver no campo da saúde também serve de estratégia de aproximação: de vez em quando, nada melhor do que abrir os telejornais com a imagem de um bebé paquistanês ou nepalês salvo por médicos indianos. O *soft power* também passa pelo investimento na cultura. É disso prova o sucesso dos *Punjab Games*, juntando anualmente desportistas dos dois estados separados pela fronteira indo-paquistanesa, bem como o cinema Bollywood, adorado por toda a região. Já as cidades indianas começam a assumir-se como pólos intelectuais e de educação para as elites da vizinhança e a ideia de uma sociedade civil sul-asiática começa a ganhar espaço em projectos como o da revista *Himal* (www.himalmag.com).

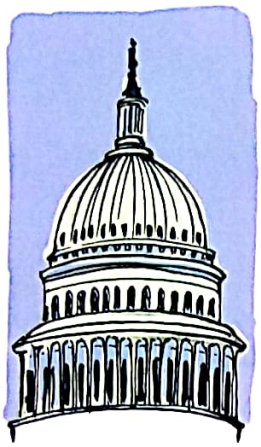
A economia fala por si. A Índia passou a ser a maior fonte de investimento directo estrangeiro no Sri Lanka e o projecto de liberalização do comércio regional (SAFTA) avança a passos largos. A segurança não fica atrás. A Marinha indiana ofereceu recentemente embarcações à sua congénere das Maldivas, enquanto que o Exército tem executado operações conjuntas com as forças butanesas e birmanesas, de modo a isolar os separatistas do Nordeste.

"Basta a Índia tossir e a região inteira constipa-se logo", começam a queixar-se algumas capitais menores. É justamente esse o objectivo de Nova Deli: cobrir estrategicamente uma Ásia do Sul alargada, de Cabul a Colombo e de Malé a Rangum, de modo a servir-lhe de trampolim para contextos maiores. No final de contas, não é nada de revolucionário. A ideia de uma Ásia do Sul integrada em termos económicos, culturais e estratégicos, já foi posta em prática pela civilização do Indo e pelo império de Axoca. A artificialidade das suas fronteiras políticas reflecte-se também na expansão transfronteiriça de línguas como o punjabi, o hindi/urdu, o bengali e o tamil. E também na própria naturalidade de Pervez Musharraf e de Manmohan Singh, respectivamente nascidos em território "inimigo".

SÉRGIO H. COIMBRA EM WASHINGTON

CAPUT MUNDI

Aleluia, Aleluia, Aleluia



Esta é a história de um português arrependido que resolveu assumir a plena condição de emigrante nos States e, se possível, a nacionalidade americana. Primeira condição cumprida: arranjar emprego. O nosso correspondente é hoje secretário paroquial na igreja episcopal de Holy Trinity. Aleluia!

Nestes quarenta dias de continência que nos levam à Páscoa cada um faz o jejum que mais lhe convém, ou pelo menos é assim que vejo interpretadas as Sagradas Escrituras por doutas iluminárias. Quanto a este cristão – que há muito deixou os prazeres da carne mas ainda não encontrou substituto espiritual para um par de copos de Cabernet Sauvignon, San Fernando Valley, CA, qualquer colheita –, resolveu fazer jejum de Portugal. Passei outro dia por aí de rompante, despedi-me dos amigos e declarei-me oficialmente emigrante perante as Finanças e outras entidades de respeito.

O próximo passo, em tudo dependente de quem ganhar as presidenciais de 2008, é pedir a nacionalidade americana. Coisa que só farei se a) Al Gore vencer de novo as eleições, e b) for empossado como Presidente. Nutro pelas restantes figuras – Barak Obama, ou Barak Osama como por vezes lhe chamam no noticiário da Fox, Mitt Romney ou qualquer dos outros desconhecidos nomes – o mesmo desprezo que sempre senti por Jorge Cavaco Sampaio Silva Eanes de Nafarros.

(Para obter a nacionalidade terei de fazer uns testes, agora mais difíceis, mas já estudo afincadamente para lá das estrelas e das listas da bandeira. Pergunta: Quando as pessoas dizem Bumfuck, Idaho estão a mencionar uma localidade do estado do Idaho? Resposta: Não necessariamente. Ou: A National Security Agency precisa de autorização judicial para escutar o telefone dos cidadãos por mais irrepreensível que seja o seu currículo? Resposta: *Idem ibidem*.)

Entretanto, claro, lancei-me na busca diabólica por um emprego decente, no sentido anglo-saxónico do adjectivo. Como sabem, até agora andava a esfregar o chão e a desinfectar as casas de banho dos sem-abrigo, coisa que me limpou quarenta anos de pecados sem ter de me confessar uma única vez, mas que não dá para pagar a *happy hour* todos os dias. O problema é que essa coisa que é a busca de trabalho – como se alguém estivesse interessado em procurar algo que só o vai prejudicar – tem vários passos que nunca cumpri ou vi alguém cumprir aí para os lados da Ibéria: escrever um currículo, ir a entrevistas, resistir à tentação de mencionar um primo...

Como é de calcular, o meu respeitável passado de jornalista português foi deveras respeitado e até aplaudido, mas levou-me exactamente a lado nenhum. Não consegui o lugar de responsável pelo correio no Jewish War Veterans Museum, apesar da polaca que me entrevistou soletrar a palavra *stamp* cem vezes pior que eu. Também me deram com os pés na antiga propriedade de George Washington, os Mount Vernon Estate and Gardens, onde procuravam servos para guiar carrinhos de mão carregados de estrume no Verão e limpar hectómetros quadrados de neve no Inverno, com início às seis da manhã. E nem o invejável passado de director da National Geographic em Portugal me conseguiu um posto no departamento de limpezas de canis e gatis na Washington Humane Society.

A coisa está mal parada. (É verdade: comecei a falar para com os meus botões.) Claro que quando um gajo começa a ficar realmente tramado, sem dinheiro para pagar mais do que três *dry martinis* no bar do Hay-Adams, cai do céu o luso ditado "ao menino e ao borracho põe Deus a mão por baixo". E assim, não exactamente caído do céu mas chegado pelas mãos de um dos seus representantes na Terra, foi-me oferecido o emprego de secretário paroquial na igreja episcopal de Holy Trinity. Aleluia, aleluia, aleluia!

Agora, todos os dias da semana encontram-me no meu quartinho decorado com crucifixo e bandeira, como na Escola Primária Oficial António Enes nos idos do colonialismo, enquanto na sala ao lado o pastor escreve santos sermões e, mais bíblico ainda, atura velhas paroquianas que querem fazer chá e scones para os pobrezinhos. As minhas tarefas incluem atender o telefone com a frase "*Holy Trinity, may I help you?*", seleccionar e distribuir correio, paginar e imprimir os boletins das missas de domingo, e ouvir comentários sobre o meu inglês: "*So cute the way you say Connecticut, Surge!*"

A única coisa de que não gosto no meu novo emprego são as trinta milhas que separam o meu leito de Bowie, Maryland, onde fica esta igreja da Santíssima Trindade. Não gosto por causa da distância, não gosto porque tenho de seguir pelos bairros degradados do Nordeste, e, casado que estou com gente que sempre viveu a sul da Mason-Dixon Line, não gosto do Maryland em geral. Afora isso, adoro tudo – e ainda tenho tempo de me rir (só para mim) quando atendo gente que quer cópias do certificado do baptismo para se mudar para a Igreja Católica.

Gosto sobretudo do meu ordenado, qualquer coisa semelhante ao que faz um professor liceal com vinte anos de carreira em Portugal, incluindo os benefícios da Segurança Social, sem ter que aturar um só jovem ignorante e preguiçoso. Graças à primeira tranche desse ordenado, escrevo estas linhas enquanto uma lareira arde frente à minha mesa de trabalho, uma fonte canta no pátio ao lado, piscos saltitam entre junquilhos acabados de rebentar no jardim, e Dvorak passa no rádio da sala. Aqui, no Fearrington Country Inn, na Carolina do Norte, nos grandes US of A. ao fim de uma via dolorosa que são sempre os primeiros anos como emigrante, sinto-me ressuscitado.

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***

1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha

CEPI

Cursos certificados por *European Council of Real Estate Professions*
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** *8ª Edição*
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** *9ª Edição*
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** *4ª Edição*
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

18º Aniversário

ESAI
Escola Superior de Actividades Imobiliárias

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias
Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt
Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila
1950-104 Lisboa
Homepage: **www.esai.pt**

Protocolos com:

Universidade de Salford Manchester, Reino Unido
Universidade de Fontys Eindhoven, Holanda
Fac. Católica de Ciências Empresariais da Bahia S. Salvador, Brasil
Universidade Miguel Hernández Elche, Espanha
Universidade Nacional da Liberdade Lisboa
Liberdade Editora de Estudos Liberais
Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios
Associação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária
Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários
Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
Sindicato Nacional dos Engenheiros
Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

JOÃO MIRANDA

MERCADO DAS IDEIAS

"Como não sofre concorrência, uma autoridade monopolista é muito mais vulnerável ao erro. No modelo centralista só a autoridade central é que tem a legitimidade para se avaliar. Por isso, um sistema centralizado só pode ser avaliado por mecanismos internos. O problema é que, se existirem erros, os mecanismos de avaliação tenderão a basear-se nesses mesmos erros"

Numa sociedade, os indivíduos são confrontados com o problema de saber o que é verdadeiro. Por muito que os relativistas insistam que não existe verdade, ou que existem várias, o certo é que cada indivíduo continua a necessitar de tomar decisões com base em informação de qualidade.

As necessidades humanas resolvem-se mais facilmente através da divisão do trabalho. Existe uma procura por instituições que distingue o que é verdadeiro do que é falso, e, num mercado suficientemente sofisticado, sempre que existe procura existe oferta especializada. Vale por isso a pena tentar perceber a que critérios deve obedecer uma instituição para ser considerada um meio fiável de aproximação à verdade.

Na análise deste problema é importante distinguir as proposições relativas à realidade das proposições relativas a sistemas éticos, políticos, filosóficos ou matemáticos. O primeiro tipo de proposições depende apenas da realidade. O segundo depende das premissas que constituem a base do respectivo edifício intelectual e do processo utilizado para produzir novas proposições. Um edifício intelectual que dependa de proposições sobre a realidade que estejam erradas é inválido e deve ser rejeitado. Mesmo que o edifício intelectual se baseie em valores, que são necessariamente subjectivos, é ainda assim necessário verificar a sua consistência lógica. Sendo assim, uma instituição que queira prestar um serviço de produção ou de certificação da verdade tem que evitar dois tipos de erros: erros na observação da realidade e erros de lógica.

Numa sociedade não existe nenhuma fonte privilegiada da verdade. A verdade é externa a todos os agentes e nenhum deles está, *a priori*, numa posição melhor que os restantes para dizer o que é ou não é verdade. A busca da verdade exige um método, um esforço e um sistema de verificação, e ainda assim nunca será possível a ninguém expressar mais do que conjecturas do que é a verdade. As conjecturas de cada autoridade é que poderão estar bem fundamentadas, poderão dever-se ao estudo apurado e a uma tradição intelectual reputada. Determinadas instituições poderão estar mais próximas do que outras do que é verdadeiro, algumas até poderão estar absolutamente certas, mas continuará a existir uma incerteza insolúvel sobre quais são as instituições que chegaram à verdade. O consumidor de informação, não dispondo de tempo ou de conhecimento para avaliar a informação em detalhe, ficará sempre na incerteza tendo que se guiar por indicadores, sempre falíveis, como por exemplo a reputação de cada uma das autoridades que presta serviços de informação.

Dado que uma conjectura sobre a verdade é tanto melhor quanto mais rigoroso for o processo que a produz, um sistema que permite a concorrência entre várias autoridades é mais eficiente do que uma autoridade centralista e monopolista. Como não sofre concorrência, uma autoridade monopolista é muito mais vulnerável ao erro. No modelo centralista só a autoridade central é que tem a legitimidade para se avaliar. Por isso, um sistema centralizado só pode ser avaliado por mecanismos internos. O problema é que, se existirem erros, os mecanismos de avaliação tenderão a basear-se nesses mesmos erros.

A avaliação descentralizada da verdade tem, em contrapartida, as mesmas vantagens que qualquer mercado. Todos os avaliadores estão sujeitos à concorrência, a reputação e o sucesso de cada avaliador são proporcionais à sua performance e não existem barreiras à entrada de novas ideias e de novos procedimentos de avaliação. Existem incentivos quer para os avaliadores, cujo sucesso depende da boa performance, quer para os promotores de novas ideias, que tirarão proveitos se as suas conjecturas se revelarem verdadeiras.

É claro que um modelo descentralizado de produção de informação é muito mais complexo do que um modelo centralizado. Enquanto um modelo centralizado cria, entre um público pouco sofisticado, um sentimento de segurança e de certeza, um modelo descentralizado cria um sentimento de desconfiança e de dúvida. No entanto, este fenómeno não implica que o sistema centralizado produza informação de melhor qualidade. O que implica é que o sistema centralizado cria uma falsa sensação de segurança que só é vantajosa para quem gosta de ser enganado com mentiras piedosas. Para um público mais sofisticado, para quem a incerteza é preferível à mentira, o sistema descentralizado é superior, quer porque se chegará mais vezes à verdade, quer porque o nível de incerteza percebido será também ele um reflexo das limitações dos sistemas de produção de informação disponíveis.

Histórias de mar
Mergulho
Navios de época
Oceanografia
Vela
Viagem

Tudo o que precisa de saber sobre o mar

www.revista-vega.com

Memorando

De: Atlântico
Para: Dr. Alberto Costa, Ministro da Justiça

O Sr. Ministro sabe que nós sabemos que o Sr. Ministro sabe. Sabe que a Justiça é um dos cancros do regime democrático português. Os cidadãos desconfiam do seu funcionamento e não vêem a sua eficácia. Sem uma Justiça credível, os riscos são conhecidos: culpas nos políticos e crescimento dos populismos. Por isso, seja, de uma vez por todas, o Ministro da Justiça deste país.

A auto-gestão do sistema judicial transforma a nossa Justiça numa coisa opaca, sem pingo de transparência. A distribuição de competências é confusa e não assenta numa fiscalização eficaz. Tem-se dado importância demasiada às alterações legislativas e pouca, muito pouca mesmo, àquilo que é essencial: uma reforma concreta do funcionamento da Justiça. Caro Ministro, tem de parar de dar festinhas no touro; é tempo de pegá-lo pelos chifres. E se não estiver talhado para este esforço taurino, então, sempre pode ir passar umas férias – judiciais ou não – a Pamplona e aprender como se enfrenta o bicho de frente.

Simplifique a legislação existente. Revogue leis e regulamentos que a praxis revelou desnecessários. Legisla-se muito e em massa, sobretudo na área comercial, o que só contribui para gerar confusão. Em qualquer democracia ocidental, a Justiça serve aos cidadãos. Em Portugal, a Justiça serve-se dos cidadãos. Portugal não é uma democracia como as outras. E esta infelicidade institucional começa não nos políticos mas nos juízes. Ponha os juízes a fazer aquilo que sabem: julgar. Retire-lhes o estorvo da gestão corrente. Crie a figura do "Gestor do Tribunal" (responsável pela gestão do espaço físico da justiça).

Organize a actividade criminal. Atribua competências específicas a cada uma das entidades (às polícias, a investigação; ao Ministério Público, o exercício da acção penal; aos Tribunais, a tarefa de julgar). Devido a esta definição de competências, exige-se uma clarificação por parte do poder político sobre as prioridades da investigação criminal. Convém relembrar o óbvio: esta é a única forma de garantir aos cidadãos o sucesso ou insucesso da sua política criminal. Chama-se a isto prestação de contas públicas, ou, para sermos finos, accountability. O governo deve ser responsabilizado pelos resultados do sistema judicial, sejam eles bons ou maus. Relembro-lhe que cheques-em-branco foi moda há trinta anos. Hoje, numa democracia madura, a responsabilização pública dos actos governativos tem de ser rodeada de fiscalização. Sem medo de represálias...

Dê força ao título de Ministro que ostenta e reformule o Conselho Superior de Magistratura (CSM). A maioria dos membros do CSM deve ser designada pelos órgãos de soberania eleitos – presidência da república, assembleia e governo. Afinal, somos uma democracia ou continuamos a ser um regime corporativo? Implemente um verdadeiro sistema de fiscalização e responsabilização dos juízes. Deixe de ser refém das corporações.

Incentive a criação de centros de arbitragem e a resolução de conflitos alternativos aos Tribunais. Para que as pessoas se sintam servidas, bem servidas, e vejam aí uma forma complementar de resolução dos seus litígios. A demora processual inibe as pessoas de recorrer muitas vezes à justiça para tratar de pequenos casos, um sintoma da má qualidade dramática da Justiça em Portugal. Serviços públicos destes, não obrigado Sr. Ministro! E não pense que ficamos por aqui. A não ser em situações extraordinárias, não faz sentido manter o segredo de justiça. Por isto mesmo, deve exigir a definição precisa das regras de relacionamento entre os intervenientes da Justiça e os media, para que se elimine a arbitrariedade existente actualmente.

Lembre-se: a sua tarefa é servir os portugueses e não as corporações. Portugal deve deixar de apresentar um sistema judicial opaco, híbrido, sujeito a mutações constantes, para passar a ter um sistema judicial capaz e digno de uma democracia europeia. Acabe de vez com o acesso à justiça apenas para alguns. Por outras palavras, democratize a Justiça. Ao fazê-lo, estará a dar um passo de gigante na credibilidade política do executivo a que pertence.

Por fim, e porque a suspeição de incompetência não é exclusiva dos políticos, reveja com urgência a contribuição do Centro de Estudos Judiciários para a formação de juízes. Defenda um concurso público no acesso à carreira. Porque o corporativismo bacoco já minou demais este país.

MEMO Atlântico

INFORMAÇÕES no MEDIA DESK

SOBRE OS APOIOS AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL

FORMAÇÃO - DESENVOLVIMENTO
DISTRIBUIÇÃO - PROMOÇÃO
FESTIVAIS

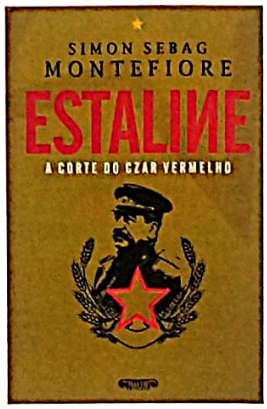
21.3478644 - mediadesk@icam.pt
www.mediadesk.icam.pt

MEDIA 2007

GOSTOS

LIVROS

UTOPIA SANGUINÁRIA É PLEONASMO



SIMON SEBAG MONTEFIORE, ESTALINE, A CORTE DO CZAR VERMELHO, LISBOA, ALÊTHEIA, 2006 [2003], 665 PP.

POR HENRIQUE RAPOSO

Este livro é, ao mesmo tempo, um livro de História e um romance. Montefiore (presença regular nas grandes revistas anglo-saxónicas: *NYRB*, *New Statesman*, *New Republic*) colocou a pesquisa historiográfica ao serviço de uma narrativa literária. Normalmente desconfiamos deste estilo híbrido que deixa o livro em terra de ninguém. O Romance é um fenómeno literário e artístico. A História é um trabalho analítico e *científico*. São dois campos separados, com linguagens e objectivos diferentes. Portanto, encarámos este *Estaline* com alguma desconfiança. Mas Montefiore convenceu-nos. Porquê? Porque o registo literário é a única forma de captar a desumanidade da URSS de Estaline. Uma abordagem historiográfica *científica* não conseguiria explicar o... inexplicável.

Montefiore transformou o mito (Estaline) num homem (Iosebo Vissarionovitch Djugachvili) através de uma quantidade homérica de detalhes, factos e relatos que revelam o ditador em interacção com outras pessoas (o resultado de uma longa pesquisa historiográfica; correspondência pessoal de Estaline, arquivos, memórias, entrevistas com sobreviventes e descendentes desta aristocracia soviética).

Estamos perante o relato dos vícios privados e das misérias públicas da corte política de Estaline (1929-1953), uma realidade que girava em torno do Czar (Estaline) e em redor dos lugar-tenentes: Béria (o «empresário do terror»), Molotov (o Robespierre russo), Khruchtchev, Iezhov (o devasso sanguinário) e muitos mais. Ora, a mera linguagem técnica da historiografia convencional (ex: *totalitarismo*) nunca conseguiria descrever a mentalidade e as acções destes homens. Nunca conseguira apreender o desprezo pela vida humana de Estaline, as bebedeiras e orgias desta nomenclatura, a amoralidade assassina e sexual de Béria, o clima de paranóia do Kremlin, as invejas e traições ao mais alto nível, a forma burocrática como se mandava matar ou deportar através de quotas («uma cidade de Stalinabad (Askabad) recebeu uma quota de 6277», p. 251), a patética bajulação que a corte lançava sobre Estaline (bajulação que se assemelhava a um «libreto de ópera bufa», p. 487), a irracionalidade e infantilidade de certas medidas (ex: a forma como Estaline conduziu os primeiros meses da II Guerra é puro *nonsense*). A corte do Czar vermelho constituía uma Twilight Zone absurda que não pode ser analisada academicamente; só pode ser descrita em jeito de romance, como fez Montefiore. *Estaline* não é um livro sobre o *totalitarismo*; é um livro sobre uma máfia. E é mesmo «difícil perceber a diferença» (p. 248) entre esta elite soviética e uma organização criminosa.

Mas, atenção, Montefiore não desliga esta loucura estalinista da ideologia comunista. Ainda há quem separe a *benignidade* da ideologia comunista da *maldade* de Estaline. Este vício de análise tem «o efeito de acusar unicamente um louco e não nos oferece qualquer lição» sobre «o perigo das ideias e sistemas utópicos» (p. 12). O grande mérito de Montefiore acaba por ser o estabelecimento de uma ligação directa e causal entre a desumanidade de Estaline e a desumanidade do marxismo-leninismo. O «êxito de Estaline não foi um acidente. Nenhum outro homem vivo se adequava melhor ... à determinação inumana do partido de Lenine» (p. 24). O comunismo, para ser implementado, precisava de homens que encarassem a morte como o primeiro instrumento político.

Convém perceber que estes assassinos de massas eram utópicos. Por uma qualquer razão que nos escapa, a palavra *utopia* continua a ter boa reputação. Montefiore mostra, mais uma vez, que *utopia sanguinária* é pleonasmo. Milhares de idealistas apoiaram Estaline. A «base do poder de Estaline dentro do partido não era o medo: era o encanto» (p. 64). As práticas sanguinárias do regime não eram vistas como um erro, mas sim como um dever revolucionário. O extermínio dos *Kulaks*, o Grande Terror (1937-38), as deportações dos povos do Cáucaso e da Crimeia (durante a guerra): tudo isto foi feito com alegria e zelo revolucionário. Hoje, os viúvos do comunismo tentam desculpar a barbárie estalinista (dizendo que constituiu uma loucura sem ligação com a ideologia comunista). Erro provocado pela ignorância ou desonestidade intelectual. Porque, na verdade, a brutalidade desumana de Estaline e associados era um motivo de orgulho para os bolcheviques. Para esta tribo, a política fazia-se com quatro verbos: matar, prender, torturar e deportar. A sua infalibilidade marxista exigia efeitos imediatos na realidade. Qualquer plano teórico saído do ventre mágico do marxismo-leninismo tinha de ser colocado em prática, mesmo que isso implicasse a morte de milhões. A morte dos homens era o preço do Homem Novo.

Montefiore mostra, ao microscópio, que a doutrina que pretendia salvar a Humanidade acabou por originar o pior que há nos homens. Esta corte soviética, que se julgava senhora do estádio mais avançado da história, era afinal uma «nobreza feudal, cujos privilégios dependiam totalmente da lealdade» (p. 68). Por exemplo, a relação entre Estaline e Béria «era a de monarca e vassalo» (p. 275). O comunismo soviético foi um mero czarismo com cafeína germânica. Almejava encontrar os anjos da História; acabou por legitimar os actos de bestas com forma de gente.

COMO TODOS NÓS

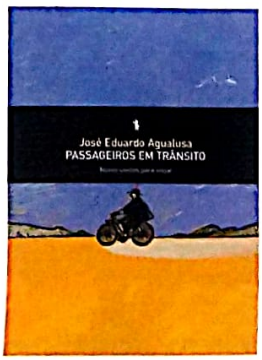
JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, PASSAGEIROS EM TRÂNSITO, LISBOA, PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE, 2006, 167 PP.

POR BERNARDO PIRES DE LIMA

José Eduardo Agualusa é sem dúvida um escritor versátil. Com sangue africano que transparece a cada linha, extravasa inúmeras vezes a dimensão territorial e criativa da sua Angola. Contos, romances, literatura infantil, crónicas. Fórmulas que tem percorrido e que vão dando outras tonalidades ao seu talento. Agualusa é um bom escritor, que teve provavelmente em *Nação Crioula* (1998) o seu ponto mais alto até à data.

Em *Passageiros em Trânsito*, o escritor reúne pequenos contos anteriormente publicados na revista *Pública*, na *Volta ao Mundo* e nalgumas edições brasileiras. Estes contos são marcados por personagens sem grande dimensão. Agualusa não os esgota, precisamente porque se encontram "em trânsito", de passagem por algum lugar, por alguma circunstância que o acaso desenhou e que não contempla profundas contemplações da raça humana. Estes contos não se esgotam em si mesmos, antes permitem ao leitor continuar determinada saga que, por ser momentânea, legitima diversas e pessoais interpretações.

Se o papel do conto, neste caso um "conto viajante", deve ser esse, é questão para cartilhas mais ou menos empedernidas de literatura que, com o devido respeito, não gostamos. A criatividade não deve ser emprateleirada em escolas disto e daquilo. Antes deve ser combativa, estimulante dos universos pessoais dos leitores que, naturalmente diversos, se encaixam em escritas abertas. E Agualusa tem esta virtude: escreve de forma aberta, numa relação livre com quem o lê.



Os limites do destino são, de certa forma, forçados pelas suas personagens. Pedro Paulo de Noronha, o "K40", foi perseguido por um passado sangrento mas enveredou por uma regeneração familiar e por um retorno não desejado às suas origens. Em "O homem a quem chamavam falcão", Agualusa entra nos domínios da deriva existencial que, pelo trajecto percorrido, não desemboca senão numa perfeita definição de liberdade. Autobiográficos ou não, alguns destes contos trazem à memória muitos lugares e personagens que julgamos próximos. Um sinal do cosmopolitismo que o autor cultiva e que se desenlaça em cada página que se (re)vive.

O NOSSO DESCONFORTO

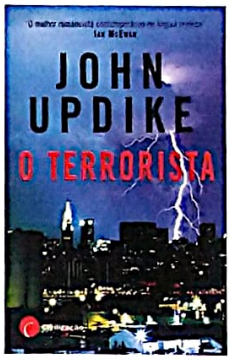
POR PATRÍCIA ROSAS

JOHN UPDIKE, O TERRORISTA, LISBOA, CIVILIZAÇÃO EDITORA, 2006, 284 PP.

O desenlace final de um romance normalmente transmite tristeza, contentamento estético ou, não raras vezes, uma grande desilusão. No caso de *O Terrorista*, sentimos alívio. As últimas cinquenta páginas arrastam-nos para uma tensão angustiante. E mais não podemos dizer…

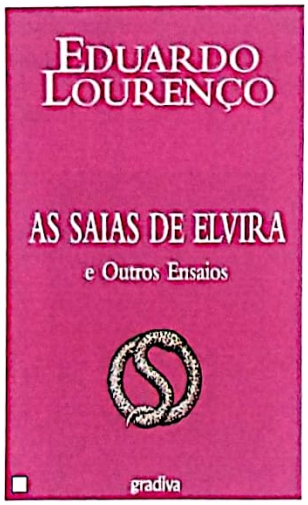
A personagem central do 22.º livro de John Updike é Ahmad, um jovem muçulmano de dezoito anos, filho de uma enfermeira americana de origem irlandesa e de um pai egípcio, que os abandonou tinha Ahmad três anos. Updike coloca Ahmad num subúrbio de Nova Jérsia: New Prospect, um espaço geográfico de escolha cirúrgica (provavelmente uma referência directa à cidade de Paterson, Nova Jérsia, onde viveram os terroristas do 11 de Setembro).

A narrativa acaba por ficar dependente de uma personagem secundária, Jack Levy (judeu; orientador escolar na Central High School, onde Ahmad termina os seus estudos). É Levy que



acaba por proporcionar reflexões sobre a sociedade pós-moderna contemporânea, sobre a liberdade desmedida, sobre o controlo gerado pelo pensamento politicamente correcto. É em Levy que encontramos uma explicação para as angústias do protagonista: «os miúdos como Ahmad precisam de uma coisa que a sociedade já não lhes oferece. A sociedade já não os deixa ser inocentes […] Os miúdos têm de tomar mais decisões do que dantes, porque os adultos já não lhes sabem dizer o que hão-de fazer» (p. 189). À medida que folheamos o livro, acompanhamos o ódio crescente que Ahmad sente pelo relativismo do pós-modernismo que o rodeia; acompanhamos a sua luta interior, a necessidade em «percorrer o Caminho Correcto» (p. 137), o caminho da fé em Alá, a única coisa que o salva do pântano amoral. E, por isso, os ímpios «demónios» (isto é, aqueles que não têm fé, «a verdadeira fé») atormentam Ahmad…

Eis um romance que é uma reflexão perspicaz sobre o terrorismo islâmico; uma reflexão não na forma de ensaio ou reportagem, como é mais frequente, mas conduzida através de uma personagem ficcional que somos incapazes de odiar. E o que acaba por incomodar é isso mesmo: não conseguimos odiar Ahmad. O jovem terrorista não é o *Mal*, mas alguém que nos é próximo. E, neste sentido, convém recordar que os terroristas islamitas que atacaram Nova Iorque não viviam no Médio Oriente; viveram em Hamburgo e em Paterson (que poderia ser New Prospect). *O Terrorista* acaba por ser um livro sobre o quão deprimente é a nossa sociedade pós-moderna, que, como diz Levy, não tem nada para oferecer. Uma sociedade onde os pais recusam educar os filhos, onde o politicamente correcto impede que se aponte um caminho.



O EROS EM EÇA

EDUARDO LOURENÇO, AS SAIAS DE ELVIRA, LISBOA, GRADIVA, 2006, 145 PP.

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

O rumor das saias de Elvira, símbolo do Romantismo, incomodava Eça. O Romantismo literário, celebração do amor sem corpo, exasperava Eça. Contra o Romantismo escreveu. Contra as saias que Elvira vestia. A favor das saias que Amélia despirá... O mais recente livro de Eduardo Lourenço, que junta ensaios inéditos e outros publicados anteriormente, é dedicado em parte a procurar na ficção queirosiana o conflito essencial da espiritualidade ocidental: o que opõe Eros a Cristo. A temática erótica em Eça é abordada nos ensaios inéditos: "As saias de Elvira" e "Eros e Eça".

Há duas maneiras de aferir a centralidade do erotismo na obra de Eça: confrontando-o com o tratamento que a restante ficção portuguesa de Oitocentos lhe dispensa (o inevitável reencontro Eça – Camilo) ou fechando a análise apenas na obra de Eça. A segunda opção afigura-se-nos não só mais produtiva mas também a única que justifica uma leitura centrada na oposição entre Eros e Cristo. Desde logo porque Eros, enquanto manifestação sensual do amor, está praticamente ausente da ficção portuguesa do século XIX. No ensaio "Camilo e Eça – da ficção sem corpo ao corpo como ficção", reflexão sobre o corpo em *"Amor de Perdição"*, Eduardo Lourenço demonstra que o conflito Eros-Cristo é inexistente em Camilo por falta de comparência de um dos contendores. Na obra de Camilo, a presença do amor tal como teorizado na doutrina *pauliniana* decorre fundamentalmente da ausência de Eros.

Muito diferente é a obra de Eça de Queirós. Eduardo Lourenço considera que a temática erótica na ficção queirosiana é "revolucionária" e "moderna". "Revolucionária" porque central na narrativa e "moderna" porque tratada com uma audácia de estilo considerada obscena para os padrões da época. E aqui existe, parece-nos, um problema na análise de Eduardo Lourenço, visto que o autor contorna o facto de o Eros de Queirós continuar a ser um convidado na casa de Cristo. A modernidade de Eça não vai até ao ponto de afirmar a autonomia de Eros, que surge «menos como enigma do que como tentação» (p. 11). O que equivale a dizer que o Eros permanece definido pela tradição cristã; funciona, através do corpo da mulher, "origem de todo o engano", como elemento desagregador da coesão social; está sempre associado à transgressão e dele se originam todos os males. Perguntamos: haverá mitologia mais cristã? Da mesma forma que o seu realismo não largou as saias de Elvira, o erotismo de Eça não saiu da sombra de Cristo. Não são contradições, são contaminações. E é delas que a grandeza literária de Eça é feita.

O TEMPO EM FAMÍLIA

JOSÉ LUÍS PEIXOTO, CEMITÉRIO DE PIANOS, LISBOA, BERTRAND, 2006, 315 PP.

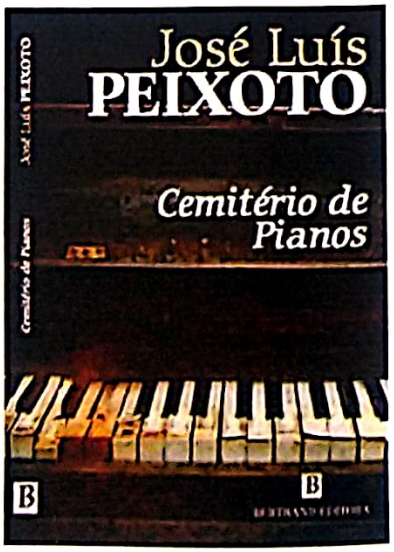
POR BERNARDO PIRES DE LIMA

José Luís Peixoto é, a par de Gonçalo M. Tavares, o escritor que melhor soube marcar um espaço próprio na recente literatura portuguesa. Os dois são, provavelmente, quem da geração de 70 mais criatividade trouxe ao universo das letras nacionais: Peixoto pela marca de um universo "negro", onde a perda e a intensidade das relações familiares têm um lugar central; Tavares, tanto pela regularidade com que publica, como pelo arrojo criativo, visual e cénico que acompanham as personagens por si desenhadas.

O último romance de José Luís Peixoto, *Cemitério de Pianos*, distingue-se dos anteriores por duas razões essenciais. Primeiro, porque tem como ponto de partida uma história verídica, no caso, a trágica morte de um corredor de maratona português (Francisco Lázaro) ao quilómetro trinta dos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, uma biografia que o autor molda para caber no livro. Segundo, porque o autor não incorre num certo invólucro do fantástico que compunha as suas anteriores personagens. Desta vez, enveredou quer por uma narração dupla, que nos ludibria às vezes na identificação de quem fala em cada momento, quer pela ideia de passagem do tempo, numa maratona de transmissão de sangue que acompanha o passar das gerações.

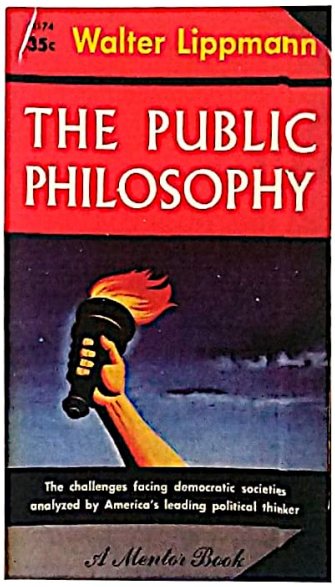
Desta maneira, e reconhecendo o universo familiar como peça natural da sua obra, o autor parece mais solto na sua escrita, menos amarrado à perda e mais apto a traçar novos rumos na sua criação literária. Exemplos? A própria ousadia formal que acompanha o livro. Desde imagens "sebaldianas" a vírgulas entre letras na mesma palavra (talvez com a ideia de deterioração sentimental), à intromissão de subtítulos em frases ou a constante utilização dos dois pontos (aqui parece claro o sentido sequencial pretendido, ou apenas uma subjectividade estilística?), todas elas revelam um José Luís Peixoto que terá encerrado um ciclo e inaugurado outro, mais musicado talvez.

Além disto a história é boa. A dupla narração, também ela em tempos cronológicos distintos, ajuda à ideia de coincidência, de transmissão, de continuidade filial, de contraste entre tons opostos. Para que uns sejam realçados pelos outros. Para que a memória possa ser impulso da escrita, assim como a sensibilidade possa surgir e se valide pela existência do seu contrário. *Cemitério de Pianos* é isto: queda e corrida, dor e cura, saudade e altivez.



HENRIQUE RAPOSO

O MAL-ESTAR OCIDENTAL



WALTER LIPPMANN, *THE PUBLIC PHILOSOPHY*, NEW YORK, MENTOR BOOKS, 1956, 144 PP.

No Ocidente, o ar do tempo que se respira tresanda a pessimismo. Nada de novo, portanto. A crise ocidental é uma ideia com cem anos; animou dezenas de livros ao longo do século XX. *The Public Philosophy* é um deles. Apesar de ter cinquenta anos, este livro é um espelho do nosso mal-estar em 2007. Walter Lippmann (1889-1974; um dos grandes intelectuais públicos americanos) foi a enterrar, mas não morreu. É nosso contemporâneo.

Lippmann considerava que a fraqueza das democracias perante Hitler advinha de «uma desordem profunda na nossa sociedade» (p. 12) marcada por um mal-estar endógeno (até a liberdade era uma angústia). A causa desta desordem era o «eclipse da *public philosophy*» (p. 72). Para resumir, a *public philosophy* é o Direito Natural. A tradição do Direito Natural (Locke, Grotius, Kant, Jefferson) constituiu-se como a grande filosofia pública (durante os séculos XVII e XVIII) porque consagrava a existência de um padrão *ético* (Lei Natural) acima do Poder *histórico*. Sem Direito Natural, não existiria debate/espaço público porque o Poder seria sinónimo de Verdade. Mais: os cidadãos não teriam as suas liberdades porque o Poder imanente (sem a fiscalização de uma medida justa transcendente) poderia controlar as pessoas como bem quisesse, tal como aconteceu nos totalitarismos do século XX.

Ora, como afirma Lippmann, o século XIX colocou em causa o Direito Natural. Durante a I Globalização, num mundo de abundância material inédita, as coisas mudaram. A velha tradição do Direito Natural (que criava *cidadãos*) deu lugar ao liberalismo utilitarista (que cria *consumidores*) e a liberdade pública deu lugar à felicidade privada. Este utilitarismo passou a confundir *Ética* (campo da legitimidade; *X* é legítimo?) com *Economia* (reino da mera possibilidade material; é possível ter X?). Mais: tudo passou a ser privado e material (algibeira do consumidor); deixou de haver critério racional e universal (espaço público do cidadão). O Ocidente passou, assim, a ser a primeira grande sociedade a tratar como aspecto privado as crenças formativas da vida pública. E é aqui que nasce o mal-estar dos ocidentais, do passado e de hoje. As pessoas passaram a viver materialmente numa sociedade que não entendem moralmente. As pessoas estão *dentro* da sociedade liberal (para consumir) mas *não são* desta sociedade liberal (não a percebem eticamente). O mundo criado pelo Direito Natural passou a ser habitado por pessoas que não entendem o Direito Natural. E isto acabou por ter consequências institucionais graves (consumadas pela I Guerra; activas ainda hoje).

A Grande Guerra não destruiu as instituições, mas a ordem constitucional das democracias sofreu uma forte transformação (ainda em 1917): a política externa passou para as mãos da opinião pública através do parlamento. A guerra e a paz ficaram à merca da demagogia pacifista ou do populismo belicista, visto que as massas populares só sabem responder com *não* ou *sim*. A política externa (terreno do *talvez*; do compromisso) viu-se corrompida por democracias demasiado pacifistas em paz e demasiado agressivas na guerra. Em 1918/19, a opinião pública recusava qualquer compromisso sensato com a Alemanha (queria humilhar o *huno*). Em 1936, a mesma opinião pública recusava ver os riscos colocados pelo rearmamento de Hitler. Como salienta Lippmann, a opinião pública não está preparada para controlar a política externa. Até porque os media têm o efeito perverso de condensar a complexidade da informação em breves *slogans*, sobretudo sobre questões internacionais. Quando «coisas distantes, não familiares e complexas são comunicadas às grandes massas, a verdade sofre uma considerável e radical distorção. O complexo passa a simples, o hipotético passa a certeza, o relativo a absoluto» (p. 27).

Lippmann, atenção, não pretendia a supremacia do poder executivo sobre o poder representativo. Dentro da velha tradição liberal, o autor relembra que a vitalidade do sistema político demo-liberal depende do equilíbrio entre os dois poderes. «Se um absorve ou destrói as funções do outro, a constituição fica desregulada» (p. 31). A questão é que Lippmann considerava, e bem, que o equilíbrio havia sido quebrado em favor do poder representativo.

Perante este predomínio da opinião pública/poder representativo, os governos das democracias passaram a revelar um comportamento esquizofrénico na condução da política externa: são pacifistas até ao limite (porque não têm capacidade para agir preventivamente perante os perigos e inimigos no exterior; se reagirem a tempo serão considerados belicistas) mas, quando finalmente actuam, são excessivos na forma como fazem a guerra (os governos democráticos são obrigados a decorar as suas guerras com um moralismo insuportável; o Ocidente faz sempre guerras em nome do *bem*). Num ápice, passa-se do pacifismo cegueta para a cruzada moralista. Era assim no tempo de Lippmann. É assim no nosso tempo.

Pior ainda é o estranho paradoxo que se está a desenvolver na Europa de hoje: os estados europeus dizem que não têm inimigos externos, mas, ao mesmo tempo, reforçam os poderes policiais sobre os seus próprios cidadãos. Gastam-se rios de dinheiro em segurança (interior), mas não há dinheiro para investir em poder militar (exterior). Pacifistas para o exterior, mas policiais para o interior, os nossos governos reforçam o policiamento sobre nós e, em simultâneo, sorriem para a Rússia ou para o Irão. Isto não vos causa um certo mal-estar? A Lippmann causaria certamente.

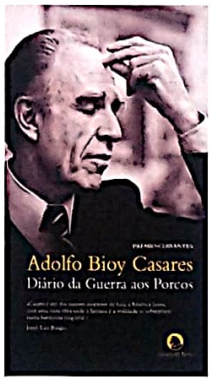
AS BOAS COMPANHIAS

ADOLFO BIOY CASARES, DIÁRIO DA GUERRA AOS PORCOS, LISBOA, CAVALO DE FERRO, 2006, 234 PP.

POR BRUNO VIEIRA AMARAL

Se as boas companhias corrigem o nosso passo, não é menos verdade que banalizam a nossa bondade. O facto mais notável da vida literária de Adolfo Bioy Casares, escritor argentino falecido em 1999, foi a sua colaboração com Jorge Luis Borges. O seu nome deve a essa ligação a moderada fama de que beneficia; a sua obra deve-lhe a relativa obscuridade que a envolve. Casares foi favorecido pela amizade de Borges mas é mais provável que as enciclopédias do futuro registem o infortúnio de não ter sido um heterónimo do seu compatriota. Uma injustiça. A obra de Bioy Casares não é do nível da obra de Borges, mas isso jamais poderá ser um anátema.

Diário da Guerra aos Porcos, escrito em 1969, é mais uma prova da autonomia artística de Casares. Demonstra também que enclausurar o escritor argentino na gaveta do fantástico é uma simplificação que oblitera a diversidade da sua obra. Embora com algumas referências ao género, o livro é, na essência, uma reflexão lúcida sobre o envelhecimento. A violência através da qual essa realidade se nos impõe é, aqui, mais do que simples metáfora. Isidro Vidal, a personagem principal do livro, é um pensionista que ocupa o seu tempo com os amigos em jogos de cartas de desfecho sempre igual; no seu discurso nostálgico há sempre um "antigamente" de ouro; tolera os outros mais pelo hábito do que pelo afecto. Por muito que o queira negar, e num primeiro momento nega-o, Isidro é velho porque a velhice está enraizada no seu quotidiano. São os ataques inexplicáveis que bandos de jovens lançam sobre os velhos, entre os quais Isidro e os seus amigos, que o obrigam a confrontar-se com a sua condição de recém-velho. Tanto mais que o facto de não haver justificações plausíveis para os ataques (um recurso caro a cultores do "fantástico" como du Maurier, Machen ou Lugones) aumenta as interrogações das potenciais vítimas, a ponto de atribuírem aos próprios velhos a responsabilidade moral da violência que os atinge. No meio da luta pela sobrevivência, que se desenrola numa Buenos Aires estranhamente (ou fantasticamente) impassível, Isidro descobre que ainda é cedo para se resignar. Percebe que está velho mas que, através do amor de uma mulher mais jovem, não é tarde para se salvar daquilo a que chama "o vício da velhice". No final, Isidro liberta-se desse vício sem, no entanto, se entregar cegamente ao vício do amor, na idade em que este é mais pernicioso e mais premente porque assombrado pela proximidade da morte. O final que Casares escolheu para este romance é a demonstração de que o velho não está obrigado a cambalear entre a ilusão de um amor tardio e a certeza de uma resignação precoce. Pode escolher a dignidade da solidão.



FILMES

À FALTA DE MINOTAUROS

O LABIRINTO DO FAUNO, GUILLERMO DEL TORO
TÍTULO ORIGINAL: EL LABERINTO DEL FAUNO; INTERPRETAÇÃO: ARIADNA GIL, IVANA BAQUERO, SERGI LÓPEZ, MARIBEL VERDÚ; DRAMA / FANTÁSTICO; 2006.

POR ALEXANDRE BORGES

Acontece amiúde. É como aparecer em público trazendo pela mão uma rapariga com quem ninguém simpatiza. A multidão está contra nós. Todos gostam de um filme e embalam em discussões de horas a seu propósito e o nosso único contributo resume-se a um: "mais ou menos", entre dentes. O choque toma de assalto o auditório. Os olhares voltam-se para nós. "Mais ou menos?!", repetem escandalizados. Seguem-se insultos eufemismados (adjectivo inventado agora mesmo) e um processo de catequização que visa converter-nos ao mesmo encantamento de que a dita massa foi vítima e que, de bom grado, dispensaríamos. O mundo não entende que não tenhamos gostado daquele filme como não percebe que diabo fazemos com a rapariga embirrenta pela mão. Nada mais comum. O problema está na angústia que nos aperta a glote, inquirindo-nos, em silêncio, sobre se toda aquela gente pensa de uma forma, não seria de considerar a possibilidade de estarmos errados. Quando somos adolescentes, ou simplesmente adultos fracos, cedemos à pressão, revemos a nossa opinião acerca do filme e mandamos a rapariga passear; na maioridade regular e desejável, cerramos os punhos em torno dos ferros e vamos ao fundo com os nossos erros, se preciso for. Pedimos a rapariga em casamento; cagamos no filme.

Assim está este adulto particular perante *El Laberinto del Fauno*. Devastou as prateleiras de prémios de México e Espanha, conquistou alguns Bafta, alguns Óscares; até Cannes o chegou a nomear para a Palma d'Ouro. Não consigo entender. Como argumento, houve dezenas melhores em 2006: *Little Children, Little Miss Sunshine, Notes on a Scandal, The Departed*, só para citar alguns; em Fotografia, *Children of Men, Letters from Iwo Jima* ou *Blood Diamond* dão-lhe uma tareia e, mesmo em matéria de melhor filme estrangeiro, essa categoria cada vez mais estranha numa indústria mais globalizada que o próprio mundo que pensa, não chega aos calcanhares de *As Vidas dos Outros*. Tem um grande trabalho de caracterização, grandes efeitos visuais, grande direcção artística? Tem. Mas, se um filme se torna grande por isso, haverá, neste momento, cemitérios de realizadores a provocar verdadeiros terramotos com as suas voltas na campa.

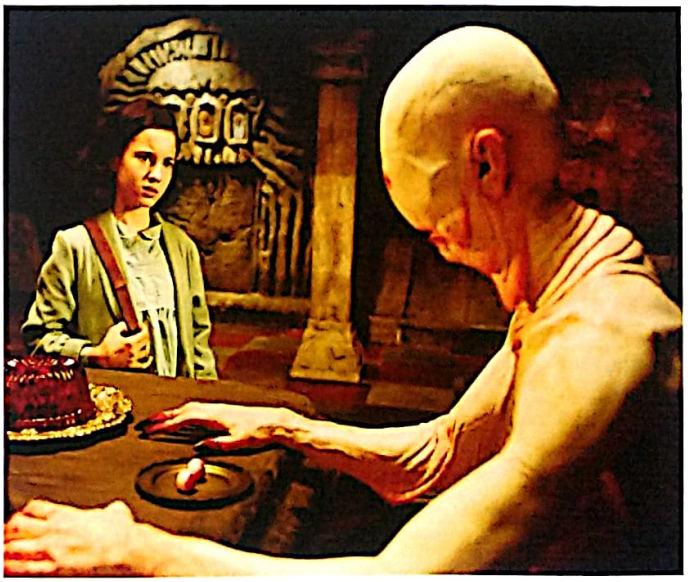
O filme de Guillermo Del Toro conta duas coisas: um pouco do espírito repressivo da Espanha de Franco e o modo onírico de uma criança encontrar a sua salvação desse terror, supostamente, realista. No plano da guerra, *El Laberinto del Fauno* é esquemático, simplista, maniqueísta. O vilão, o

capitão Vidal (Sergi López, que vimos, por exemplo, em *Dirty Pretty Things*, de Stephen Frears, ou *Décalage Horaire*, de Danièle Thompson), não tem correspondência humana. Nada lhe interessa a não ser ele próprio – vemos o tempo que perde a cuidar, solenemente, da sua barba – incluindo o próprio filho, que não representa mais que a sua imortalidade. De resto, mata homens, mulheres, crianças, correligionários e adversários, com a mesma apatia; pela frente, pelas costas, estando certo das traições, apenas tendo uma breve suspeita delas. Vidal não treme, não estremece, não transpira quando está cercado e sozinho, dispensa a vida do médico, a da mulher, enfim... Resta saber porque liderou Hitler a Alemanha nazi e não este determinado capitão. Dito doutro modo, qualquer um de nós já teve máquinas de lavar com muito mais sentimentos. De resto, o lado dos resistentes ao franquismo é, evidentemente, alvo, puro, inocente, justo, frágil, e por aí adiante, reunindo um conjunto de características que o próprio menino Jesus, de entre palhas e estrelas cadentes, invejaria de testa franzida.

Resta a Del Toro o lado fantástico da película, isto é, o sonho da criança que tenta escapar à guerra. E não resta pouco. Esses retalhos da fita são, de facto, prodigiosos. No entanto, sendo por eles que a maioria do público acorrerá aos cinemas (de resto, foram estas fatias da tarte que arrecadaram todos os prémios e nomeações), pecam por vários pontos. Primeiro, por escassez; se se tratasse da estatística final dum jogo de futebol, a parte realista teria setenta por cento de posse de bola e esta, na melhor das hipóteses, uns humildes trinta. Por outro lado, do ponto de vista das leis internas à própria narrativa, não se entende que, até determinado ponto, este mundo esteja vedado às personagens reais, adultas e, de súbito, o próprio capitão Vidal lhe consiga aceder, já mesmo no ocaso da saga. Por fim, este segundo filme e, como ficou dito, o único que importa, não nos dá mais que os seus legítimos fotogramas promocionais. Exemplo: a imagem que todos conhecem e que repetimos nesta página encerra em si toda a magia e criatividade da cena; chegados à sala e assistindo à sessão, nada de novo lhe advém. Estava tudo na ideia da criatura sem olhos, que os tem de agarrar nas palmas das mãos e, portanto, levá-las ao rosto para conseguir testemunhar o mundo em volta. Assim não vale. Bastava a foto. Para quê o filme?

El Laberinto del Fauno está encerrado no seu próprio labirinto: como filme para adultos, não vence. É demagógico e esquemático. Poderia ser poderoso como filme para crianças, apresentando a tese da vitória do mundo infantil, em que tudo é possível, mas, nesse caso, não poderia ser agressivo e violento como é, roçando, frequentemente, o mais puro *gore*. O próprio México, por exemplo, vedou às crianças a entrada nas sessões.

Os vinte e dois minutos de aplauso que recebeu em Cannes só os entenderia para Maribel Verdú, mas mesmo ela está longe da beleza bruta, do absoluto *sex-appeal* por entre traços imperfeitos que esbanjou em *Y tu mamá también*.



THE MAKER OF REMAKES OU TEREMOS SEMPRE BERLIM OU AINDA O ALEMÃO ASSIM-ASSIM

O BOM ALEMÃO, STEVEN SODERBERGH
TÍTULO ORIGINAL: THE GOOD GERMAN; INTERPRETAÇÃO: GEORGE CLOONEY, CATE BLANCHETT, TOBEY MAGUIRE; DRAMA / THRILLER; 2006.

POR ALEXANDRE BORGES

Steven Soderbergh lembra um daqueles rapazes esforçados que queriam, à força, ser populares no liceu: eles esforçavam-se nas aulas para agradar aos pais, metiam-se numa equipa de futebol para agradar aos desportistas, saíam à noite para agradar aos boémios, fumavam cigarros no pátio para agradar aos rebeldes, compravam uma guitarra para agradar aos hippies, deixavam crescer o cabelo para agradar aos metaleiros, vestiam pólos para agradar aos betos. No fim, todos conhecemos o destino desses moços: ou acabaram ignorados a trabalhar numa empresa de subúrbio ou chegaram a presidentes de câmaras. Não há uma terceira hipótese. Assim é Soderbergh que, das duas, uma: ou será totalmente esquecido pela História do Cinema ou acabará presidente da Academia. Ele dirige, produz, escreve, monta, faz a fotografia, o som; às vezes, até compõe; às vezes, até representa. Ele tenta agradar aos fãs da ficção científica (*Solaris*), aos independentes (*Full Frontal*), aos do cinema de acção (*Out of Sight*), às mulheres (*Erin Brockovich*), aos homens (a série *Ocean's*). Agora, com *The Good German*, quis agradar aos clássicos. Como o adolescente sem banda, ele chafurda por um lugar. E não quer menos que a História. E, para se meter na História, nada melhor, pensou, que se meter com a própria. Assim, o melhor que dele se poderá dizer é que é um *maker of remakes*, constantemente a refazer, ora obras inteiras, ora estéticas e linguagens. Alguns votá-lo-ão para presidente; eu espero que acabe numa reprografia nos arredores de Boston.

Plasticamente, *The Good German* é, praticamente, irrepreensível. Praticamente, porquê? Porque, depois de criar toda uma encenação de época, incluindo os créditos iniciais e barras negras laterais para simular o velho ecrã quadrado do 1.66:1, distrai-se e cose a fita com uma ficha técnica contemporânea. Em todo o caso, os planos fixos, as cortinas na passagem de cena para cena, os velhos microfones tipo *perche* que apenas captam as vozes protagonistas e deixam tudo o resto em silêncio, bem como a iluminação incandescente e artificial, valem-lhe o dezasseis na cadeira de mimetismo e cinema clássico, a tal nota para mostrar, em casa, aos pais, e que talvez lhe valha a autorização →

para um fim-de-semana de campismo com os amigos. A história, no entanto, é banal, tal como as interpretações, tal como a paixão. Estamos no fim da Segunda Guerra e um jornalista americano (Clooney) regressa a Berlim para cobrir a Conferência de Potsdam. Aí, descobre que alguns mistérios, envolvendo a sua ex-namorada (Blanchett) e o seu motorista (Maguire) ficaram por resolver. A trama avança fazendo-se difícil e labiríntica onde nada há para descobrir; as personagens não têm qualquer química; as representações teatrais, de época, que, ao que parece, foram pedidas pelo próprio Soderbergh, resultam, eventualmente, com Blanchett e estão completamente ausentes em Clooney, Maguire e o restante elenco. Clooney faz, de resto, o primeiro herói que leva na boca de toda a gente, o que até poderia ter piada se não aniquilasse o que resta de tensão. O bom alemão referido em título serve de conselho ao espectador para que veja, ao invés e se ainda for possível, *As Vidas dos Outros*. Esse é que é mesmo alemão. E bom.

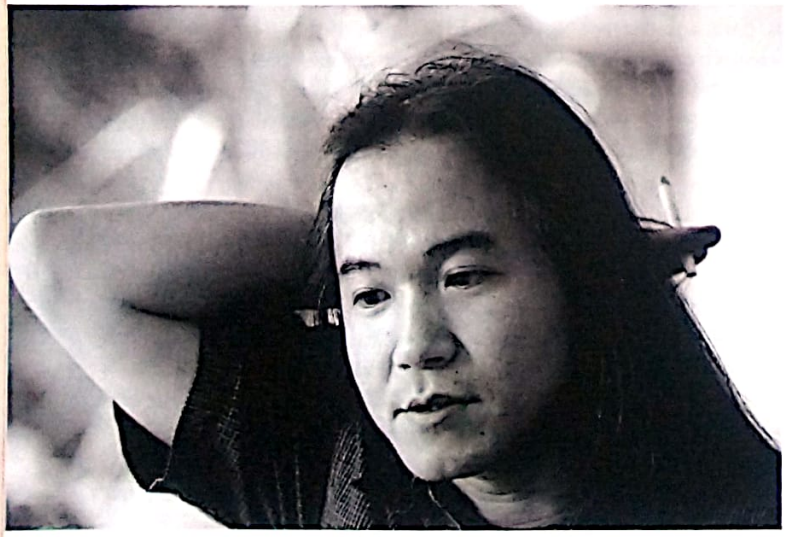
INDIELISBOA 2007:

DEZ DIAS DE CINEMA, SEMPRE A ABRIR!

VOLTOU O INDIELISBOA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA INDEPENDENTE DE LISBOA – UM DOS DOIS OU TRÊS ACONTECIMENTOS DO GÉNERO MAIS SIGNIFICATIVOS NO NOSSO PAÍS. A NÃO PERDER ENTRE 19 E 29 DE ABRIL

POR RICARDO GROSS

Já ninguém põe em dúvida que o IndieLisboa – Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa – é um dos dois ou três acontecimentos do género mais significativos no nosso país. Organização impecável (pelo menos no que transparece), escolha de filmes sempre estimulante e uma adesão do público que vem aumentando de edição em edição, levam a crer que este quarto ano de Indie promete ser ainda mais participado que os anteriores. O evento terá lugar de 19 a 29 de Abril, estendendo-se a programação das habituais salas dos Cinemas King e Londres para o renovado São Jorge. Os números são esclarecedores: este ano o IndieLisboa apresentará cerca de 250 filmes, de todo o mundo, e estarão presentes 350 convidados nacionais e internacionais, entre realizadores, actores, produtores, jornalistas e programadores. Ao longo de dez dias, o IndieLisboa apresentará, para além da competição internacional de curtas e longas-metragens, antestreias portuguesas e internacionais, mesas redondas, debates, painéis de discussão e filmes-concerto (dos quais a organização destaca, desde logo, o *live act* com os Sofa Surfers e Timo Novotny).



Mas então e o cinema? A gente quer é ouvir falar do cinema! Pois então, honra seja feita, antes de mais, àquele que, no singular, foi escolhido como o Herói Indepedente desta edição. Shinji Aoyama! Nunca ouviram falar? Já eu, tive melhor sorte. De há um ano para cá foi meu privilégio ver dois filmes deste realizador japonês (nascido em 1964), discípulo de Kiyoshi Kurosawa e de Daniel Schmidt (a gente não os conhece mas é sempre bom assumir os mestres que foram os nossos), primeiro na edição 2006 do IndieLisboa, por intermédio do ovni cinematográfico que é *Eli Eli Lema Sabachtani?* (2005), que alguém já descreveu como sendo "uma meditação de 107 minutos sobre o modo como a música *noise* pode salvar o homem da condenação definitiva, sobretudo quando tocada BEM ALTO", e depois através desse outro objecto inclassificável que dá pelo nome de *Eureka* (2000), que, imagine-se, foi editado por cá em DVD, e que resulta numa deriva de quatro horas apenas recomendável para aqueles dias em que nos sentimos com uma capacidade de concentração de maratonista. Isto porque o nosso esforço será amplamente recompensado. Aliás, *Eureka* é o filme de prestígio de Shinji Aoyama (que o escreveu, realizou, montou e para o qual compôs ainda a banda-sonora), saindo de Cannes com os prémios FIPRESCI e Ecuménico. Procurei outros elementos sobre Aoyama para que fosse superior a utilidade deste texto, só que em linguagem ocidental nada a internet forneceu com a excepção de uma entrevista longa mas tão pouco esclarecedora como os filmes de Shinji. Ficamos a saber que o seu pragmatismo não tem limites – diz-me de quanto →

dinheiro disponho e dir-te-ei qual a "história" que vamos filmar... –, que é sob uma noção de espacialidade, à qual não são alheios os actores, que se organiza todo o seu cinema e que a busca de um ritmo, interno e externo, é mais importante (para ele é mesmo decisivo, já que a música é outra das suas fixações), do que quaisquer elementos narrativos. É assim Shinji Aoyama, que recomendo, sem reservas, para aqueles que não medem riscos ao entrarem numa sala de cinema. Se gostarem, podem repetir a dose catorze vezes, tantas quantos serão os filmes do japonês que o Indie se propõe apresentar, o mais recente dos quais, de 2006, *Koorogi* ("Grilos", presumo), que trata das vidas de um idoso que mora à beira-mar e da jovem que tem por função ser sua dama de companhia. Sobre a restante programação do IndieLisboa 2007 serei mais sucinto. O Novíssimo Cinema Alemão preenche, no colectivo, o remanescente da categoria de Herói Independente. A secção foi comissariada por Olaf Möller, editor europeu da revista de cinema *Film Comment*, que integrou o júri internacional do IndieLisboa 2005. Sem ver, faço minhas as apostas da organização por *Low Life*, de Cristoph Hochhausler (2005), e por *Nightsongs* (2003), de Romuald Karmakar. Tendo visto duas obras suas, chamo a atenção dos leitores da *Atlântico* para um nome de cineasta, Valeska Grisebach. O programa preenche-se na totalidade com nomes saídos da chamada "Escola de Berlim" (parece que todos os caminhos das Artes, hoje em dia, vão dar a esta cidade) cujo ponto de honra, consta, é "a proibição de manipular, não só a realidade mas também o observador"

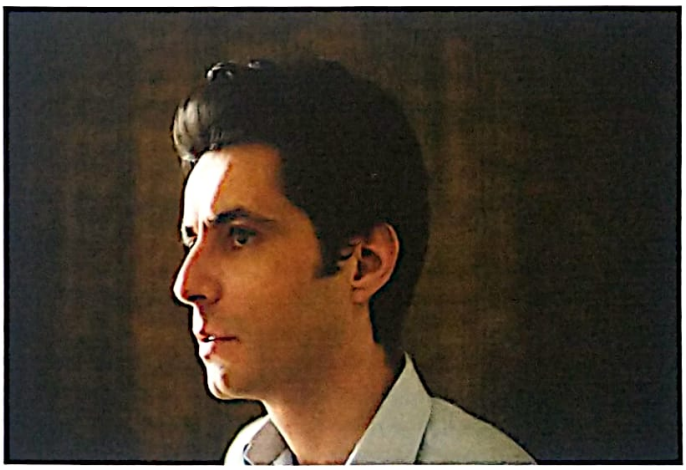
Por último, mais sucinta ainda, a referência ao Programa Especial: New Crowned Hope, sete filmes que resultam de uma abordagem contemporânea aos ideais inspirados pelas últimas composições de Mozart – *A Flauta Mágica*, *La Clemenza di Tito* e o *Requiem*. Filmaram, entre outros, Bahman Ghobadi (Curdistão), Tsai Ming-Liang (Malásia) e Apichatpong Weerasethakul (Tailândia). E o Indie vai ser isto. Sempre a abrir! Haja pedalada para responder a todas as propostas.

DISCOS

MÁQUINAS LÍRICAS

JP SIMÕES, 1970, NORTE SUL/ VALENTIM DE CARVALHO
BERNARDO SASSETTI, UNREAL: SIDEWALK CARTOON, CLEAN FEED
CARLOS BICA & AZUL, BELIEVER, ENJA/ DARGIL
ANABELA DUARTE, MACHINE LYRIQUE, DIALOGOS/ DARGIL

POR RICARDO GROSS



Os parágrafos seguintes irão tratar de quatro discos de música portuguesa editados entre 2006 e o início deste ano, fazendo figura de excepção por se tratarem de exemplos em que a música é justamente de excepção. O destaque é colectivo mas a ordem de apresentação pressupõe uma preferência nada alheia às limitações de espaço do próprio texto. Daí começar por aquele que considero ser o melhor dos quatro – e assim sucessivamente. E o melhor é *1970*, de JP Simões (ex-Belle Chase Hotel, activo no Quinteto Tatti), compositor e letrista que considero de longe o melhor da geração que veio depois dos Zeca, Zé Mário, Sérgio e Fausto, senhores que apanharam de frente com a transição de regime para a democracia, o antes e o depois. *1970* assinala o ano do nascimento de JP Simões, embora o músico o tivesse pensado no pressuposto de que nesse mesmo ano tivesse a idade que tem hoje e que a sua identidade artística pudesse ser a de um Chico Buarque de "Alfama". O mínimo que se pode dizer é que o êxito é total no pressuposto, uma vez que os resultados isso o demonstram. *1970* é o melhor disco português gravado em 2005, que vocês não escutaram em 2006 e que só se forem surdos para burro não considerarão a melhor coisa que o este país deu à luz em matéria de música popular em tempos recentes, junto com o último CD de Camané, *Pelo Dia Dentro*, dos Humanos, iniciativa assumidamente com os dias contados e, pois claro, desde o disco de apresentação do Quinteto Tatti, *Exílio*, onde pontua a mesma figura "letárgica" e "amnésica" do *crooner* JP Simões. A inspiração para *1970* diz-se transatlântica e a gravação cola-se à fórmula luso-samba-canção. Não vale a pena inventar outra! Ao nível dos arranjos, os mais velhinhos e os outros de ouvidos bem despertos irão notar influências de Francisco Buarque de Hollanda e de Antonio Carlos Jobim e que o efeito retro se estende à utilização de coros onde vozes (femininas) aparecem despidas de quaisquer efeitos técnicos, valorizando-se a sua expressão mais pura. Falta referir o resto, e o resto são as palavras de JP Simões que as utiliza com graça, melancolia, lirismo (aquilo que ele designa de amnésia produz sonhos...), nostalgia também, assinalando uma espécie de fim de festa de amplo conceito onde cabem o maracatu quase atómico de *Fábula Bêbada*, o paradoxo da canção intemporal circunscrita a uma geração (a minha, precisamente!) em *1970 (Retrato)*, a doce ironia vertida sobre a história da mulher posta em segundo plano na hora do futebol, restando-lhe apenas esperar por "um golo a nosso favor" (*O Vestido Vermelho*), do luso mais samba de todos com baixo pisado como mandam as regras (*Só Mais um Samba*), dessa coisa que é linda chamada *Inquietação* (autoria de José Mário Branco), onde se ouve "Eu não meti o barco ao mar para ficar pelo caminho", do mais *jazzy* e talvez por isso baptizado *Lili & o Americano*, que nos deixa sem saber se rir se chorar quando JP Simões canta sem sabermos se a sério se a brincar "Eu não sei de onde sai tanta gente a precisar de um coração, que me toma por um anjo, sem perguntar se eu dese-

jo a sua afeição", ou dos restantes cinco temas, igualmente óptimos, igualmente tristes-alegres, igualmente debruçados sobre o amor – entre pai e filho, ou um casal que se separa, ou um trovador "entrevado" (auto-retrato do artista Simões?) – antes que tudo se encerre sobre *Werther*, JP ao piano, sozinho, depois de todos os convivas terem largado o ano em que ele teria a idade que tem hoje.

Bernardo Sassetti, no auge do justo reconhecimento trazido por *Ascent* e pelas composições para o filme *Alice*, voltou a apresentar música nova (e um livro ilustrado, e um espectáculo teatral-cinemático-musical) na companhia de orquestra maioritariamente constituída por percussionistas (o Drumming [GP], dirigido por Miquel Bernat), mas também de naipe soprado onde o protagonismo de Perico Sambeat (sax) e Sérgio Carolino (tuba) se faz notar. O CD, de novo para a portuguesa (!) Clean Feed, chama-se *Unreal: Sidewalk Cartoon* e as peças que o desenham, todas de Sassetti excepto *Evidence* de Thelonious Monk, são magníficas e de inesgotável poder evocativo. Bernardo Sassetti já é o melhor compositor que temos a mover-se nos domínios do jazz e de uma música instrumental cada vez mais erudita, que ainda assim prefere a forma fluida e todas as imagens que esta pode fazer surgir na imaginação do ouvinte. *Unreal: Sidewalk Cartoon* não é disco fácil de pôr por palavras e nomes. Mas pensem em Randy Weston, Penguin Cafe Orchestra, Steve Reich e Nurse With Wound e misturem tudo muito bem misturadinho. De ouvir e pagar por mais!

Mais jazz, outro jazz, mais um regresso, mais um CD a justificar nota alta. Portugal, a Alemanha e os Estados Unidos voltam a encontrar-se no quarto disco (a partir daqui aquele que terá de ser superado) do trio, por vezes quarteto, Carlos Bica & Azul, onde convergem os habituais Frank Möbus (guitarra) e Jim Black (bateria) aumentados de Vincent von Schlippenbach (DJ Illvibe), que junta os pratos ao contrabaixo do músico português. *Believer* traz a originalidade da sua abordagem a um som que vai do jazz ao rock (tipo Radiohead), tornando-se pós-rock (tipo Tortoise) antes de regressar ao berço do jazz e assim sucessivamente..., dentro de uma aparência de classicismo formal que não será alheia à versatilidade e à vastidão de horizontes estilísticos dos elementos que a tornam viva. Até nos momentos de suplementar inventividade – e as melhores faixas são, na minha opinião, as que contam com a intervenção de DJ Illvibe – existem elementos que possibilitam o tão desejado reconhecimento. Com a música de Carlos Bica podemos sempre afirmar que estamos em casa. O português no mundo, diz o lugar comum, é aquele que sente mais fundo as origens. Procurem-nas em *Believer* que elas lá estão.

E estes parágrafos fecham-se sobre o cabaret de Anabela Duarte (ex-Mler Ife Dada), que descobrimos anos depois transformada em máquina muito humana de debitar lirismo. A ligação que a nossa Anabela nunca perdeu com o canto clássico produz agora esta verdadeira maratona onde uma perna dela corre por Kurt Weill, a outra por Boris Vian, e o coração bate por ambos dando mostras de ter fôlego para isso e muito mais. Anabela Duarte tem por única companhia o piano do russo Ian Mikirtoumov, que segue logo atrás sem se afastar um milímetro de onde é suposto estar, e o recital recria em interpretações viscerais uma vintena de canções, entre o dramático e o irónico, agarradas pelas entranhas do texto. Não se chega a um disco como *Machine Lyrique* sem percorrer um longo trajecto. Anabela Duarte fê-lo de certo modo em segredo, longe das mundaneidades onde um dia se projectou, daí a surpresa ser maior e o impacto mais duradouro. Voltámos a escutar voz, na voz de Anabela, uma senhora voz.

MÚSICA PARA BRINCAR

POR NUNO COSTA SANTOS

Ah pois: o melómano é o melómano e a sua circunstância. E a minha circunstância é ser pai de dois petizes, um deles especialmente curioso em relação às novidades musicais para a sua idade. Portanto, se eu fosse um homem sério e digno, teria coragem para escrever nesta prestigiada coluninha de música sobre os discos para a criançada – aqueles que, para falar a verdade, mais têm passado nos leitores de CD dos meus aposentos.

O Dono do Nada, de Amélia Muge, por exemplo. A banda sonora de um espectáculo recente do Maria Matos, ao qual assistimos – eu, a minha legítima, o nosso mais velho e uma prima deste. É dos CD que mais têm frequentado a aparelhagem da sala. Antes que se solte a brumosa dúvida na atmosfera, afirmo e sublinho: sou fã. Em especial da musiqueta "Há Sempre Alguma Coisa", a última do alinhamento. Um hino esperançoso para todos os petizes, que faz sempre nascer um sorriso sincero (e portanto parvo) na carinha dos pais.

Mas há mais discalhada infantil empilhada entre os bibelôs – e nem sempre com o apuro estilístico das composições de Muge. Uma coisa chamada "Un Monde Parfait", interpretada por uma tal de Llona. Estou a ser complexado e *snob*: no fundo, é o disco que mais faz saltar a rapaziada e que melhor dispõe os progenitores. Aliás, a música "Allo Allo" devia fazer parte da playlist do DJ Vibe. Faria dançar até o Rui Machete.

E ainda há, sim, a "Doce Mania", recuperação da *girlsband* dos anos 80 por um conjunto de rapariguinhas dirigidas pela retirada Lena Coelho. Senti-me obrigado a adquirir a obra depois de ter ouvido a filharada a cantarolar, logo pela manhã, os eternos e sublimes versos "Ali-Bába Bába Bali" (peço desculpa pelas possíveis imprecisões). Não, nem sempre os pais podem acompanhar os filhos na dança. Uma pessoa começa a soltar o *twist* e é logo mandada parar pelos mini-reis da pista. Dança um de cada vez. E os mais novos têm prioridade.

Não trato nenhum desses álbuns com o rigor que merecem, mas trago no bolso uma solução de compromisso: uma nota sobre um disco sobre o qual já estou para falar há um tempo: o disco dos Toy (não do Toy). Os Toy, para quem ainda não tem a fortuna de os conhecer, são uma dupla formada pelo inglês Alisdair Stirling e pelo norueguês Jurgen Traeen. Segundo reza a lenda, os dois conheceram-se na secção da Hamley's, a famosíssima loja de brinquedos londrina.

Faz todo o sentido o encontro ter-se dado aí e terem ido rebuscar tão singelo nome para a banda. É que os Toy, editados pela Small Town Supersound, fazem música de brinquedo. Com toda a pompa que a epopeia pede. Com todo o cuidado – e toda a inteligência – que pisar esses territórios exige.

FRANCISCO MENDES DA SILVA

PETER O'TOOLE
WEST END STORY

Desconheço se Peter O'Toole aceitou bem a frustração. Pelo menos, a televisão deixou vislumbrar a tristeza imediata do momento, enquanto os outros candidatos fingiam um júbilo desmesurado e protocolar pela consagração de Forest "Idi Amin" Whitaker. Será que O'Toole pensou que o seu aviso de 2003 seria atendido pelo júri?

Na última cerimónia de entrega dos Óscares, Peter O'Toole esteve, literalmente, "entre inimigos". Confesso que cultivei uma ténue esperança na vitória daqueles velhos e lendários olhos azuis. Primeiro, porque quando, em 2003, a Academia decidiu por unanimidade atribuir-lhe a distinção honorária, a primeira reacção de O'Toole foi recusá-la, escrevendo uma carta ao Presidente da cúria de sábios de Hollywood para, com a sua proverbial e exuberante cordialidade, o avisar de que ainda estava "em jogo" e pedir tempo para empacotar, pelo menos uma vez na sua repleta mas incompleta carreira, uma estatueta pela via normal ("*to win the lovely bugger outright*"). Depois, porque a Academia, numa saudável ânsia de ecumenismo politicamente correcto, vem nos últimos anos alargando a sua prodigalidade a tudo o que é minorias e causas políticas e morais controversas. Que diabo, haveria porventura naquela cascata humana do Kodak Theatre espécimen mais raro e necessitado de protecção que Peter O'Toole, esse deslumbrante e arqueológico farrapo de um outro tempo e de um outro mundo que não voltam mais?

A propósito das festividades, o meu amigo Eduardo Nogueira Pinto registou no seu blogue (http://sextacoluna.blogspot.com) o único rescaldo possível: «Já não há qualquer tipo de respeito. Obrigam este senhor a sair do conforto da sua casa, a passar mais de dez horas preso num avião, a ficar quase cinco sentado e longe de um bar, a ouvir a prédica de Al Gore (onde está Lee Oswald quando precisamos dele?), a expor a sua perfeição em adiantado estado de dissolvência, a observar com olhos transparentes a boçalidade de uma Céline Dion, e no fim não lhe dão a porra do Óscar, uma ovação de pé, um "obrigado" por tudo o que fez». *Indeed!*, concordamos nós, a minoria derrotada, em anglófilo uníssono. Que grosseria inominável! E, bem vistas as coisas, que injustiça tão previsível, a daquele mundo asséptico de celebridades uniformizadas em trajes iguais, em cérebros iguais, em comunitária e artificial piedade pelas causas correctas, ostentada em discursos como medalhas na lapela, como cartões de um clube privado de consciência moral irrepreensível. Que injustiça tão previsível, dizia eu, a desconsideração por parte daquele exército de juventude glorificada, de um idoso com manias extintas, um *dandy* decadente (passe o pleonasmo) de casaco violeta, pose dolente, peles e carnes decrépitas; um hedonista impenitente, fiel aos encantos das mulheres e às possibilidades da bebida. Ah, sabem que mais? Que se lixem. Não o merecem.

Desconheço se Peter O'Toole aceitou bem a frustração. Pelo menos, a televisão deixou vislumbrar a tristeza imediata do momento, enquanto os outros candidatos fingiam um júbilo desmesurado e protocolar pela consagração de Forest "Idi Amin" Whitaker. Será que O'Toole pensou que o seu aviso de 2003 seria atendido pelo júri? E que terá sido desnecessária e perigosamente (para a sua idade) induzido em erro? Ou, simplesmente, como bem sabe qualquer criatura da sua estirpe e vivência, que o destino consegue ser bastante insólito e cruel?

Desconheço também se O'Toole tem o hábito de resolver as suas crises existenciais com a Providência (segundo consta, lá na sua Irlanda de origem já se nasce com linha directa para o Todo-Poderoso). O que sei é que, segundo revela em "Jeff" – o prefácio que escreveu para *Reach for the Ground*, colectânea de crónicas de Jeffrey Bernard (pelo menos para o *paperback* que mora cá em casa) –, um dia encontrou Jesus e este era português. Jesus, porteiro do hospital de Middlesex, tinha a tarefa de assistir Bernard na sua locomoção em cadeira de rodas pelos corredores do edifício, onde se tinha instalado a fim de lhe amputarem uma perna inutilizada pelos excessos da boémia.

Mais do que o incontornável Lawrence da Arábia, é Jeffrey Bernard a personagem que melhor define Peter O'Toole. Porque a interpretou no teatro (*Jeffrey Bernard is Unwell*, de Keith Waterhouse). Porque conheceu como poucos o original. E porque, em boa medida, é também o original. Foi nos intrincados caminhos de perdição do Soho londrino, percorridos com os amigos de sempre, que O'Toole adquiriu a pátina que tanto admiramos. O olhar lânguido, desiludido mas ainda infantil, é o resultado de uma vida feita naquele microcosmo de excesso, excitação e decepção: as tábuas gastas dos palcos do Shaftesbury e do Apollo, o ambiente lúgrube e etílico do Coach & Horses – o desinteressante *pub* de Covent Garden.

O West End é que é o lar de Peter O'Toole. Hollywood foi sempre uma amante ingrata.

Sejamos simples e infantis nos termos da análise: os Toy são giros. Muito giros. Fazem música gira e engraçada. Que dá muito gosto ouvir. Conseguem autênticas plásticas da alma (peço desculpa pela imagem). Bendita a hora em que passei pela Ananana e trouxe-os, sob sugestão, para o caos do meu escritório. Ninguém fica indiferente quando os ouve. Há risos, há boa disposição, há outras coisas que um animador de rádio de província poderia repetir no intervalo entre duas "faixas".

A primeira, "Grass Beatbox", é das melhores. Não, não consigo descrever a origem dos sons produzidos. Não sei se são tirados de maquinetas da Hamley's ou de sintetizadores acriançados. Sei é que são anti-depressivos e parecem uma espécie de marcha oriental, com frenéticos xilofones. A gente ouve-a e imagina uma coreografia de bonequinhos japoneses. Uma espécie de musical cujos protagonistas são as figuras do quarto da petizada.

Outra da minha preferência: "Rabbit Pushing Mower". Música para passear de carro e, com a janela aberta, ver passáros, abelhas e autarcas a dizer adeus, entre as flores. "The All Seeing Eye" também é muito boa. Com uma linhinha de baixo no início (mais ambiciosa) e a avançar depois num assumido sentido burlesco e circense. (De passagem, uma nota para os DJ's de festarolas de ocasião: aconselho a colocarem uma destas musiquetas entre uns Franz Ferdinand e uns Interpol. O desconcerto será tal que o mais certo é serem amados pela pista até ao resto do vosso set).

Os críticos (e alguns amigos) têm falado em Yellow Magic Orchestra ou mesmo das incursões lúdicas de Frank Zappa. Também já ouvi falar noutras referências mais ou menos intelectualizadas. Eu vou mais para o universo Tati. Esta leveza construída remete-me para os filmes – para a suave tragicomédia – de Jacques Tati. Sobretudo a música 6, "Swingswung", entre o melancólico e o divertido. Uma valsa para um casal de deprimidos que, algures no meio do salão, enquanto dança, imagina, em silêncio, uma série de piadas sobre a vidinha.

Podem trazer-se todas as referências do mundo para caracterizar este duo. Mas para mim os Toy são apenas os Toy (e peço desculpa pelo rebuscado da frase). Ouço-os e sinto-me uma personagem de banda desenhada. E isso é bom, tão bom. Nem imaginam quanto.

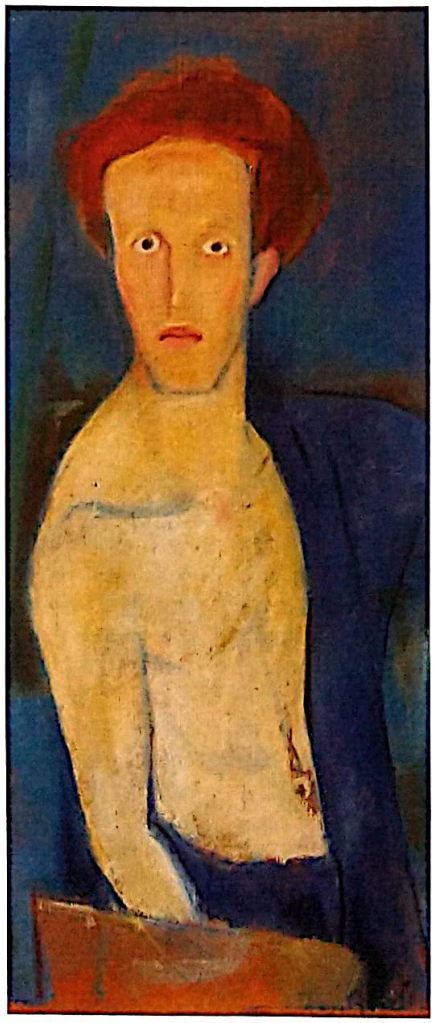
(Toy, Smalltown Supersound, disponível na Ananana)

ARTES

A VEZ DE ARPAD

ARPAD SZENES: OBRAS DA FUNDAÇÃO ARPAD SZENES-VIEIRA DA SILVA
FUNDAÇÃO ARPAD SZENES-VIEIRA DA SILVA
SEG. A SÁB, DAS 11 ÀS 19H, DOM. DAS 10 ÀS 18 H
ATÉ 17 DE JUNHO

POR FÁTIMA VIEIRA



Ei-la, finalmente, a homenagem prometida a Arpad Szenes já desde 2004, quando uma grande exposição de Vieira da Silva marcou o 10.º aniversário da fundação dedicada ao casal que viveu a «mais bela história de amor e pintura», como a definiu Cesariny. Uma retrospectiva que revela, numa abordagem mais intimista, a grandeza do pintor de quem se diz que escolheu a sombra para deixar brilhar a mulher que amava. São 129 obras (desenho, pintura e gravura) de diferentes períodos, incluindo inéditos desenhos da infância e da adolescência, estudos académicos de nus, projectos para capas de revistas e catálogos. Agrupadas por séries ou temas, em vários suportes, técnicas ou linguagens, dão não apenas prova da criatividade e originalidade de Arpad mas também da sua sensibilidade, humanidade e paixão profunda pela vida. «O meu amor à vida ultrapassa tudo» – dizia o pintor, para quem a vitalidade era «a própria essência da arte». A paixão pela vida começa por ser nele a expressão de uma alegria, que se revela já nas primeiras obras. Na Budapeste onde nasceu, Arpad menino desenha cenas de rua com aquele carácter cómico que se afirma em obras posteriores, anunciando o caricaturista que ele foi, numa certa fase, por obra do acaso e da necessidade.

A paixão pela vida é também paixão por uma mulher, Vieira. Que ele desenha e pinta obsessivamente, a maior parte das vezes debruçada, em concentração extrema, sobre o seu trabalho, mas também repousando, dormindo. Na série *Le Couple*, reunindo as obras mais representativas do amor que os uniu, ela surge com ele, juntos os dois num abraço tão estreito que é fusão.

A vitalidade em Arpad é igualmente fascínio pelo movimento, que tanto pode ser um passeio de mulheres e crianças num jardim, o voo de um papagaio de papel, ou a arrancada de ciclistas no Tour de France.

Na fase final da sua obra, esse impulso vital é sobretudo luz. A luz que envolve num esplendor único paisagens e atmosferas, reduzidas àquele essencial que era nele uma tendência. E que em obras como *Paysage sur triangles* e *Deux traits orange et jaune* é uma claridade irradiando o silêncio e a paz que o artista tanto apreciava.

No extremo oposto dessa paz está a violência de *Guerriers*, quadro-denúncia da guerra que no início dos anos 40 levou Arpad e Vieira ao exílio no Brasil, com horrendos homens-monstros que combatem num cenário onde a cor que ressalta é a do sangue e o brilho que cintila o do metal.

O GESTO QUE NÃO MENTE

EURICO GONÇALVES, ESTOU VIVO E ESCREVO SOL
SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS-ARTES
SEG. A SÁB., DAS 14 ÀS 20H
ATÉ 5 DE MAIO

POR FÁTIMA VIEIRA

«Era uma vez um homem que sonhava e brincava com os sonhos que sonhava», escreveu Eurico Gonçalves num dos seus cadernos de desenhos e textos dos anos 50, e esse é, na verdade, o início da sua história. A história da busca de uma autenticidade primordial, feita de uma pintura onde o pouco é muito e o gesto espontâneo é tudo, que agora se revela numa exposição na Sociedade Nacional de Belas-Artes, reunindo cerca de 130 obras do pintor-crítico de arte que vem do nosso Surrealismo "histórico".

Numa selecção de trabalhos de 1949 a 2006 resume-se essa busca, que é a do surrealista que Eurico desde o início diz ser, de modo tão natural como quem se identifica pelo nome. No princípio dela está o sonho, enquanto potencial de descoberta do inconsciente. O sonho que o artista regista nos cadernos dos anos 50, com desenhos e textos na expressão mais directa e espontânea que então se considera "imprópria" mas para ele é apenas autêntica. O sonho que também está em pinturas realizadas na mesma década, com amantes ternos, homens-pássaros, ou pássaros-peixes, árvores de ramos erectos, brinquedos que dançam, círculos que são sóis, luas, bolas de brincar... Alusões ao amor, ao desejo, à infância, numa figuração ingénua que é uma forma de pureza.

Pureza também é depuração, procura Eurico a partir do final dos anos 50. Primeiro é uma simplificação, com a passagem das figuras a signos, e depois despojamento: no início dos anos 60, emerge o gestualismo essencial e breve que, num negro de tinta-da-china, anuncia a descoberta do Budismo Zen.

No Zen, uma atitude que acompanha o movimento natural da vida, experiência do que não pode ser apreendido apenas pelo intelecto, Eurico encontra afinidades com a vitalidade dadaísta e o automatismo psíquico que nele é prática antiga. E a pureza que nas obras iniciais era a verdade do sonho, do desejo, da infância, torna-se a verdade do gesto espontâneo, sem correcção nem retoque. O gesto, a manifestação primeira, que na sua liberdade revela formas arquetípicas do Inconsciente Colectivo.

Trata-se, afinal, de uma busca de conhecimento do ser na sua totalidade, visando uma harmonia que nas suas obras se expressa em serenidade. Como aquelas onde um signo-gesto se solta à luz de um círculo que é sol, lua, plenitude, absoluto. Ou aquelas outras onde ele se dilui num espaço que, diz Eurico, na sua cor «clara e terna» «evoca o calor do regaço materno, o bem-estar, a frescura matinal ou o despertar de um novo dia».

UM ESPLENDOR DA IDADE MÉDIA

O BRILHO DAS IMAGENS
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA
QUA. A DOM. DAS 10 ÀS 18H, TER. DAS 14 ÀS 18H
ATÉ 17 DE JUNHO

POR FÁTIMA VIEIRA

Na penumbra da sala de exposições temporárias do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), há um brilho de ouro que sobressai em paredes cor de prata. O brilho da Arte Medieval da Polónia, pinturas, esculturas e relevos do séculos XII ao XVI, que deixaram pela primeira vez o Museu Nacional de Varsóvia para uma viagem por quatro países, entre os quais o nosso. Apresenta-se como um acontecimento, pelo ineditismo da mostra, pela raridade das obras, pela sua qualidade, e também pelo luxo e imponência de muitas delas.

Ao primeiro olhar, o que se impõe é o ouro, que brilha sobretudo nos fundos dos grandes painéis de pintura, no esplendor com que se pretendia reproduzir na terra a luz dos céus. Mas que também cintila nas auréolas e nas vestes dos protagonistas de histórias narradas muitas vezes com um dramatismo exacerbado que era um modo de incitar à devoção.

Numa violência iluminada a ouro, revelam-se, em retábulos alusivos ao martírio de santos, cabeças decepadas, corpos esquartejados e bárbaras torturas, e em painéis ilustrativos da Paixão o sangue escorre, brota, ou jorra como uma fonte do corpo de Cristo flagelado e crucificado. O pathos atinge o clímax em *Crucifixus Dolorosus*, uma Cruz gigantesca de onde pende em indizível agonia um Cristo descarnado e lívido, coberto de chagas, onde o sangue por vezes ganha volume, ficando suspenso em cachos. Sem este sofrimento desmesurado, mas mais comovedor, mostra-se um *Senhor da Paciência* de crânio liso, que, sentado numa pedra, numa pausa da Via Sacra, medita sobre o seu destino. Um Cristo profundamente humano.

Da mostra ressalta uma diversidade estética que dá prova da influência que na região exerceram os principais centros artísticos da época. No extremo oposto às obras que na sua intensidade dramática são quase pré-expressionistas, as obras quase líricas de virgens e santas cuja beleza física é reflexo da espiritual. Como uma graciosa *Santa Catarina de Alexandria* que sorri apoiada à roda do seu suplício. Ou uma radiosa *Maria como Virgem do Templo* com o vestido semeado de espigas douradas alusivas à Eucaristia.

Sem esta beleza exaltante, sem o brilho do ouro, sem sangue, impõe-se pequenina entre obras de grande dimensão, uma *Virgem no Trono com o Menino*. A peça mais antiga da exposição (século XII), uma escultura de 40 cm talhada num único bloco de madeira de tília, que dá forma a uma virgem suave na expressão e na envolvência do manto que acolhe um menino que chegou até nós mutilado.

ALEXANDRE SOARES SILVA

A WATERLOO DE UM CRONISTA BRASILEIRO

"Não fui só eu. O próprio Napoleão teve os seus momentos ridículos – vários deles, como quando foi caçar, deu um tiro e de repente centenas de lebres começaram a correr na direcção dele. Já leu essa história?"

Não sei os outros, não sei se é uma lei universal, mas pelo menos para mim amadurecer foi aprender a comportar-me em viagens de modo progressivamente menos ridículo. Da primeira vez que visitei a tumba de Napoleão pedi "Deux billets, s'il vous plait" e esborrachei a cabeça no plástico da bilheteira. O bilheteiro africano ficou se segurando para não rir e turistas espanhóis, italianos e coreanos riram em uníssono de mim. Napoleão mesmo riu até tremer seu corpinho de gelatina dentro da tumba.

O que tornou tudo pior foi que havia entrado pensando, de peito estufado, que eu devia ser a reencarnação de Napoleão. Estava todo emocionado de ver a minha própria tumba. Bater a cabeça no plástico da bilheteira foi a minha Waterloo, provavelmente mais doída e humilhante que a primeira.

Claro, o próprio Napoleão teve os seus momentos ridículos – vários deles, como quando foi caçar, deu um tiro e de repente centenas de lebres começaram a correr na direcção dele. Já leu essa história? Ele saiu correndo, lamento dizer, e trancou-se na própria carruagem aos guinchos. Comparado com isso, bater a cabeça na bilheteira foi um gesto de James Bond, algo que Bond poderia fazer ao trocar as fichas por dinheiro no guichê do Casino Royale ou algo como isso, mas mesmo assim o facto de turistas fora de forma estarem rindo de mim vem atrapalhando muito os meus sonhos de grandeza.

Eu tinha dezassete anos e visitava Paris pela primeira vez, com o meu irmão. O Destino, um senhor furreca de bigodinho de guidão, quis que eu colocasse na mala uma cueca um número menor do que devia. Então um certo dia da viagem me vesti de manhã e saí, só percebendo o problema trágico da cueca no cemitério Père Lachaise, onde ela subia por entre as minhas nádegas aterrorizadas e me forçava a me esconder, a cada minuto ou dois, entre as tumbas de Proust e Allan Kardec para puxar o forro da calça para baixo. Não imagino que Rastignac tivesse esse problema na cena final de *O Pai Goriot*.

Na última viagem soube escolher cuecas do tamanho certo, o que é a Primeira Lição do Viajante. Entretanto ainda não tinha aprendido a Segunda Lição do Viajante, que é cortar o cabelo. Ora, viajar é ficar descabelado.

Saía de manhã, andava por uma ruazinha de quarenta metros e, quando chegava à bilheteira do metro, estava mais descabelado que um filósofo que escreve textos contra o consumismo. Na Opera, nas Tulherias, na Rue de Rivoli e nos cafés do Boulevard des Italiens, assustei pombas com o meu cabelo arrepiado. Assustei pessoas também. Passei metade da viagem arrumando freneticamente o cabelo com as mãos ao invés de olhar a Vitória de Samotrácia direito. Não basta ir com cuecas do tamanho certo, é preciso ir quase careca.

Mas com o tempo as coisas vão melhorando, e um início de quase-sofisticação cosmopolita lhe pousa sobre os ombros como uma águia *blasé*. Já não fico vinte minutos em pânico, por exemplo, olhando a máquina que vende bilhetes de metro, enquanto as moedas na palma da minha mão tremem e o nativo atrás de mim na fila amaldiçoa estrangeiros. Desenvolvi uma capacidade inacreditável de saber comprar bilhetes do metro. É um superpoder discreto, digamos, e desenxabido, mas é um superpoder mesmo assim.

E também já não congelo diante da perspectiva de falar com um Nativo. Lembro que uma vez estava vendo livros de arte numa loja em Paris quando o dono da loja me perguntou em francês se podia ajudar em alguma coisa. Eu sabia francês, mas só de ler e escrever, e sorri, dei meio passo na direção dele, e a única coisa que me ocorreu dizer foi "Au revoir". Podia ter dito "Bonjour", "Uh-la-lá" ou qualquer coisa assim, mas não. Disse "Au revoir", sorrindo. Você nunca sabe que besteira vai dizer até que um francês magrinho e de cabelos brancos pergunta se pode ajudar em alguma coisa.

Paris. O melhor de Paris são as garotas andando de bicicleta. De vestido, bolsa, dando uma impressão de frescor e banho tomado, enfrentando o trânsito da Etoile.

De volta a casa, olhando o mapa de São Paulo com atenção, é muito difícil encontrar o caminho para o Boulevard des Capucines. A certa altura parei o carro numa avenida em São Paulo e fiquei procurando uma placa que me indicasse o caminho para Montmartre. Não tem. A razão me diz que a própria avenida em que eu estava devia levar à Avenue de L'Opera, depois de muitas voltas. Desisti, mas tento de novo amanhã.

Mudando de assunto: não lhes dói pensar que vão morrer sem nunca encostar um dedo em Natalie Portman? É só a mim que isso incomoda? Profundamente, profundamente?

ONE to ONE

ASSINATURAS Atlântico

Receba 1 mês grátis no Holmes Place. Sem esforço.

Basta fazer uma assinatura de 12 meses da revista Atlântico.

Esta oferta inclui a jóia de inscrição e um mês de utilização grátis, no valor de 150 euros.

HOLMES PLACE Health Clubs

Condições:
Campanha exclusiva para maiores de 16 anos. | É obrigatório apresentar atestado médico para iniciar actividade física. | Promoção válida mediante apresentação de um voucher num dos clubes Holmes Place (5 Outubro – 217 804 300, Av. Defensores Chaves – 213 511 300, Av. Liberdade – 213 260 900, Amoreiras – 213 716 610, Alvalade – 217 529 050, Qta. Fonte – 214 404 900, Miraflores – 214 129 100, Cascais – 214 825 700, Qta. Beloura – 219 119 200, Arrábida Shopping – 223 778 700, Constituição – 225 083 600, Boavista – 226 056 760, Coimbra – 808 201 620), para tal por favor destaque-o. | Terá de fazer marcação prévia e a sua utilização será agendada de acordo com a sua conveniência. | A oferta só poderá ser usufruída uma vez por cliente individual. | Esta campanha só é válida para não sócios. Oferta de uma toalha de treino.

ASSINATURA REVISTA Atlântico

☑ **SIM, quero receber, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €48.** portes grátis

Resido fora de Portugal, pago os portes no valor de ☐ Europa: €25,56 ☐ Resto do Mundo: €37,44 ☐ Regime Especial**: €33,84

**Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome* _____

Morada* _____

Localidade* _____

Cód. Postal* ____ – ___ _____

Tel.* _____ Telemóvel _____ Profissão* _____

e-mail* _____ Nº Contribuinte* _____

BI _____ Estado Civil _____ Data Nascimento * ___ – ___ – ___ (dia – mês – ano)

* Campos Obrigatórios

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de COSTORIENTAL, Sociedade Editora LDA.

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor de €48, ao banco Barclays Bank, com o NIB: 0032 0701 00203509535 72

☐ Pago por **Transferência Permanente** o valor de e48, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á anualmente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento – Autorizo o débito do montante acima indicado para a seguinte conta: COSTORIENTAL, Sociedade Editora, LDA, Barclays Bank – NIB: 0032 0701 00203509535 72

Nome do Titular _____ Banco _____

NIB _____ Data __/__/____ Assinatura _____

Preço válido para Portugal. Os dados recolhidos destinam-se a ser processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos ao subscritor, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para a apresentação de novas propostas. Caso não deseje receber esta informação, assinale aqui, por favor ☐

Envio este Cupão de Assinatura por correio para: ONE to ONE, Av. Duque d'Ávila, Nº 46 5º, 1050-083 LISBOA
Apoio ao Assinante: assinaturasatlantico@one-to-one.pt • Tel.: 210 115 103 (dias úteis das 10h às 13h e das 15h às 18h)

DESTE MUNDO E DO OUTRO

O MARIALVA

O GALHETEIRO, A LEI DO ABORTO E O PORTUGAL EUROPEU

RODRIGO MOITA DE DEUS

Ainda não tinha acabado de pagar os queijinhos e a inspecção da agência de segurança alimentar fechava a barraca da feira por "falta de condições higiénicas". A barraca da feira (imagine-se!) não tinha refrigeração. E (inacreditável!) os queijos e os chouriços não vinham embalados em vácuo.

No Portugal moderno, europeu e civilizado, não há lugar para chouriços que não venham embalados em vácuo. Como não há lugar para o galheteiro, nem para a colher de pau. E a alheira também está sob suspeita. Perseguimos o sonho de sermos tão assépticos como os dinamarqueses, tão insonsos como os belgas e tão chatos como os alemães.

Somos mesmo assim, impressionáveis. Impressiona-nos o PIB *per capita* dos nossos vizinhos e o seu azeite em pacotinhos individuais. Diz a mais elementar lógica que a riqueza e o desenvolvimento dos países europeus se deve, seguramente, aos seus chouriços embalados em vácuo. Sermos iguais aos europeus tornou-se, por isso, numa obsessão. E uma obsessão que serve de pretexto para quase tudo. Com idêntica autoridade, o mesmo argumento é invocado para controlar o défice das contas públicas e para proibir a venda de bolas de Berlim na praia. É invocado para mudar a lei do aborto e para mandar embrulhar os chouriços.

Está criada uma mentalidade dominante das melhores práticas europeias em espécie de *benchmarking* político e social. Importamos ideias e métodos conforme o seu país de origem. É o *flexiplan* dinamarquês, o modelo irlandês de desenvolvimento, o sistema finlandês de ensino, o horário laboral espanhol e a terceira via sueca. Ninguém resiste ao argumento porque "é assim que se faz no resto da Europa" e há mesmo quem se embarace com o secular Portugal das touradas, dos fados e dos chouriços expostos ao ar livre.

Para sermos – finalmente – modernos, europeus e ricos é preciso reformatar socialmente o país. Portugal é um obstáculo para o desenvolvimento de Portugal e os portugueses são um estorvo para a prosperidade dos portugueses. No fundo, no fundo, a solução para Portugal é deixarmos de ser tão portugueses.

MÃE GALINHA

MARCELO E O ART ATTACK

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA

Se as crianças votassem, Marcelo Rebelo Sousa teria uma longevidade no poder semelhante à de Alberto João Jardim. Não conheço bebé ou criancinha que não fique hipnotizada com as palestras de domingo. Entre o Disney Channel e o Marcelo ou o Contra-Informação, a escolha da minha filha de um ano é absolutamente inequívoca: o domingo é da RTP 1. Não sei se aquilo que a prende à televisão são os gestos efusivos de Marcelo, as estranhas

variações no seu tom de voz ou as múltiplas expressões faciais que de repente se fixam criando algum *suspense*. O certo é que os seus olhos não se desviam do ecrã durante o longo monólogo de trinta minutos. Apesar de não perceber uma palavra, ela ri-se a propósito, concentra-se quando o raciocínio do professor requer alguma abstracção e fala para a televisão como se aquele tema específico lhe fosse caro.

Poucos comunicadores provocam este efeito nas crianças de tenra idade. José Rodrigues dos Santos, consegue despertar alguma curiosidade, mas como está constantemente a desaparecer entre as notícias, não há maneira de conquistar a fidelidade dos pequenos telespectadores. Já Miguel Sousa Tavares, José Alberto de Carvalho, António Vitorino ou Judite de Sousa, teriam audiências catastróficas se o seu público-alvo variasse entre os sete meses e os sete anos.

As crianças gostam que se fale directamente para elas, gostam de sentir que é apenas um vidro que as separa da pessoa que está na televisão e exigem ritmo. Esta técnica obedece a regras que não estão ao alcance de qualquer um. Ao nível de Marcelo só existe o famoso apresentador Pedro do lendário Art Attack, no entanto este protagonista do programa do Disney Channel tem a ajuda preciosa das "obras de arte" que ensina a arquitectar. Marcelo não: é apenas ele, sozinho com o seu público.

Mas tanto um como o outro cumprem algumas regras infalíveis de comunicação infantil: lançam perguntas, fazem silêncios, man- →

têm um ar divertido, falam depressa ou devagar conforme a mensagem que querem passar e gesticulam q.b.

Só é pena que o programa de Marcelo Rebelo de Sousa não seja transmitido todos os dias como o Art Attack. E já agora um bocadinho mais cedo do que as nove da noite para se poderem deitar as crianças a horas decentes.

O MELÓMANO

A SOLIDÃO DO DJ NO FINAL DA FESTA*

NUNO COSTA SANTOS

A crónica não precisava de mais nada. O título diz tudo. Diz tudo sobre esse sentimento de fina angústia que sente o DJ depois da festarola. É uma espécie de forcado melancólico que regressa a casa de mãos nos bolsos, ao som de Wim Mertens ou de Harold Budd.

Está toda a gente cheia de pica para ir acabar a noite num sítio qualquer e o DJ ainda arruma os CD que se espalham por cima dos pratos (e dos copos de *gin*) dentro da sua caixa Case Logic ou então dentro do saco de plástico do Lidl.

Se a coisa correu bem, ele foi o único que não andou a pular na pista. Se não correu bem, ele foi o único a pular na discoteca. Só lhe apetece ir para casa. Tem imensos sons na cabeça e sabe que lhe vai custar fechar os olhos e adormecer. Não vai contar carneirinhos, mas sim passagens que correram bem e passagens falhadas. Será visitado por breves *flashes* da noite, vistos de cima. Por quem assistiu à ópera num camarote distante e não especialmente confortável.

(Momento em que o leitor deve verter uma sentida lágrima pelo DJ e pela sua solidão).

O DJ, no fim da noite, pensa no sentido da vida. No absurdo de passar música, no absurdo de dançar, no absurdo de beber, no absurdo de ficar bêbado, no absurdo de ficar sóbrio, no "Um Contra Todos", nisso tudo. Está feliz e triste. Percebe que lhe dá gozo fazer misturas improváveis, mas sente um vazio qualquer, provavelmente fruto da sobriedade. É o actor porno depois das filmagens. O travesti depois do *show* de *karaoke*.

Minto: agora é um figurante. Um figurante de fim de noite. Atravessa a pista, solitário, de saquinho na mão, e segue em direcção ao táxi mais próximo. Ao entrar no carro, desilude o taxista porque vive num sítio próximo da discoteca.

(Quem não conseguiu verter uma lágrima no momento assinalado acima, ainda pode fazê-lo agora; aproveite a oportunidade).

Encosta, por fim, a cadeira no banco de trás e ouve, ao fundo, a música manhosa do rádio do táxi.

**sim, um daqueles clássicos textos meio autobiográficos, escritos na terceira pessoa*

A ADVOGADA

DAS PRÁTICAS DE DUMPING: ABORDAGEM CIENTÍFICO E JURÍDICA

LAURA ABREU CRAVO

A antropóloga Helen Fisher estuda, há trinta e dois anos, os fenómenos relacionados com o estado de enamoramento. Aquilo que, para o comum dos mortais, é tido como um encontro de almas e corações, é qualificado, por cientistas como Fisher, como insanidade temporária causada pelas hormonas.

Foram submetidas a ressonâncias magnéticas dezassete pessoas apaixonadas e felizes nos respectivos relacionamentos e quinze que tinham sido abandonadas. Neste segundo grupo de pessoas foi observada uma maior actividade na zona do cérebro onde se concentra um elevado número de receptores de dopamina, o que, segundo os cientistas, poderá significar que quando somos abandonados tendemos a gostar ainda mais do objecto do nosso afecto. A equipa de Fisher concluiu ainda, que os últimos levavam, em média, sessenta e três dias a recuperar do desgosto causado pela rejeição.

Sendo, por teoria empiricamente comprovada, esta que vos escreve, muitíssimo mais susceptível de enquadrar o segundo grupo de pessoas, interessa-nos, em especial, perceber como se processa a contagem do prazo atribuído ao período de luto dos corações partidos: deverá seguir-se a norma contida na alínea b) do n.º 1 do artigo 72.º do Código do Processo Administrativo que determina a suspensão do prazo nos sábados, domingos e feriados ou deverá seguir-se antes, para estes efeitos, a norma do n.º 1 do artigo 144.º do Código de Processo Civil, que faz contar o prazo em dias corridos e sem interrupções?

E se, dando largas ao exercício das nossas reconhecidas fraquezas, nos cruzarmos com o objecto amado e escorregarmos numa recaída: devemos ter a contagem por suspensa enquanto durar o reencontro, sendo retomada na nova separação, ou deveremos, à laia de sanção, recomeçar a contagem do prazo como se o acto de partir o coração tivesse ocorrido, *ex-novo*, naquele mesmo dia?

Cada vez me convenço mais que, em matérias de males do coração, como o *dumping* (termo inglês para o ser deixado) devíamos ter uma entidade reguladora que, à semelhança da Autoridade da Concorrência, zelasse pelo regular funcionamento do mercado e protegesse os respectivos intervenientes de eventuais práticas abusivas.

O MARIDO

DESARRUMAÇÃO

BRUNO VIEIRA AMARAL

Todas as casas precisam de alguma desarrumação. Sem uma divisão desarrumada a organização do resto da casa banaliza-se. Ao que se pode acrescentar que o equilíbrio para manter um quarto desarrumado e três quartos arrumados é qualitativamente superior à disciplina necessária para mantê-los todos arrumados. Imaginem um país em que todas as províncias, à excepção de uma, vivem sob uma ditadura. Vida difícil para o ditador, não seria? Arrumação é fácil, desarrumação é fácil, as duas na mesma casa é que é dificílimo. Apesar →

disto, eu nutro uma profunda admiração por pessoas simplesmente organizadas. Normalmente admiro pessoas com capacidades que superam a minha de entendimento.

As pessoas organizadas baptizam os filhos mas acalentam o desejo secreto de os catalogar. E, apesar de pouco os utilizarem, sabem sempre onde eles estão. Não quer dizer que pessoas que sabem onde está sempre tudo sejam pessoas organizadas. Podem ser pessoas que têm pouca coisa. Podem ser pessoas que dão a mesma importância a tudo: ao que é importante e ao que não é importante. Como a personagem de Borges que se lembrava de todos os pormenores da sua existência, as pessoas que sabem sempre onde está tudo não conseguem distinguir um objecto de que se gosta de outro do qual se gosta menos. Por isso, quando perdem algo não é a perda que lamentam; é a falha no sistema de organização. E é bom perder coisas. Quando você reencontra algo que perdeu é provável que alguém lhe pergunte onde é que você desencantou isso. Desencantar não é tirar de um canto. É desfazer o encantamento.

Eu alimento o caos para nunca deixar de perder coisas e provar aos outros que não ter um sistema também é um sistema. Porque se o caos é uma ordem por decifrar, a ordem é um caos provisoriamente amordaçado.

Todos nós conhecemos pessoas muito organizadas que, de um dia para o outro, perdem o equilíbrio e começam a falar com os electrodomésticos: o caos estava lá, à espera de uma crise conjugal para se instalar. É que toda e qualquer organização humana, bem como todo e qualquer ser humano, só tolera um determinado nível de ordem. A partir desse limite, a ordem, invisível e inexoravelmente, degrada-se. É assim com a sociedade e é assim com as suas estantes. Portanto, ó arrumadinho!, não estranhe se um dia, ao chegar a casa, encontrar os seus livros com longas e inestéticas patilhas em cima de chaimites desfilando pela cozinha. Até os livros se cansam do tédio da poesia/ensaio/romance – romance-ensaio-poesia.

O HOMEM DA MARGEM

DESINTELIGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

JORGE MADEIRA

Miguel Esteves Cardoso, escapando ao cerne da questão (ou acertando nele em cheio, o leitor lá saberá), referiu, na sua última aparição televisiva, e talvez ecoando o famoso dito de Pascal, que o principal valor de se gostar de ler é a capacidade para se estar só, quieto e sossegado, em companhia de ninguém que não nós mesmos.

Se a minha aposta na ascendência pascaliana desta asserção está correcta, ler terá, essencialmente, um valor civilizacional, dado que quem acima de tudo valoriza o *estar em casa* de calhamaço aos joelhos dificilmente se subtrai à sala de estar para ir obstruir as ruas com contestações espúrias à magnífica e irrepreensível governação conjunta do Engenheiro José Sócrates e do Presidente da República o Professor Doutor Aníbal António Cavaco Silva.

Assim, o livro e a leitura, para além de possibilitarem a transmissão às gerações futuras das contingências que moldaram a vida de um Sargão I, tem também uma função de reconstrução da natureza humana, concretamente em direcção oposta ao que está escrito nos nossos genes, moldados por centenas de milhares de anos de necessidades *caçadoras-recolectoras* (digamos assim): o vício dos livros seria o instrumento que a evolução humana privilegiou na inestimável função de contrariar a universal tendência para andar por aí ao ar fresco e, portanto, a arranjar problemas a si e aos outros – uma inclinação manifesta modernamente na permanente tentativa de abalar as fundações da ordem capitalista.

Por ser uma solução com pouquíssimos milhares de anos de história, os seus efeitos positivos são ainda muito ténues e pouco dispersos pela população plebeia: daí a oposição à OPA da Sonae à PT e a contestação ao Governo, a existência da CGTP e a dinâmica demonstrada pelo Chapitô, etc. Deste modo, verifica-se que são ainda imprescindíveis esses dois rochedos basilares a qualquer civilização digna desse nome: as cargas policiais e um plano nacional para a leitura.

Não poderia estar mais de acordo com tudo isto, mas também com o que vou acrescentar já a seguir. É que, para o cidadão normal, a literatura anda cada vez mais de mão dada com a *ansiedade*, o que o torna, também a ele, num potencial desestabilizador da ordem capitalista vigente.

Não falo do número de livros que se publicam, uma queixa mimada, acriançada e imodesta, já com centenas de anos. Refiro-me a algo de mais prosaico, e muito obviamente inatingível ao excesso de inteligência evidenciado por Miguel Esteves Cardoso e Pascal.

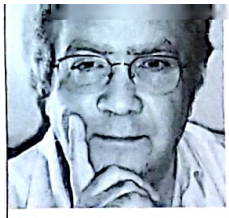
Foi a semana passada, aos 33 anos, e através da leitura de Moby Dick, que descobri a verdadeira largura do fosso que separa o meu entendimento dos livros que leio dos significados neles realmente presentes.

Não julguem também o MEC e o Pascal que falo das reapreciações críticas e de novos níveis de entendimento, inevitáveis quando confrontados com o avanço do conhecimento até em obras como os *Cadernos de A Bola*. Não sejam tão pouco inteligentes.

Refiro-me sim a algo tão básico como *perceber uma piada*. Existem poucas coisas mais tristes que não perceber uma graça simples, mas a crua realidade é que eu passei 600 páginas de um livro inteiro sem atingir a piada principal subjacente a praticamente cada uma das páginas daquela inenarrável obra.

Isto não tem, por sua vez, piada nenhuma – não queira agora o leitor passar por inteligente. MEC e Pascal laboram num erro, que nos pode vir a sair caro: não perceberam que o valor da literatura para uma sociedade devidamente aburguesada só se manifesta enquanto não frustram a auto-estima mais básica do leitor.

Passar uma semana inteirinha em maravilha constante com o que um livro nos está a dizer e descobrir tempos depois que não se percebeu basicamente a ponta de um corno não deve fazer bem a muita coisa. Nomeadamente, faz nascer uma revolta cá dentro que não sei onde vai parar.



MANUEL FALCÃO

A PUBLICIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

Com as audiências dos três principais canais cada vez mais coladas, há uma questão que vale a pena voltar a colocar: até que ponto é lícito que a RTP tenha publicidade e faça concorrência aos canais privados?

A existência de publicidade na RTP é uma das mais fortes razões para que algumas das razões da existência de um serviço público de televisão, financiado pelo Estado e os cidadãos, se percam pelo meio. A questão é esta: a publicidade só é valiosa, em termos de negócio, se existirem audiências. Sem audiências ela perde o seu valor comercial. Para poder ter publicidade e ela ser rentável, qualquer estação do mundo tem que fazer concessões para captar públicos. Por isso é que o serviço público devia ser uma espécie de regulador indirecto do mercado, assegurando conteúdos complementares (e não concorrenciais...) em relação aos outros canais, fomentando o desenvolvimento da produção independente portuguesa em áreas como a ficção, o documentário, e assegurando serviços noticiosos de referência. Todos sabemos que não é isto exactamente o que acontece. Em Portugal passa-se um fenómeno estranho: a RTP capta uma fatia do investimento publicitário em televisão, que é complementada, de forma cada vez maior, com o que recebe do Estado em termos de indemnização compensatória e dos cidadãos por via da taxa que recai sobre o consumo de electricidade. Na realidade a RTP captou 13,6% do investimento publicitário em televisão em 2006, contra 44,3% da TVI, 32,9% da SIC e 9,2% de todos os outros canais disponíveis no Cabo. É esta situação que suscita dúvidas: é aceitável que um canal de serviço público acumule as receitas comerciais ao apoio financeiro do Estado e ao dinheiro das taxas cobradas aos cidadãos?

As estações privadas que se queixam de que a RTP faz concorrência desleal têm razão – se a RTP usa os seus meios financeiros para fomentar uma programação que se destina a fazer concorrência de audiência aos privados, então o mercado fica distorcido. Se a RTP ainda por cima concorre no mercado publicitário, está a roubar espaço aos privados – e nomeadamente está a dificultar o aparecimento de um novo operador privado. A introdução próxima da Televisão Digital terrestre vai voltar a colocar esta discussão na ordem do dia.

Agora, uma coisa é certa: quando a RTP cresce de audiências, qualquer governo sorri e fica tranquilo; o mesmo não se pode dizer quando quem está a subir são os operadores privados.

PENSAMENTOS OCIOSOS

O regime, na sua ânsia reformadora, vai juntar numa só entidade a Companhia Nacional de Bailado e o Teatro Nacional de S. Carlos. A nova companhia estatal de produção artística, estou a crer que de inspiração soviética, vai chamar-se OPART e tem o parto previsto para Junho. Vozes avisadas já chamaram a atenção para os perigos desta manobra aventureira, que se arrisca a deitar por terra o trabalho de duas entidades que estavam a funcionar bem autonomamente.

Penso que a ideia não será criar uma nova forma de expressão artística, o bailado cantado – não estou a ver bailarinos e bailarinas a fazerem de tenores e sopranos, e não me parece que, inversamente, os cantores e as cantoras pulem levemente de nenúfar em nenúfar. Se assim não é, a coisa não se percebe – tal a distância entre os dois tipos de produção: o da ópera, que é um dos mais complexos (talvez o mais complexo) no mundo do palco; e o do bailado, que exige tempos e ensaios como nenhuma das outras artes cénicas. Por este andar ainda se arrisca a nascer, neste rincão à beira-mar plantado, o tal bailado cantado – variante erudita do Vira do Minho, fonte inspiradora da política do Mistério da Cultura.

OUTRO ECRÃ

A frase diz tudo: "Política para adultos". Este é o slogan de uma estação de televisão britânica, exclusivamente noticiosa, que existe apenas na Internet, em www.18doughtystreet.com. A ideia é simples: notícias com atitude, até porque, como diz um dos responsáveis da estação, "o problema com os noticiários muito equilibradinhos é que são terrivelmente cinzentos e monótonos". 18 Doughty Street não tem medo de usar as palavras, de fazer campanhas, de defender minorias, de fazer programas de debate onde os líderes políticos, sobretudo os trabalhistas, são literalmente trucidados. A principal linha editorial é arreliar o sistema, dar caneladas no muito bem comportado *establishment* britânico. Até agora os resultados têm vindo a crescer, com mais de 25 000 espectadores por dia. Resta dizer que os fundadores fazem parte da nova geração de activistas conservadores, mas que o espectro de colaboradores e apresentadores é muito alargado – enfim, é como se esta nossa querida *Atlântico* de repente se transformasse numa estação de televisão para arreliar o senhor engenheiro. Visitem o site desta televisão dos novos tempos. Vão ver que gostam.

DO FUNDO DO DESEMPREGO

ESTAR DESEMPREGADO DÁ MUITO TRABALHO

JOÃO MOREIRA DE SÁ

A situação de desempregado institucional a que neste modernaço país parece estar condenado o idoso de mais de 35 anos, carinhosamente tratado pelo Estado por DLD (Desempregado de Longa Duração, tentando-se assim confundir se a longa duração diz respeito à pessoa ou à condição) é em tudo o contrário daquilo que deveria ser. E porquê? Porque toda a gente, da família a amigos, pensa inocentemente que é exactamente aquilo que devendo ser não o é. Numa palavra: tempo livre (nunca fui bom a matemática).

Explico-me: em que é que você, que está a fazer o esforço de ler esta breve (prometo) escritura até ao fim, pensa quando ouve a palavra "desempregado"? Talvez me inveje um pouco, não? Porque eu tenho tempo livre para fazer o que quero. São 365 dias de férias por ano (de fazer inveja a qualquer sindicalista) e ainda recebo um subsídio de desemprego.

Pois o problema é exactamente esse: o tempo que eu teria livre multiplicado pela quantidade de coisas, favores e outros horrores que me pedem – porque eu tenho Tempo – faz com que no final eu tenha sempre menos tempo livre do que todas as pessoas que têm um horário fixo de trabalho.

É o pai que "dava-me jeito que me desses boleia para ir deixar o carro na revisão", é a mulher que "já agora vais tu às compras", é o primo que "dás-me uma mãozinha a trazer as madeiras do Aki", são os amigos que "tu é que tens tempo para dar uma ajuda nas mudanças", é o editor que me avisa que quer a crónica "para hoje" (curiosamente não sei se ficará muito bem escrever isto numa "estreia". O Senhor Director não leia esta parte, passe à frente). E eis que quando dou por mim tenho quatro coisas combinadas para o mesmo dia à mesma hora. Depois basta que falhe uma e "tás desempregado, não fazes nada e não se pode contar contigo para uma ajudinha"!

Dá-me tanto trabalho organizar o meu desemprego! E o pior é que nem subsídio de desemprego recebo. Não cobre DLD's...

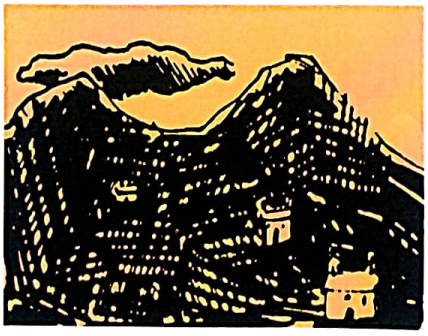
A SERRA E A CIDADE

RESERVA TERRITORIAL

NUNO AMARAL JERÓNIMO

Já aqui se falou da bondade da decisão do governo em fechar maternidades e escolas no Interior. Tornar *child-free* toda a zona da Serra que protege a cidade onde habito parece-me uma óptima ideia para atrair turismo seleccionado, a quem as crianças incomodam o estilo de vida pacato e sereno que procuram no campo. Além disso evita o trabalho e a prostituição infantil. Agora seguem-se as urgências e outros serviços pouco necessários a adultos conscientes e, por conseguinte, saudáveis. Criar no Interior uma reserva de qualidade de vida acima da média, sem crianças e doentes, é uma medida de promoção para as populações que os autarcas não querem entender. O governo deveria agora extinguir também os centros de atendimentos a alcoólicos e a toxicodependentes. Acabava-se com os bêbedos e os drogados nas cidadezinhas e vilas, que o lugar dessa gente é nas grandes cidades a arrumar carros e a dormir em carrinhos de supermercados, junto dos hospitais que ainda vão estar a funcionar daqui a cinco anos.

As universidades de província também não têm já hoje nenhum espaço na promoção turística internacional. É fechá-las, mandar a miudagem estudar Direito e Biologia para as cidades importantes e transformar as de cá em centros de formação profissional para fazer cocktails e alugar espreguiçadeiras. Eu estou disponível para abandonar a cadeira de Sociologia da Cultura e passar a ensinar Comunicação Intercultural Para Cumprimentar Turistas de Várias Nacionalidades. O futuro do Interior depende da nossa boa vontade. Caso contrário, os dias vindouros reservam-nos apenas a desertificação que o governo notoriamente tanto teme.



O REACCIONÁRIO

CADÁVERES ADIADOS QUE NÃO PROCRIAM

DAVID LOURENÇO MESTRE

A liberdade tem um novo inimigo. Vencemos o fascismo, vencemos o comunismo. Vamos ter de vencer o Islão. Não vale a pena usar falinhas mansas ou retórica vazia – muito estimável e deveras comovente – para a qual me estou marimbando. O espectro do Islão adensa-se no horizonte e promete barbárie. Seja em Nova Iorque, Londres ou Bagdade. A sanha muçulmana não conhece limites geográficos. Nem limites de espécie alguma. A História é quase sempre anoréctica e vive em regime de dieta mas os desgraçados vão merecer um capítulo. Inscreve-se nesse capítulo um caso que corre na justiça francesa. Passo a explicar. A canalha, perdão, a criatura, dalmática vestida e *agaal* na cabeça, uma vaga semelhança física com Bin Laden, posto que iracunda, achou por bem processar um jornal pela publicação de *cartoons* – leu bem, caro leitor, *cartoons* – prática, que tem o crime de me deixar na mais completa indiferença e que parece ferir o muçulmano, coitado, no seu âmago mais profundo. Lembram-se do caso dinamarquês? A tribo europeia apressará a pedir com fervor mil desculpas – num exercício tortuoso de auto-flagelação. A rua árabe, em constante pagode e habituada a animadas manifestações culturais, promete festa. Festa democratíssima, com corrida serena às urnas – para embalar os mortos, bem entendido. As ambições rasteiras de meia dúzia de fanáticos voto-as aos especialistas – com centro geográfico em Guantanamo. O que eu lamento é este complexo de culpa do ocidente que sucumbe ante o estranho, o outro, o adversário. Inquieta-me a fúria como se impõe o nacionalismo de extracção multiculturalista. Irrita-me o desdém a que é votada paulatinamente a matriz ética iluminista. É esta a idiossincrasia dos cobardes. E não de uma civilização que desaguou no presente pela força das armas, escudada por conquistas, e cujo presente exigiu actos de coragem no passado e presciência guerreira. Assim já não estamos ante uma civilização, mas sim prostrados aos pés de um colectivo de homens e mulheres sem futuro ou filosofia que lhes preste. Cadáveres adiados, diria Fernando Pessoa se vivo fosse. Sem saber, homens e mulheres, cavam alegres a sua própria sepultura. Não vão deixar saudades.

dlmestre@gmail.com

BRUNO CARDOSO REIS

CRISE CLIMÁTICA ENTRE ESQUERDA E DIREITA

"Era à esquerda que abundavam os adeptos do progresso e da indústria, dos operários e das chaminés. Era à direita que estavam os cépticos, os nostálgicos do campo e da floresta preservados dos ventos devastadores do progresso. Agora parece que os papéis se inverteram. Será assim, ou trata-se simplesmente de uma questão de factos e argumentos?"

É saudável o cepticismo face à verdade do momento. E não há dúvida que o aquecimento global é uma causa popular. O filme de acção e suspense subaquático de Al Gore foi um sucesso. No entanto, confesso que neste caso me sinto céptico relativamente aos cépticos. No combate ao alarme com o aquecimento global está-se a cair num dogmatismo de sinal contrário. O que é curioso é que este combate ao ambientalismo vem sobretudo da direita. O que é tanto mais estranho quanto o Tratado de Quioto assenta numa ideia liberal: atribuir um preço à poluição. E quando foi nos meios conservadores que surgiram os pioneiros da conservação da natureza, como Gonçalo Ribeiro Telles. Era à esquerda que abundavam os adeptos do progresso e da indústria, dos operários e das chaminés. Era à direita que estavam os cépticos, os nostálgicos do campo e da floresta preservados dos ventos devastadores do progresso. Agora parece que os papéis se inverteram. Será assim, ou trata-se simplesmente de uma questão de factos e argumentos? O que nos dizem eles do aquecimento global?

Aqui o ponto prévio é que consenso e ciência não rimam. A comunidade científica vive do debate permanente. No entanto, a razão pela qual não se cai na cacofonia completa e se produzem coisas (algumas delas úteis) é porque muito factos básicos são aceites. Entre esses factos mais ou menos aceites pelo conjunto da comunidade científica internacional está (surpresa!) o aquecimento global. A discordância está em saber quantos graus sobe, qual o impacto das actividades humanas (poluições várias) no processo, e se há alguma coisa a fazer. Desde os gases intestinais das vaquinhas até à respiração das árvores passando pelo ar condicionado da mansão de Gore, nada tem escapado à análise. E, ainda que menor, existe um razoável consenso em relação quer ao facto de a poluição ligada a actividades humanas estar a contribuir para o problema (ganham os apocalípticos), quer relativamente ao facto de ser impossível reverter e ser difícil conter o processo de aquecimento no curto prazo (ganham os cépticos).

Mas o que fazem a direita e a esquerda no meio de tudo isto? Uma possibilidade é que a esquerda, depois de um século em que alcançou muitos dos seus objectivos, está hoje, na prática, mais conservadora do que progressista. Ou, então, trata-se simplesmente de uma evolução no sentido de valorizar menos o progresso material, já em boa parte adquirido, e mais a qualidade de vida. Aliás, o desenvolvimento económico já nem produz operários, muitas vezes nem sequer produz emprego. A direita poderá, por outro lado, depois de ter perdido muito daquilo que tentou conservar, estar agora completamente dominada pela defesa da iniciativa individual e pelo entusiasmo do crescimento económico desimpedido. Talvez. Mas, não creio que a reacção a esta crise climática signifique que, no essencial, as coisas tenham mudado entre esquerda e direita. A esquerda continua, no fundo e neste caso, a mostrar-se crente na capacidade reformista e intervencionista do Estado ao serviço de um futuro melhor. A direita permanece céptica quanto a grandes projectos públicos, resistente a novas regulamentações justificadas por previsões sobre um futuro tragicamente incerto.

Eu, à esquerda, acho que é possível e preciso fazer alguma coisa. Mas com um acompanhamento crescente da direita ecológica (que parece estar, subitamente, a recuperar do risco de extinção). É fraca consolação que tenha havido períodos de maior aquecimento do que aquele que é previsível nas próximas décadas. Uma coisa era (aqui há uns milhares de anos) mudar uma tenda de pele de lugar num mundo habitado por uns escassos milhões de humanos. Outra coisa é mudar (hoje) Nova Iorque de sítio num mundo atafulhado com biliões de pessoas. Se o dilúvio vier aí, nem nós, nem os animais e plantas que vamos deixando sobreviver, teremos algum sítio livre e agradável para onde ir. Temos de manter a calma e fazer as contas? Claro. Mas os custos de um degelo mesmo moderado são tão grandes que praticamente quaisquer medidas preventivas são relativamente baratas. E se tudo não passar de um engano? As principais medidas para combater o crescimento do CO_2 e o impacto da subida do nível do mar são positivas já. Alguém está contra uma maior eficiência na produção e consumo de energia? Alguém se opõe a que se ponha fim à construção em leito de cheia ou em arribas costeiras? E a direita tende a esquecer – como a esquerda faz em relação à indústria da defesa – que o sector ambiental também produz emprego, riqueza, avanços tecnológicos.

Este é um caso em que espero sinceramente que a direita "abaixo-ambientalista" tenha razão. E daí... Talvez em vez de ser eu a ter de ir à Caparica, pudesse ser a Caparica a vir até mim. A esquerda é assim: optimista.

MIRIAM ASSOR

O BICHO PAPÃO

O patife tem nome. Maurice Papon. Se o céu existir fechou-lhe a porta. Já sobra a boa vida que usufruiu na terra. Comecemos pela idade em que foi enterrado. Noventa e seis anos. Demasiado. Bastante. Há quem seja hipócrita, porque há gente para tudo, e nos velórios transforma corjas em cinderelas. Maurice Papon, vivo, cadáver, só é uma coisa: um pulha com o sacro ilíaco virado para a lua. Quatro intervenções cirúrgicas, três bypass, um pacemaker, conseguiram bombardear o coração deste facínora, cujas manápulas encardem pela cumplicidade directa em crimes contra a humanidade. Se a natureza contribuiu para que tivesse vida larga, a França dos aventais e dos pedreiros, distraiu-se, ou quis fazer o papel de parva. Deixou-o ser Prefeito da polícia de Paris (1958-1966), deputado gaullista (1968-1978), sob a presidência de Valéry Giscard d'Estaing, ministro do Orçamento (1978-1981). Quando larga a pasta ministerial, as actividades vêm à tona. Mesmo assim, a bendita França dos benditos Direitos Humanos, deixou-o seguir ser autarca de Saint-Amand-Montrond (1971-1983). Quando *Le Canard Encheîné* publicou documentos de 1943-1944, assinados pelo seu punho, implicando-o nas deportações de judeus, a justiça esperneou. Nada rápida – a França é como os seus filmes, lenta – e precisou de catorze anos para concluir o processo do canalha. O julgamento começou em Outubro de 1997 e terminou a 2 de Abril do ano seguinte. A acusação exigia duas décadas de prisão, mas, os juizes condenaram-no a metade. Papon, criatura, a quem se aplica muita instrução e nula humanização – curso de Direito, Psicologia e Ciências Políticas, e sempre ignorante – foge para a Suíça. Repatriado e enviado para o calabouço, cumpre pena. Mas a pena encurtou. Papon apanha o acaso típico, e em Março de 2002, viu a sua vida a andar para frente com o nascimento da lei "Kouchner", a lei que beneficia a libertação de prisioneiros idosos por razões de saúde. Ao que parece foi o único. Segundo declarações da Liga dos Direitos do Homem, a mesma lei não contemplou outros reclusos que estão nas mesmas condições físicas. Resultado: Papon, papão, nem por três anos sentiu a sombra aos quadrados. Livre, déspota, sem remorsos, nunca aceitou a condenação, nunca confirmou a sua reles participação no Holocausto, pôde viver à grande e à francesa nos arredores da cidade das luzes.

O traste tem nome, teve sorte, e um historial atemorizador. A sua criminosa carreira política enceta na Liga Republicana e Socialista e, mais tarde, na Juventude Radical-Socialista. Em 1940 faz o pino político. Sorri às ideias de Pétain. O Marechal acha-lhe graça. Dá-lhe o cargo de Alto Funcionário de Vichy e colaborador do regime sanguinário. Após vários tachos ministeriais, em 1942, é nomeado secretário-geral da Prefeitura de Gironde, Bordéus, e responsável pelas "questões judaicas". Coopera com Schutzstaffel, adubo das SS, encarregue de exterminar judeus franceses. Nas mãos podres de Papon estava o recenseamento e a prisão de judeus. Entre 1942 e 1944 foi o responsável pela deportação de 1600 judeus para Drancy – abjecto campo de concentração de trânsito, um centro de detenção para os "indesejados", que ali eram encarcerados, tendo Auschwitz como paragem final. Drancy, a nesga do norte de Paris, uma resolução do Governo de Vichy, esse ministério fantoche da influência nazi, esse estado francês dos anos 1940-1944, que se opunha às forças livres.

Quando era previsível que a Alemanha perderia a Guerra, Papon dá outra cambalhota: denúncia os seus comparsas à Resistência. Mais tarde, em consequência deste acto, a França, sempre grata, mas desatenta, condecorou-o com a Carte d'Ancien Combattant de la Resistance. De Gaulle atribui-lhe a Cruz de Comandante da Legião de Honra, no Verão de 1961. Três meses depois, as luzes do país do Iluminismo voltam a escurecer: o massacre de 17 de Outubro cuja responsabilidade recai em Papon.

Depois da careca descoberta, a França retirou-lhe os penduricalhos nacionais, mas o estafermo, quis lá saber da lei francesa que diz: quem é acusado de crimes graves, não tem direito a condecorações. Em 2004, numa entrevista ao jornal *Le Point*, exibiu de goela aberta a Cruz da Legião de Honra. E sabem o que a França fez? Obrigou-o a pagar uma multa. 2500 euros. 500 contos, na moeda antiga.

SÍTIOS DE CULTO

E.P.

PEDRO MARQUES LOPES

Todos nós, portugueses, temos de lidar no nosso dia-a-dia com organismos ou empresas públicas. Na maioria esmagadora das situações somos clientes, ou melhor, estas instituições fazem-nos o especial favor de aturar as nossas estapafúrdias solicitações. Talvez das mais extraordinárias características do sector público é a de olhar para as pessoas que solicitam serviços como gente a quem se está a fazer um enorme favor. São, aliás, conhecidas as expressões: "Vamos lá a ver se o conseguimos ajudar", ou "venha cá amanhã que vou ver se arranjo um tempinho para estudar o seu caso" - enfim, expressões que fariam corar de vergonha o mais recente aprendiz de serviço ao cliente.

O que o cidadão comum não sabe é que estas organizações tratam quase do mesmo modo os clientes e os fornecedores. Imaginemos pois que existe uma pessoa ou empresa que julga ter um produto ou tecnologia que seria de interesse para determinado organismo ou empresa pública. Poderá o incauto leitor pensar que bastará um telefonema para a marcação da reunião. Nem pensar. Primeiro, há que descobrir qual o serviço respectivo, o que durará umas boas horas entre a telefonista geral e as várias dezenas de telefonistas dos mais variados serviços. Quando, finalmente, a chamada é transferida, para o que as várias telefonistas "acharam" ser o departamento certo, é-nos informado que não é esse o certo mas que, por especial favor, nos vão transferir para o "apropriado".

Aí, se por pura sorte não formos rapidamente despachados por neste "preciso momento" a pessoa estar em reunião, ou "muito ocupada", passamos à segunda fase. Depois da explicação do que nos leva a solicitar um encontro e de termos contado a actividade da empresa nos últimos cinquenta anos e a história pessoal de cada um dos seus elementos, é-nos informado →

que somos, provavelmente, a quinquagésima entidade que lhes falou desse produto ou serviço, e que, apesar de o produto lhes parecer bom, o momento não será o mais apropriado, para além de que – e isto acontece sempre – andam completamente "soterrados" com trabalho. Mas pode ser que, ainda assim, resolvam marcar uma "audiência".

Chegado o dia e a hora somos recebidos por um assessor da pessoa que nos vai receber e conduzir à respectiva sala onde nos aguardam várias pessoas dos mais diversos departamentos. Quando nos preparávamos para dizer que não estávamos a contar com tanta gente, o amável assessor informa que temos ainda de esperar mais "um bocadinho" pelo "sr. Administrador", que anda, coitado, "terrivelmente ocupado". Segue-se a reunião propriamente dita. Claro está que, durante a apresentação, o dito "sr. Administrador" recebeu pelo menos dez telefonemas urgentes, enquanto a maioria dos presentes enviou e recebeu vinte mensagens por telemóvel.

Toma, então, a palavra o "administrador" dizendo que ficou "muito impressionado com o produto" (imodéstia nossa). No entanto, nem ele nem o director de serviço estão "familiarizados com este tipo de tecnologias". Com um sorriso, confessa, que veio de um sector de actividade radicalmente diferente mas que, note-se, não se sente incapaz de tomar uma decisão. Esclarece que as pessoas que estão ali são as melhores dessa empresa mas há uns sectores que são avessos à mudança e que, apesar da "revolução de mentalidades" estar em marcha, teme que o projecto apresentado irá ser muito complicado de "implementar". Porém, promete, vai promover uma reunião mais alargada para debater este projecto de "evidente" interesse. Para tal, o assessor irá contactar-nos "mais tarde". Sai depois a correr, "atrasado para outra reunião". Nunca mais aprendo...

VINTE&DOIS

ABANDONADO POR WOODY ALLEN

BRUNO ALVES

Sou, como o leitor sabe, um pária social, que pouco apreço tem pela companhia da restante Humanidade. A expressão *people person*, muito do agrado dos anglófonos, não foi inventada para mim. No entanto, estou longe de realizar o sonho, que já aqui confessei, de nunca abandonar o recato do lar. Pois se me afasto dos meus contemporâneos em muitos aspectos, gostaria de me afastar ainda mais, e de toda gente. Mas sou obrigado, pelas mais variadas circunstâncias, a aventurar-me nas ruas, o que não só é penoso para mim, como também (e essencialmente) para os que têm o azar de contactar comigo. Só saio voluntariamente de casa, muito ocasionalmente, para ir ao cinema. Afinal, é a única forma de passar umas horas na companhia de uma qualquer beldade de Hollywood, o que justifica todo e qualquer sacrifício.

Os filmes de Woody Allen incluem-se no grupo dos que me fazem esquecer as agruras da vida social. E assim foi há alguns meses, quando fui ver o mais recente filme do nova-iorquino, *Scoop*. Pois ver um filme de Allen é ritual anual a que me submeto com todo o prazer. A ideia de um homem baixinho, magrinho e de óculos que consegue atrair a atenção e o desejo das atraentes senhoras que habitam a sua Nova Iorque, sempre me pareceu reconfortante, por razões óbvias a quem conheça a minha frágil aparência. E para além do mais, partilho com o Sr. Allen a preocupação (manifestamente exagerada) com assuntos que nos transcendem, como o sentido da vida, Deus ou a menina Scarlett Johansson.

Mas até Woody Allen me abandonou, deixando-me sozinho neste universo de neurose que descrevo aqui mensalmente. Pois apesar da familiaridade do universo cinematográfico do senhor Allen, evidente em *Scoop*, não deixa de ser estranho ouvi-lo dizer que a morte não deve ser vista com "uma desvantagem". Quando Woody Allen deixa de se preocupar com a morte, uma pessoa não pode deixar de se perguntar quem será o maior louco: se Allen por ter deixado se preocupar, se eu por não o acompanhar nesse desprendimento.

CRÓNICA BOHEMIA

A MALDIÇÃO DO TOPO GIGIO

ALEXANDRE BORGES

Pintor. Foi a resposta pronta, anunciada ao círculo de adultos em torno, na conferência de imprensa subordinada ao tema: "Que quer este miúdo ser quando for grande?". Ah! Um artista!, exclamaram. Quer ser um Picasso, um Dalí, quer pintar quadros. Não, não, contrapus. Quero pintar casas, mesmo.

Jamais esquecerei as feições em volta. O Príncipe Carlos recorda semblantes semelhantes quando comunicou à família real o desejo de desposar Camila. Não foi fácil, nem para mim nem para ele. O Carlos, no entanto, levou por diante a loucura; eu evoluí para desígnios mais interessantes, almejando, primeiro, ao cargo de taxista; sonhando, depois, a vida glamourosa dos contabilistas. Era-me fácil fazer contas e a rapidez em chegar às soluções sempre impressionara a Andreia da primeira fila. A seguir, não me lembro de ter querido ser mais nada. Os anos passaram e, quando já era grande, não fazia nada disto, mas tenho ainda, de certeza, parentes que temem que o jornalismo ou o guionismo sejam apenas passos da caminhada que só terminará em cima dum andaime, ao lado dum balde da Robbialac.

Bom, mas o que interessa a esta coluna é um ângulo mais estreito da problemática. Um noctívago, enquanto criança, ainda não viu revelada a sua natureza. Tem horas para dormir e levantar, dependência directa das decisões paternais, um irritante controlo televisivo, perpetrado, ao longo dos anos, por vilões como João Pestana, Topo Gigio e Vitinho. Não sabe que a vida lhe reserva aquela identidade secreta sucedida a desoras. Como tal, a resposta à pergunta fatídica: "Que queres ser quando fores grande?", não estando o arguido na plena posse das informações relevantes, não deveria ter contado. Exigia-se novo julgamento.

Agora que a criança cresceu, ela sabe, sobretudo, o que não pode ser: não pode ser Presidente da República, administrador de empresas, banqueiro de sucesso, jogador de futebol, funcionário público, dono de quiosque. Toda esta gente, é sabido, levanta-se demasiado cedo. Mais: não pode ser padrinho de casamento – os amigos não o convidam, temendo que apareça na capela mais tarde que a noiva – ou sequer o tio a quem se deixam os sobrinhos durante o fim-de-semana (as criancinhas têm o mau hábito de se lhes dar a fome logo pela fresca). O noctívago só pode ser artista, guarda-nocturno, *stripper*, *barman*, *métiers*, enfim, difíceis de digerir pela entidade paternal.

Hoje, sei que a culpa é do Topo Gigio e seus amigos. Se o tivessem deixado deitar-se às horas que queria, todos teriam sabido desde sempre da sua incompatibilidade genética com as manhãs. E, à pergunta tremenda, ele já poderia responder, de modo pueril, como todos os outros miúdos: astronauta. No espaço, afinal, é sempre de noite.

ESPECIAL 25 de ABRIL

Grandes imagens de Abril

(06:30) A coluna militar de Salgueiro Maia chega ao Terreiro do Paço

(07:46) Os revoltosos confrontam-se com forças leais ao regime na rua do arsenal

(08:00) O povo sai espontaneamente à rua para saudar o golpe

Outros grandes capitães

Capitão Roby
Capitão Gancho
Capitão América
Capitão Iglo
Capitão Haddock
António Simões,
(capitão do Benfica em Abril de 1974)

Música portuguesa que a direita pode ouvir em Abril sem corar

A vida Vai torta,
jamais se endireita
O azar persegue
Esconde-se à espreita
nunca dei um passo, que
fosse o correcto
Eu nunca fiz nada
Que batesse certo
Circo de Feras, Xutos e Pontapés

Ai estes são os filhos da nação
adultos para sempre
ansiosos por saber
se a cruz é salvação
Os filhos da Nação, Quinta do Bill

Otelo´s de luxo

Anthony Hopkins
Contracenando com outros grandes actores, como Bob Hoskins ou Penelope Wilton, Anthony Hopkins afirmou-se definitivamente nesta controversa produção de Othello para a BBC.

Laurence Fishburne
Dirigido superiormente por Oliver Parker, Laurence Fishburne mereceu o aplauso unânime da crítica neste Othello de 1995 conquistando um lugar na história do cinema Shakespereano.

The Península Hong Kong
Construído durante os loucos anos 20, rapidamente o Hotel Península de Hong Kong conquistou um lugar como um dos hotéis mais luxuosos do mundo. Título que ainda hoje mantém.

Na categoria
Tragédias bem mais sérias:
The American Civil War (Started April, 1861, ended April, 1865, thus "Across Five Aprils") The Bosnian War began in the first days of April, 1992 The Rwandan Genocide began in April, 1994 President Abraham Lincoln's assassination (April 14, 1865) The 1906 San Francisco Earthquake (April 18, 1906) The sinking of the RMS Titanic (April 14-15 April 1912) The Armenian Genocide (April 24, 1915) Martin Luther King Jr.'s assassination (April 4, 1968) Super Tornado Outbreak (April 3-4, 1974) Chernobyl nuclear accident (April 26, 1986) The 1992 Los Angeles Riots after the Rodney King verdict (April 29,1992), The bloody end to the Branch Davidian siege in Waco, Texas (April 19,1993), The Oklahoma City Bombing (April 19, 1995) In Lebanon, at least 106 Lebanese

Efemérides 25 de Abril

1719 - É publicado o romance Robinson Crusoe de Daniel Defoe.
1792 - Primeiro condenado à guilhotina em França
1792 - "La Marseillaise" (hino nacional francês) é composta por Claude Joseph Rouget de Lisle.
1859 - Início da construção do Canal do Suez.
1926 - Estreia a ópera Turandot, de Giacomo Puccini no Teatro La Scala.

No Brasil, comemora-se o dia do contabilista. O facto nem por isso merece feriado.

Heróis do 24

Comandante Seixas Louçã
Coronel António Romeiras júnior
Comandante da GNR do quartel do Carmo
Jack Bauer

Abril in&out

Música

In
"O Malhão é revolucionário" de Quim Barreiros
"Largo do Carmo" dos UHF
Out
"Paz pão e liberdade" de Paulo de Carvalho

Pessoas

In
Isabel do Carmo Bombista
Padre Francisco Fanhais
Out
Isabel do Carmo , Nutricionista
Padre João Seabra

Datas

In
Abril
1 de Maio
Out
Novembro
13 de Maio

Destinos

In
Fim-de-semana no monte alentejano (nesta altura do ano convém guardar as propriedades)
Brasil (Angra dos Reis, em Abril, é do melhor)
Caxias
Madeira, muito mais perto que o Brasil, mais barato e igualmente quente, castiço e com uma democracia exótica
O feriado de 25 de Abril cai numa quarta-feira. Com uma greve geral na quinta talvez se consiga uma ponte.
Out
Amadora (Só se pode lá ir no 25 de Novembro)

Objectos & tendências

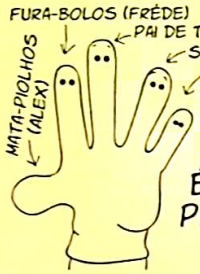
In
Chaimite com 7 lugares, leitor de DVD e mp3 e GPS (classe 1 nas portagens)
As patilhas do Vasco Lourenço
Out
Condomínio na António Maria Cardoso
Fazer campanha eleitoral na Páscoa, na Madeira, com Alberto João Jardim
Sobrenomes compostos ou com mais do que duas consoantes iguais seguidas.
As roupas da Ana Salazar
Discos do Caetano
Os óculos do Eanes

Iconografia

Out: a criança a enfiar um cravo na G3 segurada por um soldado
In: o soldado a enfiar um cravo na G3 segurada por uma criança
In: o soldado a espetar um balázio de G3 no cravo segurado pela criança.
Muito in: o puto que arranca a G3 das mãos do soldado e inicia a carnificina porque não foi educado pelos pais biológicos

civilians are killed when the Israel Defense Forces shell the UN compound at Qana (see Qana Massacre), (April 18, 1996), The Port Arthur massacre in Tasmania, Australia (April 28, 1996) The Columbine High School massacre in Littleton, Colorado (April 20, 1999)
por outro lado, celebra-se na última semana de Abril, onde sempre calha o nosso 25A: National Lingerie Week, Big Brothers/Sisters Appreciation Week, National TV-Free Week, Jewish Heritage Week, Keep America Beautiful Week, Professional Secretaries Week, Egg Salad Week, Mattress Turnover Week.

FORAM-SE OS ANÉIS



UMA PÁGINA ONDE TUDO É CONTADO PELOS DEDOS

© 2006-07 José Nunes / os-dedos.blogspot.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. AINDA HÁ ESQUERDOS DISPONÍVEIS.

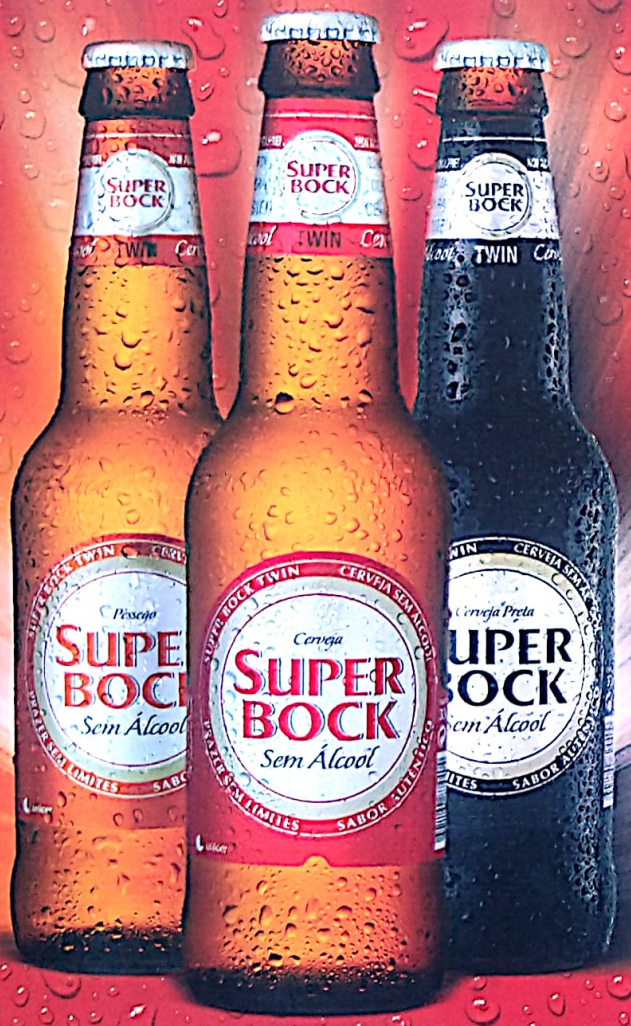
Vodafone My Mail
Vai a todas.

Antes de mais, vai ao teu telefone e envia um SMS gratuito para o número 16912 com o texto "My Mail". Depois, vais poder ver todos os teus mails de todas as tuas contas. Vais poder ler e-mails do MSN Hotmail, Sapo, IOL, Clix, da Netcabo, Netvisão, Telepac e outros. Vais estar sempre ligado e poder escolher o que fazer, onde estar, com quem estar. Vais aqui e ali. Vais a todas. Aproveita.
Gratuito até 31 de Maio, €3/mês a partir daí.
Mais informações em www.vodafone.pt.

vodafone

Viva o momento.
now

Perfeito perfeito,



era a Coreia do Norte trocar o arsenal nuclear por um arsenal de Super Bock Sem Álcool.

Super Bock *Sem Álcool*. Perfeita.

superbock.pt